



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O ASSENTAMENTO 1º DE MAIO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA

Francisco Miranda Filho

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT

Dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O ASSENTAMENTO 1º DE MAIO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA**

Jorge Luiz Gomes Monteiro
Orientador

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT
Dezembro / 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O ASSENTAMENTO 1º DE MAIO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA**

FRANCISCO MIRANDA FILHO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessário à obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Ambiente Sociedade. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão Territorial

Aprovado por:

Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro
Universidade Federal de Mato Grosso

Dr. Alexandre Lima de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso

Dra. Júlia Adão Bernardes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rondonópolis-MT, 14 de dezembro 201

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M672a Miranda Filho, Francisco.
O Assentamento 1º de Maio no Contexto da Expansão da Fronteira Agrícola /
Francisco Miranda Filho. -- 2017
xvii, 165 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Jorge Luiz Gomes Monteiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Rondonópolis, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Agricultura Familiar. 2. Fronteira Agrícola. 3. Assentamento Rural. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

Francisco Miranda Filho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Rodovia Rondonópolis-Guiatins, km 6 (MT-270) - - Cap: 78735901 - Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgoo.ou@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO : "O ASSENTAMENTO 1º DE MAIO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA"**

AUTOR : Mestrando FRANCISCO MIRANDA FILHO

Dissertação defendida e aprovada em 14/12/2017.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Jorge Luiz Gomes Monteiro
Instituição :		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Examinador Interno	Doutor(a)	Alexandre Lima de Souza
Instituição :		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Examinador Externo	Doutor(a)	Júlia Adão Bernardes
Instituição :		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Examinador Suplente	Doutor(a)	Antônia Marília Medeiros Nardes
Instituição :		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 05/09/2018.

Dr. Adilson W. M. C. Santos
Secretário do Programa de
Pós-Graduação em Geografia
ICHS/CUR/UFMT

À minha mãe, Olivalda Linhares Miranda e a meu pai Francisco Antônio Miranda (*in memoriam*) que foram os responsáveis por essa conquista, pois sempre situaram a educação dos filhos como prioridade até mesmo além de suas possibilidades

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, no seu infinito amor, cobriu-me de bênçãos durante a realização do Curso de Mestrado e nas etapas de pesquisa.

À minha esposa pelo carinho e pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus filhos amados pela atenção, compreensão e confiança depositada em mim durante a minha trajetória.

Aos colegas do Cefapro de Rondonópolis/MT pelo carinho, amizade, colaboração nos momentos de dificuldades.

Às minhas amigas Estela e Verondina por serem as responsáveis pelo meu ingresso no campo da pesquisa, pela força nos momentos de ansiedade e angústia e por me acompanharem durante a realização deste trabalho e por estarem sempre prontas a me auxiliar.

Aos amigos Maciel e esposa, e os amigos Eli e Joabe, por terem contribuído e me acolhido em suas casas durante o processo da pesquisa.

As famílias assentadas que me receberam em suas casas e pelas suas valorosas contribuições para a pesquisa.

Ao meu Professor Orientador, Jorge Luiz Gomes Monteiro, por ter contribuído significativamente para ampliar os meus conhecimentos no universo da pesquisa.

À banca examinadora que com o olhar apurado e crítico deu importantes contribuições ao meu trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a produção familiar desenvolvida no Assentamento 1º de Maio, localizado no Município de Colniza no Estado de Mato Grosso. Busca também compreender como este se mantém diante das dificuldades de acesso ao mercado frente à resistência da produção familiar mediante o avanço do agronegócio em direção ao Noroeste de Mato Grosso, área de fronteira agrícola. Para a análise e compreensão dos elementos que configuraram o processo de colonização e a eficiência da agricultura familiar desenvolvida no Assentamento 1º de Maio e, sua relação com as políticas públicas desenvolvidas para os assentados, o embasamento se deu nos aportes teóricos-metodológicos dos seguintes autores: Ianni (2000), Becker (1990), Martins (1992;1995;2000;2009), Moreno (2005;2007), Oliveira (2007), Stédile (1977;2006;2007) e Santos (1992;2006;2007). O estudo e a análise dos dados foram embasados no método dialético e na abordagem qualitativa, pautando-se nos conceitos de território. A análise demonstrou que, diferentemente das ocupações realizadas em outras regiões, os movimentos de ocupação do Município de Colniza não estão relacionados aos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, pois surgiram de forma espontânea, sem necessariamente ser um movimento sistemático. Verificou-se que as distâncias do Município, em relação aos grandes mercados consumidores, a falta de apoio financeiro e de assistência técnica influenciaram na dinâmica produtiva dos assentados. Todavia, o avanço do agronegócio apresenta restrições devido as características pedológicas presentes no Município de Colniza, em se mantendo o nível técnico da atualidade, dificultando a incorporação das terras para o cultivo de grãos em larga escala. Diante desse quadro a incorporação ao agronegócio ocorre de forma secundária, voltado sobretudo para a produção de proteína animal no âmbito regional. Percebe-se que apesar de haver limitações para a entrada do agronegócio no local, o mesmo vem se apresentando e expandindo na região, fato que passa a se constituir em uma preocupação no que tange à preservação do equilíbrio social e ambiental, visto que pode ocasionar êxodo rural, mudanças na dinâmica espacial e econômica, além de causar problemas de ordem ambiental.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Fronteira Agrícola. Assentamento Rural.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to analyze the family production that has been developed on the 1° de Maio settlement that is located in the city of Colniza of Mato Grosso state. It also tries to understand how they maintain themselves in face of difficulties of accessing the market due to the resistance to the family production through the agribusiness's advancement towards the northwest of Mato Grosso, agriculture frontier area. In order to analyze and comprehend the process of colonization, its elements and the efficiency of the family agriculture developed by the settlement 1° de Maio and its relation to public policy developed to the settled, the basis comes from a theoretical and methodological aspects from authors as: Ianni (2000), Becker (1990), Martins (1992;1995;2000;2009), Moreno (2005;2007), Oliveira (2007), Stédile (1977;2006;2007) e Santos (1992;2006;2007). The study and the analysis of the data were made based on the dialectical method and in the quality approach, based on the concepts of territory, agriculture frontier, and rural settlement. The analysis presented that differently from occupations in other regions, the occupation movements in the city of Colniza are not related to the Landless Workers' Movement, and therefore they came up spontaneously, without the necessity of a systematic movement. It was verified that the distances from the Colniza city, in relation to large consumer market, the lack of both, financial support and technical assistance influenced on the productive dynamic of the settled. However, the advance in the agribusiness field shows restrictions due to the existence of pedological features in the city of Colniza, by maintaining the same technical level from nowadays, hindering the incorporation of lands to the culture of grains in a large scale. Given this situation the incorporation of the agribusiness occurs secondarily, mainly towards to the production of animal protein in the regional level. It is noticed that despite having limitations to entering in the local agribusiness, it is expanding itself in the region, what creates a worry related to preserving the social and environmental balance, because that may cause a rural exodus, changes in the spatial and economics dynamics, and also cause environmental issues.

Keywords: Family Agriculture. Agriculture Frontier. Rural Settlement.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE FOTOS.....	xiii
LISTA DE GRAFICOS.....	xiv
LISTAS DE QUADROS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ANALISADO.....	21
2.1.1 MATO GROSSO: BREVE CARACTERIZAÇÃO.....	21
2.1.2 O MUNICÍPIO DE COLNIZA.....	22
2.1.3 O ASSENTAMENTO 1º DE MAIO.....	24
2.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	24
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITOS BASILARES.....	28
3.1 TERRITÓRIO: BASES FUNDAMENTAIS.....	29
3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS.....	33
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	37
3.4 FRONTEIRA AGRÍCOLA.....	42
4 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	48
4.1 A GÊNESE DA LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....	59
4.2 AS DIVERSAS FORMAS DE ACESSO TERRA NO MATO GROSSO.....	64
4.3 COLNIZA: UM AMBIENTE DE COLONIZAÇÃO NO BIOMA AMAZÔNICO.....	73
4.3.1 DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO À ORIGEM DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT.....	75
4.4 A FUNÇÃO COLONIZADORA NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE COLNIZA/MT.....	77
5 EXPLORAÇÃO DA TERRA: LUTA E RESISTÊNCIA NA BASE DE DOIS SISTEMAS PRODUTIVOS.....	84
5.1 TERRA E TRABALHO: A ORIGEM DO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO.....	89

5.2 NOVOS RUMOS DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: O MOVIMENTO AGROEXPORTADOR.....	95
5.3 TIPOS DE SOLO: UM INIBIDOR PARA O AVANÇO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS.....	99
6 OS DADOS NÃO MENTEM: A IMAGEM DE UM ASSENTAMENTO.....	105
6.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO.....	125
6.2 TERRA CONQUISTADA: A LUTA PARA PRODUZIR E PERMANECER.....	131
6.3 A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO.....	141
6.3.1 SITUAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA.....	142
6.4 ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS PROPOSTAS POR MILTON SANTOS.....	143
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Perímetro do Município de Colniza/MT.....	77
Figura 02 - Perímetro do Assentamento.....	94
Figura 03 - Mapa de Solos de Mato Grosso. Região Entre os Paralelos 11 e 13 de Cor Rosa Escuro: Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico.....	101
Figura 04 - Mapa de Solos de Mato Grosso. Região Entre os Paralelos 09 e 10, de Cor Roxa: Agirsolo Vermelho-Amarelo, com Relevo Ondulado.....	103
Figura 05 - Moradia Anterior dos Assentados.....	107
Figura 06 - Local de Nascimento dos Assentados.....	110
Figura 07 - Evolução Histórica do Processo de Desmatamento no Assentamento 1º de Maio Colniza/MT.....	121
Figura 08 - Mapa do Desmatamento da Amazônia Legal.....	122
Figura 09 - Características Físicas e Humana da Amazônia Legal.....	124
Figura 10 - Circuito da Comercialização do Gado.....	130
Figura 11 - Mapa de Frigoríficos Ativos em Mato Grosso.....	131

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Sede da Empresa Colonizadora Colniza/MT	82
Foto 02 - Lavoura de Milho no Assentamento 1º de Maio Colniza/MT.....	128
Foto 03 - Rebanho de Gado Leiteiro e de Corte	130
Foto 04 - Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade (frente).....	141
Foto 05 - Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade (fundos).....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Brasil Número de Ocupações – 1988-2015.....	88
Gráfico 02 - Brasil Número de Famílias em Ocupações -1988-2015.....	89
Gráfico 03 - Moradia Anterior dos Assentados.....	106
Gráfico 04 - Local de Nascimento dos Assentados.....	109
Gráfico 05 - Origem dos Assentados do Primeiro: rural/urbana.....	111
Gráfico 06 - Dificuldades Iniciais dos Assentados.....	112
Gráfico 07 - Dificuldades Atuais dos Assentados.....	114
Gráfico 08 - Uso Atual da Terra.....	117
Gráfico 09 - Idade dos Proprietários dos Lotes.....	138
Gráfico 10 - Tempo de Moradia no Assentamento.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Número de Assentados Entrevistados por Linha.....	28
Quadro 02 - Comparação da Participação dos Modelos de Agricultura Familiar e Não Familiar.....	41
Quadro 03 - Número de Assentamentos Rurais em Colniza/MT.....	91
Quadro 04 - Evolução da Área Plantada com Soja Entre os Anos de 2000 e 2016.....	97
Quadro 05 - Evolução da Área de Plantada com Milho Entre os Anos de 2000 e 2016.....	97
Quadro 06 - Principais Tipos de Solos por Município da Região Noroeste.....	102
Quadro 07 - Evolução do Plantel Bovino por Município na Área de Fronteira Agrícola.....	104
Quadro 08 - Local de Nascimento dos Assentados.....	109
Quadro 09 - Quadro Comparativo do Uso do Solo de Acordo com as Leis Ambientais.....	119
Quadro 10 - Principais Produtos Comercializados no Assentamento por Lote.....	127
Quadro 11 - Dificuldades Relacionadas à Produção no Assentamento.....	135
Quadro 12 - Dificuldades Referentes ao Desenvolvimento Econômico nos Lotes.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BASA - Banco da Amazônia
- CEBs - Comissões Eclesiais de Base
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CODEMAT- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPP - Comissão de Planejamento e Produção
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CUT - Central Única de Trabalhadores
- DTC - Departamento de Terras e Colonização
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FLONA - Floresta Nacional Reserva Desenvolvimento Sustentável
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- ha - Alqueires
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
- IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- LVA - Latossolo Vermelho-Amarelo
- MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC - Projeto de Assentamento Casulo
- PAE- Projeto de Assentamento Agroextrativista
- PAF - Projeto de Assentamento Federal
- PAF- Projeto de Assentamento Florestal
- PAM - Projeto de Assentamento Municipal
- PCT - Programa Nacional de Crédito Fundiário,
- PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
- PE - Projeto de Assentamento Estadual

PFP - Projeto de Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto
PIN - Programa de Integração Nacional
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.
PRB - Projeto de Reassentamento de Barragem
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco
PVA - Argissolo Vermelho-Amarelo
RESEX - Reservas Extrativistas
RLd - Neossolo Litólico Distrófico
SEPLAN/MT – Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso.
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
STRs - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUPRA- Superintendência de Política Agrária
TRQ - Território Remanescente Quilombola

1 INTRODUÇÃO

Diante das perspectivas de reforma agrária no território brasileiro percebe-se que os avanços, ainda que tenham ocorrido, atenderam apenas uma minoria de trabalhadores rurais sem terra. Nessa vertente, os estudos sobre assentamentos rurais no país localizados em áreas de expansão de fronteira agrícola, têm se constituído como eixos de preocupação social e política, perante sua função, uma vez que o Brasil desde o início de sua colonização foi marcado por políticas governamentais, que beneficiaram a expansão dos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades, aspecto que ocasionou a expansão da fronteira agrícola, como também, promoveu o crescimento desigualdades sociais no espaço rural.

Em Mato Grosso, a história da propriedade da terra segue o mesmo modelo, sendo que tal característica demarca profundamente o processo de ocupação e colonização do Estado que, além de favorecer aos grandes proprietários, apresenta inúmeras ilegalidades. Desta forma a problemática agrária no Estado de Mato Grosso passa a ser compreendida como um fator social que envolve várias dimensões. Que se apresenta na miséria e no sofrimento diário das famílias de trabalhadores rurais, como também nas mais variadas formas de luta pela posse da terra.

Discutir a eficiência do modelo de agricultura familiar desenvolvido no Assentamento 1º de Maio de Maio e sua relação com as políticas públicas elaboradas para os agricultores assentados neste lugar, consistiu no elemento fundamental a ser investigado principalmente pelo fato de o mesmo estar inserido em área de expansão de Fronteira Agrícola localizada no Bioma Amazônico. Nesse sentido, para o estudo e análise das relações que aconteceram no referido Assentamento a abordagem utilizada esteve pautada pelo conceito de território, pensando este como dinâmica de um processo social e histórico.

A princípio tínhamos muitos questionamentos, diante dos inúmeros aspectos que configuravam compreender a dinâmica da produção familiar desenvolvida no Assentamento 1º de Maio. Dentre os questionamentos iniciais que podiam ser destacados e demandavam uma maior investigação estão: a relação do assentamento com o agronegócio, a distância da zona produtora dos mercados consumidores, a ausência de infraestrutura para transporte da produção, a presença marcante de duas estações durante; o ano que geravam consequências à produção dos assentados e as formas como os assentados se apropriavam da natureza. Questões estas que poderiam interferir diretamente na cadeia produtiva desenvolvida nos assentamentos afetando posteriormente a qualidade de vida dos assentados.

A investigação se reveste de importância em virtude do avanço do agronegócio sobre áreas de fronteiras agrícolas e o Município de Colniza encontrar nesse caminho devido a expansão do agronegócio nos Municípios de Aripuanã/MT, Juara/MT e Juína/MT. Esses fatos significam que haverá forte pressão por novas terras abertas ou ainda virgens, inclusive sobre os assentamentos, conforme ocorreu nos Municípios de Rondonópolis/MT, Ipiranga do Norte/MT, e outros.

Desse modo, o objetivo principal desta investigação consistiu em compreender a dinâmica da produção familiar desenvolvida em área de Fronteira Agrícola tendo como foco o Assentamento 1º de Maio.

Mas, especificamente a pesquisa procurou:

- Conhecer o histórico da luta pela terra no Assentamento;
- Identificar os fatores que dificultam e/ou favorecem a produção no local;
- Desenvolver o histórico de luta pela terra no assentamento;
- Levantar aspectos ligados à produção e à destinação do que é produzido pelos assentados.

Nessa perspectiva, consideramos que entender a função de um assentamento rural inserido em área de Fronteira Agrícola localizado no Bioma Amazônico torna-se fundamental, para compreender a dinâmica de ocupação desta área, tendo em vista as questões de ordem política, econômica e social, principalmente com o crescente avanço do agronegócio na região, fato este que se constitui em preocupações no que tange aos processos de ocupação e uso da terra. Visto que pode ocasionar êxodo rural, mudanças na dinâmica espacial e econômica, além de causar problemas de ordem ambiental.

Para a análise e compreensão dos elementos que configuraram o processo de expansão da Fronteira Agrícola na região noroeste de Mato Grosso e a compreensão da produção familiar desenvolvido no Assentamento 1º de Maio, a pesquisa pautou-se no conceito de território e nas categorias de análise de fronteira agrícola, assentamentos rurais e agricultura familiar e sua relação com as políticas públicas desenvolvidas para os assentados. O aporte teórico-metodológico que sustenta a pesquisa está fundamentado em autores como: Ianni (2000), Becker (1990), Martins (1992;1995;2000;2009), Moreno (2005;2007), Oliveira (2007), Stédile (1977;2006;2007) e Santos (1992;2006;2007).

A dissertação está estruturada em seis capítulos. Destes, o primeiro capítulo apresenta o problema investigado, os objetivos propostos, a relevância do tema, o aporte teórico-metodológico e a estruturação do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, apontando aspectos relativos à abordagem utilizada, a questão norteadora, os objetivos, os caminhos percorridos e os procedimentos empregados para a coleta de dados.

O terceiro capítulo aborda assuntos referentes à categoria território, norteadora da análise, os aspectos ligados à luta pela terra no país, os conceitos fundamentais relativos a assentamentos rurais, agricultura familiar e fronteira agrícola.

O quarto capítulo, por sua vez, tratam de questões que envolvem os movimentos de luta pelo direito e pelo acesso à terra, fazendo a contextualização de como ocorreu esse processo no contexto histórico brasileiro em diferentes escalas.

O quinto capítulo aborda a origem do Assentamento 1º de Maio e tecemos algumas considerações acerca dos entraves e expansão do agronegócio na região noroeste de Mato Grosso.

O sexto capítulo apresenta a análise dos dados, por meio dos quais foi possível compreender a dinâmica da produção familiar desenvolvida no Assentamento, as estratégias que este desenvolveu para se manter frente às restrições apresentadas pela legislação ambiental, às dificuldades de acesso ao mercado e a influência do agronegócio sobre a produção dos assentados.

Por fim, apresentamos as considerações finais com relação a investigação realizada.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta dissertação teve como objetivo precípua analisar a produção familiar desenvolvida no Assentamento 1º de Maio, localizado no Município de Colniza, no Estado de Mato Grosso. Busca também compreender como este se mantém diante das dificuldades de acesso ao mercado frente à resistência da produção familiar, mediante ao avanço do agronegócio em direção ao noroeste de Mato Grosso, localizado em área de fronteira agrícola.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ANALISADO

Antes de definir as etapas da pesquisa consideramos importante contextualizar a área de estudo, pois o conhecimento da mesma nos possibilita compreender a questão de natureza locacional. Tal aspecto permite verificar que o fato de se localizar no Bioma Amazônico implica em uma série de problemas, como a distância de centros urbanos de melhor estrutura e, também, as dificuldades de acesso ao mercado consumidor fora do âmbito municipal. Dessa forma a caracterização está estruturada em três ambientes de análise para enfim situar o espaço de análise, o Assentamento 1º de Maio.

2.1.1 Mato Grosso: breve caracterização

É importante tecer algumas considerações a respeito do Município de Colniza. O Município em questão é de recente colonização e muito mais conhecido no mapa da violência do campo, do que por suas características físico-econômico. Daí ser necessário uma caracterização nesses aspectos para situar a atração que os municípios do noroeste do Estado exercem sobre populações diretamente ligadas ao espaço rural tanto no contexto regional, quanto no contexto nacional.

Localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso tem como limites geográficos o Território Boliviano e o Estado de Rondônia ao Oeste, os Estados do Amazonas e Pará ao Norte, e os Estados do Tocantins e Goiás ao leste e ao sul, o Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) o Estado possui uma área de aproximadamente 903.386,1Km², população de 3.035.122 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 3.36 hab./ km².

No que se refere ao relevo, o Território matogrossense é constituído por planaltos, chapadas e planícies inundáveis. Quanto ao clima, identifica-se o tropical semiúmido e o tropical de altitude, podendo ser dividido em dois períodos distintos e bem definidos: uma

estação chuvosa (verão-outono) e outra seca (inverno-primavera), de modo que a temperatura média anual predominante no Estado oscila entre 27°C, ao Norte, 20°C em morros isolados e ainda mais elevada ao Sul.

A vegetação é composta por três ecossistemas: Cerrado, Amazônia e Pantanal e com uma rede hidrográfica que abrange grande parte das Bacias Amazônica, Platina e a Tocantins - Araguaia.

2.1.2 O município de Colniza-MT

Inicialmente desmembrado do Município de Aripuanã, Colniza fora criada através da Lei Estadual de nº 7.604 de 26 de novembro de 1998, de autoria do Deputado Pedro Satélite. Está localizada na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso e faz limites a oeste com o Estados de Rondônia, ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Município de Cotriguaçu e ao sul com os Municípios de Aripuanã e Rondolândia.

O censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 apontou que o Produto Interno Bruto (PIB) do Município foi estimado em R\$ 305 milhões e o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano de 0,61, de maneira que a expectativa de vida da população foi estimada em 73,8 anos.

Dados atualizados do IBGE (2017) demonstram que a área do Município corresponde a 27.946,126km², com uma população de 26 381 habitantes e com densidade demográfica de 0,94 hab/km². A título comparativo o Município equivale a 63,95 % da superfície do Estado do Rio de Janeiro e é 30% maior que o Estado de Sergipe.

Para Ferreira (2001), o Município dista 1.044 km da capital do Estado, possuindo coordenadas geográficas de 09° 12' 27" latitude e 59° 13' 15" de longitude oeste e a pluviosidade anual é de 2.750 mm, com temperatura média anual de 24°C.

O Município de Colniza é constituído por diferentes formações geológicas. A respeito dessas estruturas geológicas, Ferreira (2001) afirma que são encontradas no Município, Coberturas dobradas do Fanerozóico, Formação Prainha no Noroeste, Formação Dardanelos ao sudoeste, Coberturas dobradas do Proterozóico com granitóides associados, Formação Iriri no centro do Município e Faixa Móvel Rio Negro-Juruena no Centro.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (2017) o solo do Município possui a classificação de Podzólico Amarelo, tratando-se de solos minerais, bem drenados, profundos, de baixa fertilidade natural, características estas que se tornam empecilhos para o desenvolvimento da agricultura.

O território do Município está inserido no Bioma Amazônico, tendo como vegetação original, a equatorial amazônica, sendo o clima o equatorial quente e úmido, com altos índices de pluviosidade.

A rede hidrográfica de Colniza faz parte da Bacia Amazônica e suas terras, também, estão inseridas na sub Bacia do Rio Madeira, a qual drena as águas dos principais Municípios: o Aripuanã e o Roosevelt.

O setor econômico de Colniza está baseado na pecuária extensiva, comércio, extração e indústria madeireira e o setor rural se destaca com o desenvolvimento da agricultura familiar.

O Município conta com aproximadamente dez mil pequenas propriedades de agricultores familiares, nesse sentido, a Secretaria de Agricultura do Município vem desenvolvendo projetos de modernização tecnológica voltados para a melhoria na/da produção dos mesmos, porque Colniza vem despontando, no cenário estadual, como maior produtora de café ainda assim, a produção é muito baixa em relação a área plantada.

A maioria das famílias reside em áreas de ocupação irregular, ocupando terras devolutas e latifúndios improdutivos, fato este que tem tornado esta localidade uma área de tensão e conflitos entre ocupantes e proprietários, principalmente na área conhecida como Capa Brava, cujas famílias foram despejadas da terra, e na Fazenda Magali, onde ocorreram sérios conflitos entre guachebas¹ e trabalhadores rurais sem terra.

Por meio de uma pesquisa realizada em 2004 e divulgada em 2007 pela Organização dos Estados-Ibero-Americano (OEI), o Município foi considerado o mais violento do país. No início do ano 2017, este aspecto veio a se confirmar, visto que o Município foi destaque nacional pela chacina ocorrida na Gleba Taquaruçu, localizada no Distrito do Guariba, que vitimou dez trabalhadores rurais, os quais ocupavam áreas de terras devolutas.

Apesar dos altos índices de desmatamento existente ocasionado, principalmente, por pequenos, médios e grandes proprietários de terras e também pela indústria madeireira, o Município conta, ainda, com a maior parte de seu território composto por áreas florestais.

Como é urgente uma reorganização da estrutura fundiária no Município este conta, atualmente, com sete assentamentos de Reforma Agrária regularizados ou em fase de regularização pelos Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

¹ No Município de Colniza, o nome guacheba é utilizado para identificar as pessoas que praticam crimes a mando dos fazendeiros, os chamados “pistoleiros.”

2.1.3 O Assentamento 1º de Maio

O Assentamento 1º de Maio, localizado no sudeste do Município de Colniza, tem por característica a proximidade com a sede do Município, mas mesmo assim, a população local encontra dificuldade de acesso ao espaço urbano por ausência de pavimentação das vias fato que, no período chuvoso, potencializa os problemas aos assentados.

Por estar localizado no Território de Colniza, o Assentamento 1º de Maio apresenta as mesmas características no que se refere ao Bioma, ao clima, à geologia e à geomorfologia. O assentamento é constituído por sete linhas² possuindo, também, um espaço em formato radial denominado Projeto Sol. Neste Projeto foi organizado uma agrovila com infraestrutura destinada às vivências da comunidade de assentados, composta de pequenos comércios, escola, igreja, campo de futebol e um pequeno espaço para eventos agropecuários como a tradicional festa anual conhecida no Município como *Rodeio do Projeto Sol*.

O Assentamento 1º de Maio foi criado pelo INTERMAT em vinte e seis de setembro de 2000. Possui uma área que corresponde a aproximadamente 17.246,2036 hectares e, apesar de ter capacidade para 487 famílias, somente 385 foram assentadas.

2.2 ETAPAS DA PESQUISA

A escolha do Assentamento 1º de Maio como *lócus* de pesquisa se deu pelo fato de o mesmo se encontrar localizado em uma área que faz parte do Bioma Amazônico, com suas bases produtivas direcionadas à agricultura familiar. Este fato se tornou de grande relevância para a pesquisa, na medida em que se procurou compreender a viabilidade da produção familiar em regiões pertencentes a esse ecossistema que, diga-se de passagem, é uma área sensível à grandes intervenções como é o caso do agronegócio, cada vez mais crescente em áreas de fronteira agrícola.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se dos princípios do método dialético, pois o mesmo considera que os acontecimentos não estão isolados dos fatos sociais, já que as contradições se manifestam constantemente, possibilitando o surgimento de novos fenômenos. Nessa direção LAKATOS e MARCONI (2010, p. 85) pontuam que, “[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento:

² Denominam-se de linhas, as estradas abertas que dão acesso aos lotes. Seis delas são numeradas e distam aproximadamente 4 km uma da outra: a 01, 02, 03, 04, 08 e 12. A outra leva o mesmo nome do Assentamento, 1º de Maio, sendo considerada a via principal, uma vez que faz ligação ao Projeto Sol, onde se concentra a Agrovila.

nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o início de outro”.

No movimento dialético as coisas estão sempre em construção e os fenômenos sociais e naturais nunca ocorrem desarticulados, ou seja, sempre existe um grau de influência de um fato social ou natural sobre o outro. Conforme esclarecem as autoras LAKATOS e MARCONI (2010, p. 83), “tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e ao mesmo tempo, condicionando- se reciprocamente”.

Em todo seu percurso a investigação assumiu um caráter qualitativo, por considerar que as relações que acontecem entre os seres humanos e destes com o mundo, não podem ser mensuradas e transformadas em números quantitativos, já que a realidade e o sujeito são inseparáveis e o pesquisador tende a analisar as relações dos sujeitos com o mundo. A escolha pela investigação nessa forma de abordagem, se justifica pelo fato de a considerarmos uma forma adequada para entender a natureza dos fenômenos que existem e que influenciam diretamente sobre a vida dos assentados.

Para a análise e compreensão dos elementos que configuraram o processo de colonização e a eficiência do modelo de agricultura familiar desenvolvido no Assentamento 1º de Maio e sua relação com as políticas públicas desenvolvidas para os assentados, o aporte teórico-metodológico que sustenta a pesquisa está fundamentado em autores como: Ianni (2000), Becker (1990), Martins (1992;1995;2000;2009), Moreno (2005;2007), Oliveira (2007), Stédile (1977;2006;2007) e Santos (1992;2006;2007).

De modo objetivo, a metodologia consistiu em realizar o levantamento de dados primários e secundários. Consideramos primários os dados que coletamos por meio de entrevistas, informações e questionários, isto é, produzidos pelo pesquisador. E secundários, os documentos elaborados pelos órgãos públicos.

Os dados primários foram levantados mediante informações e entrevistas realizadas com os Secretários Municipal de Agricultura e de Educação, com os responsáveis pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com membros da Associação de Moradores do Assentamento e com os comerciantes locais. As análises desses dados foram de suma importância, porque possibilitaram o delineamento de um quadro socioeconômico do local, bem como do perfil dos assentados.

Ressaltamos que, para preservar a identidade dos respondentes³ que se dispuseram a participar, optamos por utilizar nomes fictícios para identificá-los. Os nomes dos respondentes foram escolhidos aleatoriamente e estão identificados como: Carlos, Marcos, Miguel e Joana.

Os dados secundários foram levantados mediante a consulta a documentos, sítios e materiais escritos diversos relacionados a agricultura familiar em órgãos da Prefeitura municipal (Secretaria de Agricultura), INCRA, IBGE, Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/MT) e Empresas de Assistência Técnica, bem como junto aos assentados.

Mesmo tendo recebido informações e documentos nas diversas secretarias e órgãos públicos na sede do Município, que auxiliaram a elucidar nossas indagações e na composição do quadro de análise, para os fins da pesquisa fez-se necessário, também, aplicar questionários aos assentados, os quais participaram do mesmo de forma livre e de acordo com suas disponibilidades.

O questionário foi composto por questões fechadas e abertas (Anexo I) e organizado a partir de quatro blocos temáticos a saber: o sistema produtivo desenvolvido no local, as linhas de financiamento para os agricultores, a destinação da produção para o mercado consumidor e a infraestrutura disponível no assentamento.

Em se tratando do questionário ancoramo-nos em MARCONI e LAKATOS (2003, p. 200), quando afirmam ser o questionário “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Embora a área total do 1º de Maio totalizasse trezentos e oitenta e cinco (385) lotes, optamos por não aplicar os questionários aos noventa e quatro (94) assentados no Projeto Sol, pelo fato de esta área do assentamento ter sido idealizada e projetada pelo órgão de terras de Mato Grosso, o INTERMAT e por não ter ligação direta com os movimentos de ocupação de terras. Como nosso interesse se concentrava em melhor compreender o movimento e o universo das áreas que empreenderam luta pela terra, optamos por investigar somente os que estavam assentados nas sete linhas, já mencionadas anteriormente, nas quais havia um contingente de duzentos e noventa e um (291) agricultores familiares, que passaram por esse processo.

³ Esse procedimento foi adotado por uma questão de ética científica e também porque a pesquisa foi desenvolvida em uma das regiões de maior violência no campo no país, o que suscitou numerosas chacinas e morte de trabalhadores no campo.

Antes de ir a campo aplicar os questionários fomos em busca de consultar a planta baixa do Assentamento. Como não conhecíamos a área do assentamento, considerávamos que este documento possibilitaria conhecer algumas particularidades dos lotes e a distribuição espacial destes. A planta baixa seria, assim, um elemento facilitador para podermos planejar como organizaríamos a aplicação dos questionários aos moradores.

Para esse fim, percorremos os órgãos INTERMAT e INCRA, a associação dos moradores, a secretaria de agricultura, a sede da empresa colonizadora, o sindicato dos trabalhadores, realizamos buscas na internet, questionamos os moradores do Município e os assentados mais antigos. Estes últimos afirmaram conhecer a planta baixa do Assentamento, contudo alegaram tê-lo vista no momento inicial da organização dos lotes e ao longo do tempo não tiveram mais acesso ao mesmo.

Ressaltamos que ao consultar o INTERMAT, que é o responsável direto pelo assentamento fomos informados, pelo representante do órgão, que a planta do assentamento somente era disponibilizada para presidentes de associações devidamente legalizados, para advogados representantes de moradores que tivessem impetrado alguma ação judicial ligada ao assentamento e para instituições que, porventura, a solicitassem. Não logrando êxito em nenhuma das tentativas acima, resolvemos então percorrer as linhas do Assentamento em busca dos moradores.

Realizamos o levantamento por amostragem que resultou na aplicação de questionários a cento e doze (112) agricultores, atingindo o patamar de 38% dos assentados nos lotes. A princípio tínhamos a intenção de aplicar o questionário a cinquenta por cento dos agricultores familiares que compunha as linhas, o equivalente a aproximadamente 148 famílias, todavia, nos deparamos com algumas situações, seja em razão da extensão da área do assentamento, seja pela falta de tempo dos assentados para responder, por não os encontrarmos em suas casas devido ao trabalho e, ainda, pelo fato de a disponibilidade para o levantamento se restringir a apenas um mês.

Houve ainda aqueles que não se dispuseram a responder por não entender do que se tratava a pesquisa apesar dos esclarecimentos dados pelo pesquisador ou por acreditar que este era um fiscal do INTERMAT investigando os reais proprietários dos lotes e, ainda outros que se negaram a responder por medo, em virtude dos conflitos que teriam ocorrido em meses anteriores e que vitimou trabalhadores rurais no Distrito do Guariba.

Em todas as linhas do Assentamento foram aplicados questionários aos moradores. O quadro abaixo apresenta as linhas do Assentamento com o número de moradores entrevistados

Quadro 01 - Número de Assentados Entrevistados por Linha

Linhas	Entrevistados
Linha 01	17
Linha 02	11
Linha 03	16
Linha 04	22
Linha 08	17
Linha 12	11
Linha 1º de Maio	18
Total	112

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

A aplicação seguiu o seguinte procedimento: começávamos pelo lado direito de cada linha a partir do primeiro lote e retornávamos pelo lado esquerdo. Obtida a resposta do morador, pulávamos dois lotes e aplicávamos no próximo (4º lote), caso o morador não estivesse presente ou se negasse a participar da pesquisa, retornávamos ao anterior (3º lote). Se este respondesse, seguiria com o procedimento inicial e assim sucessivamente.

Ao transitar por algumas linhas visitando os moradores, constatamos que essa técnica não resultou eficaz como por exemplo na Linha 12, que por não possuir rede de energia elétrica os moradores estavam ausentes porque residiam na cidade. Destacamos que em todas as linhas havia pessoas que concentravam a propriedade de um ou mais lotes. Essa situação, conjuntamente à extensão das diversas linhas fez com que o número de entrevistados fosse diferente, conforme pode ser constatado no quadro 01.

Enquanto no próximo capítulo serão abordados assuntos relativos à categoria espaço, aspectos relacionados à luta pela terra no país, os conceitos fundamentais inerentes à agricultura familiar a ao processo de colonização do ambiente amazônico e a parte que corresponde a esse Bioma no Estado de Mato Grosso, no último capítulo ter-se-á uma análise sintética do Assentamento 1º de Maio, tendo elemento norteador as categorias de análise proposta por Milton Santos, identificadas como estrutura, processo, função e forma.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITOS BASILARES

Toda e qualquer pesquisa pressupõe o emprego de conceitos que fundamentam a análise. Neste tópico especificaremos os conceitos de território, de fronteira agrícola, de agricultura familiar e de assentamento rural.

3.1 TERRITÓRIO: BASES FUNDAMENTAIS

O conceito de território tem ganhado grande relevância nos estudos geográficos, tornando-se um termo de grande importância para esta ciência. O seu entendimento tem se tornado necessário, para a compreensão sobre os espaços geográficos especificamente por ser tratar de uma porção do mesmo, em que se e arquiteta relações de bases materialista e ideológicas.

Etimologicamente a palavra território tem sua origem no latim *territorium*, que eventualmente significa pedaço de terra apropriado. Usualmente definido como um espaço apropriado e delimitado, em que se estabelece relações de poder.

Este conceito possui grande relevância para vários outros ramos do conhecimento, sendo que cada qual enfatiza-o de acordo com suas perspectivas, possuindo vários significados. Como exemplo, podemos observar o uso do conceito de território na biologia, que estabelece- o uso do mesmo para definir os espaços ocupados por determinadas espécies de animais (território animal), na sociologia, o mesmo é determinado a partir das relações sociais, já na economia o termo é enfatizando como base de reprodução, dentre outras ciências. Desta maneira, o conceito território passa a ser integrado a várias ciências. Possuindo, sentidos e significados variados de acordo com as especificidades de cada área do conhecimento.

Diante das várias acepções existentes sobre o conceito de território, Costa (2006) estabelece quatro vertentes a seu respeito sendo: a Política, onde o território é compreendido como um espaço delimitado em que se estabelece relações de poder; a Cultural, neste caso o território passa a ser visto como resultante da apropriação e valorização típica do espaço vivido por um grupo social; a Econômica ou Economicista onde se enfatiza as relações econômicas e a Naturalista em que o território passa a ser compreendido a partir das relações homem/natureza.

Desta forma o território pode se manifestar em múltiplas escalas não possuindo necessariamente um caráter político. A sua definição está diretamente vinculada a conceitos, pensamentos ou abordagens que se realizam a seu respeito. Tornando assim comum encontrar diversas concepções para defini-lo, principalmente pelo fato deste conceito estar diretamente relacionado a maneira em que cada pesquisador dentro de sua linha de trabalho e de suas concepções filosóficas, teóricas e metodológica busca defini-lo.

Diante das abordagens existentes para a definição de território se faz necessário compreender algumas leituras que são atribuídas a este conceito.

Perante as concepções de múltiplos territórios a análise deste conceito parte do autor Haesbaert, principalmente pelo fato deste apontar para algumas concepções de território e posteriormente discutir a desterritorialização e a multiterritorialidade.

Diante da complexidade de definição do conceito de território Haesbaert (2006) procura fazer análise do mesmo enquadrando-o a partir de três concepções, sendo a Política, a Cultural e a Econômica. Diante destas concepções o autor define que:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2006, p. 40).

Toda esta análise referente aos três aspectos de construção territorial, está fundamentada na concepção de trabalho, principalmente pelo fato do autor destacar a relação de poder como uma essência para a edificação do território. Diante desta concepção Haesbaert (2005) destaca que o poder deriva das relações sociais, mesmo que sendo de forma desigual, deixando assim de ter um centro irradiador.

Haesbaert (2005) ainda destaca a existência de duas dimensões do território sendo uma simbólica e outra funcional. Desta forma a dimensão funcional está diretamente relacionada a partir dos espaços de vivências territoriais de determinados grupos, pois acabam dotando um determinado espaço de significados. Como é o caso da existência de locais sagrados, ou mesmo, da representação de algum elemento da natureza como forma de representar determinado grupo social. Toda esta construção simbólica de território está relacionada a função de poder. A função funcional do território, está caracterizada pelos fatores econômicos, que definem a construção territorial como um fator de base para a sobrevivência de um grupo.

O entendimento das dimensões simbólica e funcional e essencial para a compreensão da territorialidade e a dinâmica da multiterritorialidade. Segundo Haesbaert (2004) a multiterritorialidade pode ser entendida como;

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma

novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2004, p.344).

Diante da análise exposta acima sobre os múltiplos territórios, fica nítido que a dimensão funcional e a simbólica acabam se integrando em diferentes territórios o que nos permite a compreender a territorialidade e a dinâmica da multiterritorialidade.

De acordo com Rafestin (1993) o espaço geográfico antecede ao território e que o mesmo é um substrato do espaço. Conforme podemos observar na citação abaixo.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço. (RAFESTIN.1993, p.143).

Este autor foi um dos primeiros a tratar a abordagem de território, e em a suas concepções, enfatiza o território como uma instância político-administrativa. Definindo-o a partir de um território nacional composto de um espaço físico, com suas instâncias jurídicas e política, definido pela ação do trabalho humano, composto de seus limites e fronteiras. Segundo Rafestin (1993) o território se apara no espaço, mas não é espaço, pois no momento em que os seres humanos se apropriam do espaço de forma concreta ou abstrata, o espaço passa a ser territorializado e conseqüentemente nestes espaços estão engendradas relações de poder.

Para SOUZA (2001, p.1) “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. O autor faz uma abordagem política e cultural ao identificar conflitos existentes nos espaços urbanos entre grupos sociais, que estabelecem relações de poder formando territórios perante a existência de diferenças culturais. Desta forma, Souza (2001) define que o poder não deve ser confundido com atos de violência e dominação, como também não se restringe ao Estado nação. Admitindo que o conceito de território possui interpretações que vão além da abordagem territorial do Estado-Nação.

Posteriormente em seus estudos Souza (2001) passa a propor o conceito de território autônomo, como uma opção de desenvolvimento. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Souza estabelece que a autonomia é a base do desenvolvimento de uma sociedade que objetiva princípios de liberdade e igualdade sociais. O autor esclarece que a autonomia territorial não significa a existência de uma sociedade sem relações de poder. SOUZA (2001, p.108) desta que “em qualquer circunstância, o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação de um grupo”. Assim, o território não assume características de um poder ideológico e centralizado como o Estado-Nação, mas um território autônomo onde as pessoas possuem o livre-arbítrio de manifestarem suas escolhas, produzindo um espaço mais justo. Sendo assim, o território passa a assumir várias vertentes, com diversas funções, principalmente pela existência de múltiplos territórios que podem ser temporários ou permanentes, como é o caso dos grandes centros urbanos, com o território das prostitutas, narcotráficos, dentre outros.

Ao realizar uma abordagem política e econômica da ocupação do espaço brasileiro Andrade (1995) considera que o território pode ser entendido como o controle efetivo das instâncias políticas, jurídicas, econômicas e fiscais e esclarece que o mesmo não deve ser confundido com os conceitos de espaço e lugar. Tendo a ideia de poder uma constante na análise de território:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Assim, o território se associa à ideia de uma área integralmente ocupada pela população, e pelos setores econômicos, em que as relações capitalistas se fazem presentes, sendo que o espaço é uma área mais ampla que o território englobando áreas vazias, que ainda não sofreram a ação humanas, ou seja, que não foram territorializadas.

Por sua vez Santos (1996) define que é no espaço que contém o território modelado, correspondendo as estruturas naturais e as edificações construídas pelo homem como: estradas, casas, cidades dentre outras. Neste mesmo sentido, Santos (1985) esclarece que a periodização da história é que define como será organizado o território. A materialidade do território passa a ser construída historicamente como a negação da natureza natural através de objetos e ações e normas (técnicas, políticas e jurídicas), que possuem em sua constituição conteúdos técnicos e sociais. Observamos aqui, que o autor faz recortes do espaço para compreender o território, buscando uma compreensão mais ampla e mais densa deste conceito.

De acordo com Santos (1996), o território pode ser compreendido historicamente como uma área ou pedaço do espaço, Estado-Nação ou um conjunto de lugares com uma constituição material. Para ele:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS,1996, p.51).

Fica nítido que Santos define o conceito de território a partir das relações homem natureza e estabelece diferenças entre espaço e território, determinando que a materialidade define o território e que o espaço reúne a materialidade e a vida que vos anima e, que o território é definido e construído a partir de cada momento histórico.

Santos (2002) define que o território se configura a partir das intenções humanas pelo uso da técnica, pelos meios de produção, pelos objetos, pelo conjunto territorial e pela dialética. O autor acredita que a formação territorial é algo externo ao território.

Com base nos autores mencionados chegamos à conclusão de que a ideia de relação de poder está explícita ou implicitamente nas abordagens de cada autor para a definição do conceito território, e que o mesmo é resultante do desenrolar histórico das ações humanas entre os seres humanos e dos mesmos com o meio natural. Esclarecendo que os territoriais são compostos de história, cultura, memória e espiritualidade, que constituem a visão de mundo e a identidade de cada povo. Por tanto, a luta em prol de sua permanência se constitui na defesa das formas de vida de quem nele habita.

3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS

Os projetos de colonização e reforma agrária desenvolvidos no Brasil possuíram, por um período de tempo, características tanto de natureza privada quanto estatal, mas ambos estavam embasados nas diretrizes do órgão estatal responsável pela aplicabilidade das políticas públicas de colonização e reforma agrária de acordo com o período vigente.

Atualmente o INCRA é o órgão federal responsável pela administração das terras públicas no cenário nacional, assumindo papel de grande relevância e responsabilidade no processo de desapropriação de terras, para fins de reforma agrária ou de imóvel rural, que não esteja cumprindo sua função social, destinando-os a projetos de assentamentos rurais.

Segundo o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, em seu artigo 1º, § 1º, “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra,

mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Diante da existência das políticas de reforma agrária existente no país o que se pode observar em âmbito nacional desde meados do século XX, com o surgimento do Estatuto da Terra até as primeiras décadas do século XXI, é que a estrutura agrária brasileira está marcada por processos que beneficiaram grandes projetos agropecuários, em detrimento de poucos investimentos públicos para a realização de uma reforma agrária que fosse capaz de atender a população sem-terra.

Desta maneira os projetos de assentamentos rurais desenvolvidos no Brasil até os dias atuais estão muito distantes de atender a real necessidade da imensa massa de trabalhadores sem-terra que existe, quanto mais promover uma distribuição de terras mais justa no espaço rural brasileiro.

O significado da palavra assentamento rural no uso cotidiano da população brasileira recebe a usual significação de conjunto de pequenas propriedades, que são doadas pelo poder público a trabalhadores sem-terra.

Segundo Bergamasco e Noder (1996) o termo *assentamento* foi utilizado pela primeira vez na linguagem sociológica e jurídica por volta de 1960 na Venezuela, durante o período em que se discutia a reforma agrária naquele país e, a partir desta data, ele se espalhou para vários países.

Para os autores citados, “de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BEGAMASCO; NODER 1996, p.07).

Bergamasco e Noder (1996) ainda ressaltam que a origem dos assentamentos está intimamente relacionada com os projetos de colonização, reassentamentos e populações atingidas por barragens, planos estaduais de valorização e de regularização possessoras das terras públicas, programas de reforma agrária e de criação de reservas extrativistas.

Para Furtado e Furtado os assentamentos rurais também podem ser definidos como:

[...] instalação de novas propriedades agrícolas, como resultado de políticas públicas, objetivando uma redistribuição de terras menos concentradora, cujos envolvidos são os trabalhadores rurais sem terra e aqueles com pouca terra. O termo assentamento, introduzido pelos órgãos oficiais, dá idéia de alocação, de fixação dos trabalhadores na agricultura, daí o surgimento de uma nova categoria no espaço rural, o assentado. (FURTADO, R.; FURTADO, 2000, p.180).

Os autores ressaltam que o termo assentado é uma forma de denominar meeiros, bóias-frias, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários dentre outros trabalhadores rurais, que perderam suas terras antes do assentamento tentando, desse modo, ocultar a luta dos mesmos pelo direito à terra, impedido-os de se tornarem protagonistas no/do processo de acesso à terra, tornando-os apenas beneficiários das políticas públicas de reforma agrária.

De acordo com o INCRA (2017), assentamentos rurais são “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas por este mesmo órgão, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”.

Mediante as definições acima expostas os assentamentos rurais são formados a partir das desapropriações de latifúndios improdutivos realizadas pelo INCRA, divididos em lotes ou parcelas de terras destinadas a trabalhadores sem-terra que se comprometem, ao receber estas áreas, desenvolver atividades agrícolas de subsistência, estabelecer moradia no local e utilizar-se de mão de obra familiar.

Estas unidades de produção agrícola existentes no Brasil são resultantes de políticas públicas de reforma agrária, que surgiram a partir dos movimentos sociais de luta pela terra com o objetivo de promover uma justa distribuição de terras no cenário agrário.

Atualmente os projetos de assentamentos oficializados pelo INCRA recebem nomes distintos de acordo com a sua origem, sendo divididos em duas modalidades: Modalidade de Projeto criados pelo INCRA e Modalidade de áreas reconhecidas por essa instituição.

No primeiro grupo estão as modalidades criadas pelo INCRA que são: Projeto de Assentamento Federal (PAF), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Assentamento Casulo (PAC). No segundo grupo se encontram as modalidades de projetos de assentamentos reconhecidas pelo INCRA, que são: Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Programa Nacional de Crédito Fundiário, antigo Programa Cédula da Terra (PCT), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescente Quilombola (TRQ), Projeto de Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Todos estes assentamentos baseiam-se no modo de produção familiar em que se desenvolvem atividades econômicas variadas, de acordo com a região em que estão localizados, principalmente atividades relacionadas à agropecuária incluindo a produção de alimentos para o consumo dos assentados, como também para abastecer o mercado interno.

O sistema produtivo destas unidades, em sua grande maioria, se baseia na economia solidária, associativista e cooperativista. Nestas unidades produtivas não existem divisão administrativa formal, porém as famílias assentadas se organizam em associações, para resolverem seus problemas, que são designados por setores como saúde, cultura, produção, dentre outras finalidades.

Os projetos sobre reforma agrária são de extrema importância social porque, via de regra, promovem a inclusão social através de uma melhor distribuição da renda e por meio do acesso à terra a trabalhadores que não a possuem. De acordo com MARTINS (2000, p.37) com a recente disseminação da agricultura familiar, a partir da ampliação dos assentamentos da reforma agrária se tornou possível atender um maior número de famílias, possibilitando-as multiplicarem suas rendas, melhorarem a qualidade de vida e suprimirem fatores de anomia⁴ e desagregação familiar.

Apesar das regiões destinadas a assentamentos serem contempladas com infraestrutura básica, muitos destes carecem de escolas, sistema de saúde e de crédito. É nítida a transformação social, que estas unidades de produção agrícola vêm promovendo na vida dos assentados.

A esse respeito, Leite et al. (2004, p. 258) conclui que:

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada. Os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho. (LEITE et al. 2004, p. 258).

Do exposto acima pode se inferir que a política de reforma agrária no país, através da implementação de assentamentos rurais, possibilita a inclusão social e a transformação dos sujeitos, que estavam à margem do mercado de trabalho.

Sob o ponto de vista da importância econômica dos assentamentos rurais para os municípios, em que os mesmos se encontram ou em relação a sua área de abrangência, Medeiros e Leite (2004) definem que:

[...] os assentamentos tenderam a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalaram, muitas vezes anteriormente caracterizadas por uma

⁴ Ausência de leis ou de organização.

agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológicas refletiram-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária etc., com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 37).

É notório que a reforma agrária no Brasil anda muito distante de atingir a demanda de trabalhadores rurais destituídos de terra. Os poucos assentamentos rurais existentes no país, que surgiram a partir de políticas públicas de reforma agrária, assumiram um elevado grau de importância para o desenvolvimento social e econômico dos assentados e das áreas em que estão inseridos. O que fica evidente no cenário rural brasileiro, ao analisarmos sua estrutura agrária, é que o país precisa de uma verdadeira reforma agrária, que seja capaz de promover uma reorganização da política agrária.

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR

O termo estrutura agrária é utilizado pelos estudiosos para definir as formas de acesso à propriedade da terra, estabelecendo grande relevância perante as relações existentes entre trabalhadores rurais, proprietários de terras e não proprietários. A estrutura fundiária refere-se à organização do espaço agrário e às características relacionadas ao tamanho das propriedades, sendo seu estudo de fundamental importância para a compreensão da estrutura agrária de uma determinada região.

Por mais que as formas de acesso à terra no Brasil, durante seu processo histórico, tenham contribuído para a concentração fundiária, ainda existe no espaço agrário brasileiro uma diversidade de pequenas e médias propriedades. Diante dos fatos observamos a atual estrutura fundiária brasileira, e percebemos que existe uma enorme discrepância quando consideramos a relação entre a quantidade de terras, por proprietários de terras, ou seja, o grande número de pequenos proprietários não ocupa a significativa parte das terras agricultáveis, devido estas extensivas áreas estarem sob o controle de um pequeno grupo de proprietários.

Dentro deste contexto fundiário e mediante as altíssimas desigualdades na distribuição de terras existentes, em todas as regiões brasileiras, as unidades de produção familiar ocupam apenas 20% das terras agricultáveis do Brasil.

De acordo com a Lei 4.504/64 entende-se por propriedade familiar:

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de

exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. (Estatuto da Terra - Lei 4504/64).

A agricultura familiar⁵ possui processos e características diferenciadas se comparada com a agricultura não familiar. Nela se desenvolvem atividades econômicas que atendem a requisitos básicos como: a propriedade rural não ter área superior a 4 módulos rurais⁶; a gestão da propriedade ser compartilhada pela família, ou seja utilizar-se-á da mão de obra da própria família no desenvolvimento das atividades econômicas da propriedade; a atividade agropecuária deve ser a principal fonte geradora de renda e; possuir a maior parte da renda familiar proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento rural.

A agricultura familiar também chamada de unidade de produção familiar agrícola consiste no cultivo de terras, que engloba pequenos proprietários rurais. A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera como empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural e estabelece um conjunto de características tais como: ter a renda familiar originada das atividades econômicas desenvolvidas no próprio empreendimento; ter como mão de obra a própria família; que o estabelecimento seja gerenciado pela própria família e que a área utilizada, para o desenvolvimento das atividades não ultrapasse a quatro módulos rurais de terra.

Este modelo de produção no espaço rural surgiu em oposição ao modelo capitalista de produção rural. De acordo com Chayanov (1981).

[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Esses princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. (CHAYANOV, 1981, p. 34).

Assim sendo, as políticas públicas destinadas a agricultura familiar assumem grande relevância neste modelo de atividade, principalmente na produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, contrapondo-se ao agronegócio, cuja maioria esmagadora da produção é destinada à exportação.

⁵ A agricultura familiar é aquela desenvolvida e administrada por pequenos produtores, para ser considerado agricultor familiar é necessário atender algumas exigências como: usar somente mão de obra familiar; de acordo com o módulo fiscal do município a propriedade não pode ser menor que 4 hectares e nem superior a 100 hectares e sustentar a família com o que é produzido na própria terra.

⁶ De acordo com o INCRA (2017): O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Por outro lado, a agricultura familiar brasileira é responsável pela produção de uma boa parte dos alimentos servidos cotidianamente à mesa dos brasileiros como feijão, arroz, milho, mandioca, café, trigo, dentre outros.

Conforme dito anteriormente, a Lei estabelece que para ser considerada uma unidade familiar de produção, a área destinada ao desenvolvimento das atividades agrárias não deve ser superior a quatro módulos rurais. Ocorre que o módulo rural no território a ser investigado assumiu uma nova configuração, uma vez que foram disponibilizados aos assentados lotes de 50 hectares sendo que destes, somente 20% podem ser desmatados para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo que o ressaltante deverá ser destinado à área de reserva florestal.

De acordo com a Lei 11.326 de julho de 2006, que define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar são considerados agricultores familiares silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Em suma, estes agricultores por morarem e trabalharem em seu local de trabalho possuem uma relação muito particular com a terra, além disso a diversidade produtiva também é uma característica deste setor.

Ao longo do tempo, a agricultura familiar passou a ser considerada estratégica e expressiva em termos de desenvolvimento econômico dos países pobres ou subdesenvolvidos, por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno.

Apesar da grande relevância da agricultura familiar na produção de alimentos destinados ao mercado interno, observa-se que as políticas públicas adotadas no Brasil privilegiam os grandes latifúndios. Como exemplo, pode ser mencionado o plano safra⁷ 2016/2017. Este demonstra que foi destinado 30 bilhões de reais para a agricultura familiar, enquanto a agricultura patronal recebeu um montante de 202.88 bilhões de reais, apesar da agricultura familiar gerar quase que 40% das receitas dos estabelecimentos agropecuários do país e empregar aproximadamente 70% dos trabalhadores do setor agropecuário.

Os recursos destinados a financiarem a agricultura familiar são implementados através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que surgiu no ano de 1995, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e inseri-la na cadeia produtiva local.

⁷ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/05>.

O referido Programa possui as menores taxas de juros dos financiamentos destinados ao setor rural, possibilitando diversas linhas de crédito, para os agricultores familiares, as quais podem se destinar para projetos relacionados à safra e às atividades agroindustriais.

Outro importante programa de fortalecimento da agricultura familiar está relacionado como o Projeto de Segurança Alimentar desenvolvido pelo Governo Federal, o Programa Fome Zero, que se constituiu em estratégia do Governo Federal, para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal Programa sustentava-se em quatro eixos articulados sendo: acesso a alimentação, geração de renda, articulação, mobilização e controle social e o fortalecimento da agricultura familiar, através Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) requer um encontro com sua origem que está circunscrita no Programa Fome Zero. A partir dessa concepção cria-se o Programa de Aquisição de Alimentos. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. O apoio aos agricultores familiares opera-se por meio da aquisição de produtos da sua produção, com dispensa de licitação. ([http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125\(01/04/17\)](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125(01/04/17))).

A referida Lei e o Decreto citados acima instituíram o PAA, e isto possibilitou a ação do Estado no processo de incentivo e comercialização da produção familiar, como também, trouxe aos agricultores a garantia de venda de seus produtos possibilitando-lhes maiores possibilidades do aumento de suas rendas.

O Censo Agropecuário de 2006, revelou que existem no Brasil 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84,4% do total de todos os estabelecimentos rurais existentes no país, sendo que a metade deles está na Região Nordeste.

Segundo o Censo Agropecuário (2006), a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Tal aspecto pode ser verificado por meio do quadro abaixo, que apresenta um demonstrativo da produção familiar e não familiar e, por meio do qual pode se inferir a importância desse modelo produtivo, para a segurança alimentar do país.

Quadro 02 - Comparação da Participação dos Modelos de Agricultura Familiar e Não Familiar

Cultura	Produção familiar %	Produção não familiar %
Mandioca	87%	13%
Feijão	70%	30%
Milho	46%	54%
Café	38%	62%
Arroz	34%	66%
Trigo	21%	79%
Soja	16%	84%
Leite	58%	42%
Aves	50%	50%
Suínos	59%	41%
Bovinos	30%	70%

Fonte: Grossi e Marques; Informações do Censo Agropecuário, 2006

Conforme o exposto, se tomarmos por base os gêneros alimentícios destinados à mesa do brasileiro, a agricultura familiar assume papel de destaque na produção do feijão, da mandioca e do leite, bem como de legumes e hortaliças. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Por outro lado, com relação a produtos como café, milho e soja verifica-se que a produção se concentra no modelo de agricultura comercial destinada, em grande escala, ao mercado externo.

O principal apoiador da agricultura familiar é o PRONAF, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Por meio dele, os agricultores familiares têm acesso a linhas de crédito, para investimento em suas propriedades. Porém, os projetos desenvolvidos para obtenção do crédito devem ser destinados para o custeio da safra, e para a atividade agroindustrial.

Para ter acesso ao PRONAF o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a renda bruta destas famílias deve ser inferior a R\$ 360 mil. A DAP foi criada para identificar e qualificar o agricultor familiar permitindo-lhe acesso diferenciado às políticas públicas de financiamento à produção rural. Atualmente, a DAP concede acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre as quais podemos citar as mais utilizadas pelos agricultores: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e o Programa Garantia Safra,

criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, com o objetivo de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares, que devido à estiagem ou excesso hídrico tiveram sérios prejuízos com sua safra.

3.4 FRONTEIRA AGRÍCOLA

O termo fronteira, deriva do antigo latim, sendo utilizado para indicar parte de um território situado a frente. Comumente este termo é entendido como uma linha que divide dois territórios, configurando os espaços que determinam os limites dos Estados Nacionais. Podendo ser demarcada com barreiras física construídas pelo homem (murros, cercas) naturais (terrestres, lacustres, marítimas e aéreas) ou abstratas (linhas imaginárias). Assumindo assim grande relevância na demarcação da soberania de um país, ao delimitar a governabilidade dos chefes de estados dentro dos limites territoriais.

No entanto, o uso deste conceito vem ao longo dos anos sendo utilizado para delinear os espaços sociais, ambientais e econômicos pelo mundo. Conforme podemos observar em Martins (2009):

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 2009, p. 11).

Desta forma, o conceito referente a fronteira não está somente relacionado a fatores de ordem geográfica, ele assume várias outras especificidades que vão para além da delimitação de território enquanto estância de Estado, possuindo características próprias e ímpares que se estabelecem de acordo com a realidade e especificidade de cada grupo envolvido.

Durante o tempo histórico da humanidade vários fatores contribuíram diretamente para que o conceito e significado de fronteira fosse alterado. Segundo Dias (2005) os conceitos variam de uma época para outra, sendo recriados pelos olhares humanos a cada período. Todavia, estas mudanças tendem atender os interesses e necessidades de determinados grupos sócias.

Com o advento da globalização, juntamente com a revolução das tecnologias de informações, os países abriram suas economias aos fluxos internacionais de capitais, de bens, de serviços e de capitais. Promovendo assim, uma ruptura nos limites e fronteiras mundiais, principalmente com o processo de formação de mercado regionais, em todo mundo (como

Mercosul, União Europeia, NAFTA dentre outros). Sendo que, em muitos destes blocos econômicos se estabeleceu uma livre circulação de pessoas e mercadorias.

No momento em que o sistema capitalista de produção modalizou os mercados nacionais, e estabeleceu conexões em escala global entre os sistemas de produção dos países, as fronteiras e barreiras econômicas entre os países foram sendo derrubadas a fim de atender aos interesses de grandes grupos empresariais.

De acordo com Ianne (2000):

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão internacional do trabalho, ultrapassaram fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria formas sociais de vida e de trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. (IANNI, 2000, p.208-209).

Desta forma, a globalização tem promovido a evolução e popularização das tecnologias que são fundamentais, para agilizarem os comércios e investimentos das empresas transnacionais, como também proporcionarem uma crescente homogeneização cultural. Ianne (2000) ainda destaca que “A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. O autor destaca que o processo de globalização através do modo capitalista de produção capitalista rompe coma as fronteiras físicas, culturais, sociais, econômicas dos países.

O que, tem se tentado demonstrar é que, o processo de globalização não está intrinsecamente relacionado somente a fatores econômicos, mas envolve questões sociais. Conforme podemos observar em SANTOS (2002, p. 96) ao afirmar que “as tradicionais fronteiras adquirem e estabelecem uma multiplicidade de significados que ultrapassam a definição convencional ao plano político”. Engendra se assim, uma ordem espacial vinculada a uma concepção de espaço global, rompendo com a concepção de fronteira associada ao limite político e territorial. Em termos gerais o conceito de fronteira sofreu modificações e incorporou novos elementos ao longo do tempo, através do avanço das sociedades, do desenvolvimento de técnicas de produção e das próprias mudanças políticas, econômicas e culturais.

Dentre os mais variados conjuntos de fronteiras existentes cabe aqui enfatizarmos os estudos das áreas de Fronteira Agrícola e Fronteira Agrícola Moderna. No que se refere à Fronteira Agrícola, podemos entender que se constitui num termo utilizado para demarcar a

região de um país que passa a sofrer com o avanço das atividades agropecuárias, em detrimento da devastação da vegetação natural. Geralmente estas áreas estão localizadas, em sua grande maioria, em terras devolutas⁸, onde se registram casos de desmatamento ilegal e principalmente de conflitos envolvendo posse da terra.

No tocante a Fronteira Agrícola Moderna, a mesma pode ser definida como a expansão das atividades agropecuárias intensivas em capital e tecnologia, em substituição a culturas tradicionais, a áreas de pastagens extensiva e à vegetação natural. Sendo que, a ocupação e exploração destas áreas, estão ocasionadas diretamente à necessidade de produção de alimentos, com a intenção de atender ao mercado internacional. Torna-se relevante destacar que este modelo de Fronteira Agrícola Moderna surge no Brasil, a partir da década de 1970, motivado por fatores econômicos e geopolíticos.

É importante ressaltar que a incorporação das novas áreas de Fronteira Agrícola à economia nacional, precede por uma série de processos relacionados a sua ocupação inicial. Que Martins (1975) define como Frentes de Expansão e Frente Pioneira, definindo que a Frente Expansão se concebe a partir do primeiro momento de ocupação do espaço, o que se expressa sob a existência de um vazio demográfico.

Já em relação a Frente Pioneira, MARTINS (1975, p. 45) relata que a mesma “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica”.

Martins (2009) ainda desta que a Frente Pioneira;

[...] imprime uma ideia “[...] que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais que [...] convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas”. (MARTINS, 2009 p.11-12).

Assim, o processo de ocupação territorial do Estado de Mato Grosso, foi marcado em diferentes períodos históricos a partir da chegada dos bandeirantes, em busca de índios e pedras preciosas, posteriormente com o extrativismo tivemos a borracha e poaia, com a chegada de migrantes de várias partes do país. Posteriormente a Frente Pioneira no Estado inicia-se com a criação do Município de Cuiabá/MT, com a construção do Aeroporto de Várzea Grande, com implementação das políticas públicas de colonização duramente o regime e a construção das Rodovias Federais BR-163 e BR-158.

⁸ Terras devolutas, são considerados espaços naturais pertencentes à união que não são delimitados por propriedades legais.

Desta maneira, Martins (2009); afirma que a Fronteira Agrícola pode ser entendida como um local de descoberta e de desentendimento entre a cultura e a natureza, cujo retrato é a “degradação do outro” que viabiliza uma relação social de domínio e exploração, com geração de conflitos sociais. Principalmente, pelo fato das regiões de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, estarem relacionadas com a ineficiência das políticas públicas de colonização e reforma agrária, pois muitas dessas terras não possuem documentos e são vendidas ilegalmente sem controle algum ou fiscalização dos órgãos estaduais e federais responsáveis por estas terras.

Perante a ineficiência do Governo Federal em administrar e fiscalizar suas terras, passou se intensificar no cenário rural brasileiro o modelo neoliberal de produção. Tendo no modelo capitalista de produção rural o agente fundamental, para definição e incorporação de novas áreas para investimento e mudança no padrão tecnológico no cenário agrário nacional.

Com relação a expansão da Fronteira Agrícola Brasileira fica nítido que a mesma vem se expandindo e se modificando de acordo com as mudanças políticas e econômicas de cada período histórico vigente.

O processo de colonização do Brasil teve seu início pelos portugueses. A Fronteira Agrícola localizava-se no litoral em área de mata atlântica, onde se desenvolvia atividades econômicas de extração do pau brasil, posteriormente esta área passou a ser utilizada para o cultivo de cana-de-açúcar. Com o início da mineração e com uma maior intensificação de práticas agrícolas fizeram com que a Fronteira se expandisse cada vez mais no sentido leste oeste. Com o passar dos anos e com os ciclos econômicos existente no país, a Fronteira foi avançando em direção ao interior do território. Sendo que, na metade do século XX com as políticas de colonização desenvolvidas pelo Governo Federal, a expansão atingiu com maior intensidade a Região Centro-Oeste, adentrando às áreas de cerrado.

O Estado brasileiro foi o grande incentivador e financiador da expansão da Fronteira Agrícola Brasileira na década de 1970, em direção as áreas consideradas periféricas do Bioma Amazônico, tendo-se desenvolvido na região o mesmo padrão tecnológico e agrário já existente em outras regiões do país.

Conforme relata Becker (1988) ao destacar que;

[...] o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detém o capital e a capacidade de organização; na década de 1970, incentivos fiscais e créditos especiais e a baixos juros são mecanismos que subsidiam a implantação dominante de empresas agropecuárias capitalistas vinculadas a firmas nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do país. (BECKER 1988, p.70).

Em pouco tempo grandes áreas do Centro-Oeste brasileiro passaram a integrar a economia nacional através do desenvolvimento de atividades agropecuárias, atividades estas que foram responsáveis por quase toda a devastação da vegetação (cerrado) original da região.

Atualmente, a Fronteira Agrícola Brasileira segue em direção a Região Norte do país, mais especificamente em áreas dos Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Goiás, em áreas de Floresta Amazônica.

Com o avanço da Fronteira Agrícola sob áreas de Floresta Amazônica surgiram muitos problemas de ordem ambiental e social, principalmente pelos os altos índices de desmatamento, com a expropriação de comunidades indígenas de suas terras ou com a redução de suas áreas de reservas.

Por haver muita ilegalidade referente a posse da terra, e pelo fato da fiscalização não conseguir acompanhar o desenrolar da ocupação das mesmas, têm ocorrido constantes disputas por territórios envolvendo indígenas, posseiros e grileiros. Sendo que muitos destes conflitos são marcados por atos de violência, com assassinatos em decorrência da luta pela terra.

Com a chegada do agronegócio no Brasil e em especial no Estado de Mato Grosso, ficou visível as grandes mudanças ocorridas no espaço agrário e urbano do Estado orientadas pela modernização do campo. Diante destas transformações Oliveira (2003) afirma que o processo de industrialização no espaço agrário matogrossense, ocorreu de forma contraditória com a indústria, pelo fato dos capitalistas transformarem-se também em latifundiários. Situação esta que ocorreu em maior escala durante o período militar, com o desenvolvimento das políticas públicas de colonização e expansão da Fronteira Agrícola Brasileira.

Durante o processo de expansão da Fronteira Agrícola Nacional, em direção a Região Centro-Oeste, especificamente o Estado matogrossense passou a receber agricultores oriundos de várias regiões do país, merecendo destaque a chegada de um elevado número de famílias vindas da Região Sul.

Já as atividades do agronegócio no espaço agrário do Estado, nos últimos anos, vêm-se destacando na produção de algodão, soja, milho, cana-de-açúcar e na produção de carne bovina, colaborando desta maneira para o fortalecimento da balança comercial brasileira.

A área de Fronteira Agrícola, em Mato Grosso a partir da década 1970, consolidou-se a entrada do capital monopolista no Estado, através dos grandes projetos agropecuários desenvolvidos na região da BR-158 e pela presença de empresas colonizadoras na BR-163, que provocaram mudanças espaciais tanto na estrutura organizacional como na espacial do Estado.

Nos últimos anos estas mudanças têm se acentuado cada vez mais em virtude do dinamismo das atividades econômicas desenvolvidas e, que estão relacionadas ao desenvolvimento da agricultura moderna, sendo a soja o principal produto agrícola.

Atualmente, o aumento da produção agrícola no Brasil, assim como no Estado matogrossense, não cresceu somente em virtude da expansão das áreas de cultivo. Mas também está relacionada ao desenvolvimento e a uma rápida difusão do elevado nível tecnologia, incluindo sementes, agroquímicos, fertilizantes e outros insumos para o cultivo.

É inegável os avanços da produtividade da agricultura moderna no Brasil. Porém tem ocasionado uma série de impactos negativos relacionados a questões ambientais e sociais como: altos índices de desmatamento, concentração de terras e riquezas, contaminação de alimentos, dentre outros.

Após a consolidação do agronegócio na Região do Meio Norte e Sul do Estado matogrossense. Tem se observado nos últimos anos a expansão da Fronteira Agrícola Moderna no Estado em direção às Regiões Nordeste e Noroeste do Estado. Apropriando-se de terras que até então, estavam sendo utilizadas para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

No tocante a expansão da Fronteira Agrícola Moderna, em direção a Região Noroeste do Estado tem se observado o aumento das áreas plantadas com soja e milho nos últimos seis anos nos Municípios de Aripuanã, Juara e Juína. Já com relação a criação de gado de corte percebe-se que os pecuaristas estão investindo na melhoria genética de seus rebanhos.

É visível, quando se observa a paisagem dos Municípios citados acima, que o agronegócio vem aos poucos se apropriando das terras dos mesmos, tais mudanças são perceptíveis nas áreas rurais destes Municípios, em virtude de se poder observar extensas lavouras de soja e milho em locais anteriormente ocupados pela pecuária extensiva, pelo aumento do número de máquinas e implementos agrícolas voltados para esta atividade, como também a existências de silos para armazenamento da produção.

De acordo com dados coletados no IBGE (2017) a região apresentava uma área plantada com soja de quinhentos e cinquenta alqueires no ano de 2011, já em 2016 esta área chegou ao um patamar de aproximadamente trinta e oito mil e novecentos alqueires. Desta forma, o modelo agroexportador vem se intensificando na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso, principalmente, por encontrar terras disponíveis para a compra com baixos preços, e pela melhoria da infraestrutura da logística. Desta forma a apropriação e uso do território, passou a ser visto como importante instrumento para a reprodução do capital, podendo ser altamente tecnificado segundo os interesses do agronegócio. De acordo com Santos (1994, p.33) “sob o impulso dos novos fatores técnicos, o espaço geográfico é

requalificado segundo os interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade”. Assim, pode se concluir que o fator econômico é o grande responsável pelas imensas transformações que o espaço geográfico vem sofrendo ao longo das últimas décadas, mediante a intencionalidade dos grandes grupos capitalistas.

Ao analisar o processo de expansão da agricultura moderna em consonância com o sistema capitalista de produção, a terra tornou-se uma mercadoria, sendo considerada um fator de produção como um outro qualquer. Desta forma, sua aquisição passa a ser possível em um sistema de mercado, que funciona com certo grau de auto regulação.

Para efeito de síntese, o conceito de Fronteira Agrícola está diretamente interligado com a expansão do capital. Conforme podemos observar em Trovão (1989) ao definir que;

[...] qualquer lugar onde existam, existiam ou se presume existir terras disponíveis ou devolutas que possam ser utilizadas como reserva de capital. Portanto, fronteira [...] e capital são dois fatores que estão interligados, uma vez que tanto um quanto o outro visam à ocupação e a posse da terra. Em virtude disso, os destinos de uma fronteira estão relacionados diretamente com o processo de ocupação da terra. (TROVÃO, 1989, p. 80).

Desta maneira, a terra enquanto um bem natural, passa a ser transformada em mercadoria capaz de gerar riquezas a seus proprietários, passando a ser objeto de disputas entre grupos capitalistas, comunidades indígenas, posseiros e trabalhadores rurais sem terra. Desta forma apropriação de terras por um determinado grupo, pode significar a negação a outros grupos, situação está que tende a gerar sérios conflitos de ordem social, entre os grupos que disputam o direito à terra.

4 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A terra, desde os tempos coloniais, consiste numa das fontes de maior conflito social no país. Observar a estrutura fundiária existente no território brasileiro facilita a compreensão das desigualdades existentes no campo, que se configuram como um dos principais problemas sociais existente no meio rural e que interferem, diretamente, na qualidade de vida da população campesina.

O processo histórico de aquisição de terras no país beneficiou a criação de grandes latifúndios, que se encontram presentes em grande parte do espaço agrário brasileiro. Atualmente, há a presença de uma minoria de proprietários de terras, que concentram em seu poder grandes latifúndios e, por outro lado, existem os minifúndios com milhares de proprietários rurais, com pequenas áreas de terras, que em sua grande maioria, não consegue extrair da sua propriedade renda necessária para sua sobrevivência, permitindo afirmar que a

distribuição de terras no Brasil é ao mesmo tempo desigual e contraditória. Essas informações evidenciam a discrepância que existe no Brasil com relação a sua estrutura agrária, considerando que, existe muita terra nas mãos de poucos e pouca terra nas mãos de muitos.

Para se compreender as razões que contribuíram para que se formasse esta estrutura agrária, é necessário compreender os processos de aquisição e concessão de terras, que ocorreram no Brasil desde o Período Colonial.

A propriedade privada da terra no Brasil surge com a chegada dos europeus por volta de 1500, uma vez que os nativos consideravam a terra como um bem comum. Naquele período, as populações nativas foram expropriadas de suas terras, que passaram a ser administradas pelos colonizadores, os quais se utilizavam de um modelo de apropriação dos recursos naturais existentes nestas novas áreas e, conseqüentemente, as anexavam às metrópoles europeias, transformando-as em Colônias de exploração.

Com o início do povoamento e da exploração de recursos na nova Colônia, o rei de Portugal percebeu que havia a necessidade de melhor administrar as terras possibilitando assim, controlar tributos, defender fronteiras e atrair investimentos que pudessem transformar a economia local. Diante destes fatos, o Governo Português transformou a Colônia em 15 latifúndios conhecidos pelo nome de Capitânicas Hereditárias.

Estas grandes porções de terras foram cedidas sob o Regime de Concessão, com direito à herança no caso de morte do donatário, para os portugueses que possuíssem condições de explorar economicamente estas grandes áreas.

Ao fazer alusão a esse modelo de concessão e uso da terra, Pereira (1932) afirma:

Remontando-se aos primórdios da formação da propriedade imóvel no Brasil, verifica-se que toda a terra era, de início, do domínio da nação portuguesa, isto é, do domínio público. Durante o período colonial [...] ela foi se desmembrando [...] constituindo-se assim exceções ao princípio geral da dominialidade pública sobre a terra brasileira. (PEREIRA, 1932, p.05).

Os donatários das capitânicas possuíam direito de distribuir determinadas parcelas das terras que, se encontravam sobre a sua concessão de outras pessoas que já moravam na Colônia, desde que estas possuíssem capital suficiente para explorá-las e cumprissem duas exigências principais: estabelecer moradia na área e promover o cultivo da mesma. Como observa Vianna (1933),

[...] em seus pedidos, os requerentes de Sesmarias faziam constar, em consonância com os pensamentos da Coroa, que eram homens de posses. *Cada um dos pretendentes se justifica dizendo que “hé home de muita posse e família”, ou que “hé home de posse assim de gente como de criasões q’ha um morador san*

pertensentes”, ou que “tem muita fabrica de guado de toda sorte e escravos como qualquer morador. (VIANNA, 1933, p. 56-57).

Este sistema de concessão de terras ficou conhecido como Sesmarias e existia em Portugal, em forma de lei, desde 1375 e, posteriormente, fora adaptado para o Brasil. Torna-se de grande relevância destacar que os amigos do rei e as pessoas pertencentes à nobreza eram aqueles que tinham acesso à terra no Brasil durante o Período Colonial, enquanto que para a grande maioria das pessoas que ocupavam o território brasileiro, era negado a garantia do acesso à terra.

Diante de todo sistema de concessões de grandes latifúndios à burguesia, podemos observar, segundo Stédile (2005), como era estabelecido o sistema montado para atender aos interesses de Portugal.

Os colonizadores então, organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava. Trouxeram e nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu. (STÉDILE, 2005, p. 20).

Sob a égide do modo de produção capitalista os colonizadores adotaram o *plantation* como modelo de produção agrícola, adotando técnicas modernas de produção, para a época e utilização de mão de obra escrava. Todo este modelo de produção organizado na Colônia tinha como objetivo principal atender aos interesses da Coroa Portuguesa, que consistia em produzir o máximo, objetivando a exportação para Portugal.

Este processo de distribuição de terras perdurou até 1822 com o fim das Sesmarias. Durante os períodos de 1822 a 1850, o Brasil passou por um período de inexistência de leis que regulamentassem o uso da terra e por transformações sociais como, pressões internas e externas para a libertação dos escravos, fuga de escravos e formação de quilombos e fim do tráfico negro.

Ao perceber que a abolição dos escravos era um caso irreversível e querendo beneficiar a burguesia, a Coroa tratou de regulamentar a posse sobre a terra, editando a primeira Lei de Terras, conhecida como Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Tal Lei possuía caráter discriminatório, transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e determinava que a aquisição destas só poderia ser concedida através de compra

Com o objetivo de dificultar o acesso à terra para os escravos recém libertos e imigrantes, transformados em mão de obra para os grandes latifúndios, a Lei de Terras definia

a forma de acesso à terra no Brasil, determinando que somente poderia ser proprietário aquele que pudesse pagar determinada quantidade de dinheiro à Coroa e a legalizasse em cartório.

Aqueles que tinham concessão das Sesmarias regularizaram seus direitos junto à Coroa através da compra e asseguravam a terra enquanto propriedade privada, aspecto que ocasionou uma grande concentração fundiária e desta forma, os latifúndios foram se consolidando.

Serra (2003) aponta que o preço da terra era suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários. A Lei de Terras beneficiou os latifundiários e expropriou diversos segmentos da população do direito de acesso à terra, mesmo através da compra, situação ainda comum no país.

Na segunda metade do século XIX houve uma crescente imigração de europeus para o Brasil, sendo que a maioria foi direcionada para os núcleos de colonização. Merece destaque o grande fluxo de imigrantes italianos que chegaram à Região Sul do Brasil. Nesta Região o Governo Imperial organizou núcleos coloniais, onde cada família recebia terras correspondente a 25 hectares, sendo obrigada a pagar de forma parcelada à Coroa, determinada quantia em dinheiro.

Por outro lado, os imigrantes que chegaram ao Brasil na mesma época e foram para o Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, não tiveram a mesma sorte pois, de imediato, negou-se a eles o direito de acesso à terra, restando aos mesmos o trabalho nas lavouras de café.

A partir da primeira Constituição Republicana (1891), a política de concessão de terras no país passou a ser feita de forma diferenciada. Desse momento em diante a posse das terras devolutas passou-se para os estados, que possuíam autonomia, para desenvolver suas próprias políticas de concessão de terras começando assim, a transferência de grandes quantidades de terras para grandes fazendeiros e empresas de colonização, cujos interesses sobre a propriedade da terra eram especulativos.

O fato da Lei 601 ter favorecido o acesso à terra à burguesia e excluído os trabalhadores pobres e escravos libertos, foi um fator determinante, para que surgisse no fim do Regime Imperialista e início do Regime Republicano movimentos camponeses, que reivindicavam mudança na Lei, que regimentava a distribuição de terras no país. Os camponeses esperavam uma melhor qualidade de vida e por meio desses movimentos reivindicavam maior facilidade de aquisição de terras.

Segundo MORISSAVA (2001, p.86) os movimentos que tiveram maior destaque durante este período e que envolveram milhares de camponeses pobres foram “[...] o liderado

por Antônio Conselheiro, em Canudos, Bahia (1893-1897), e a Guerra dos Contendados (1912-1916), na região em litígio entre Paraná e Santa Catarina que teve como líder o Monge José Mari”.

Estes movimentos foram brutaemente repreendidos por tropas federais e estaduais que temiam a restauração da monarquia deposta em 1889. Diante destes fatos o que se pode observar foi um total descaso do Estado em promover políticas que pudessem facilitar o acesso à terra à população pobre, simplesmente manteve a base agrária do país voltada para o latifúndio.

Durante o período conhecido como Era Vargas (1930 -1945), ocorreram mudanças estruturais na política e na economia brasileira. O modelo político econômico agrário foi subordinado ao modelo industrial. As oligarquias rurais continuavam com suas posses e desenvolvendo o modelo agroexportador, mas perderam o poder político que, agora se encontrava nas mãos da burguesia industrial.

O Governo de Getúlio Vargas não teve a menor consideração com os trabalhadores rurais, pois se encontrava comprometido com as forças que tinham-lhe dado apoio. Porém, o Governo Vargas se concentrava em atender às reivindicações dos grupos que haviam-lhe garantido apoio político. De um lado havia o Movimento Tenentista, que reivindicava a distribuição de terras e a elaboração de leis que protegessem os trabalhadores rurais e a colonização de terras devolutas em pequenas propriedades rurais. Por outro lado, se o Governo Vargas atendesse às propostas do Movimento Tenentista, acabaria criando problemas com os grandes proprietários que o apoiaram no movimento revoltoso.

De certo modo os trabalhadores rurais que não possuíam organizações que pudessem fazer solicitações ao Governo, foram praticamente esquecidos durante o Governo de Vargas. Apesar disso, esse Governo promoveu projetos de colonização no Estado de Goiás e no Sul de Mato Grosso, que a esse tempo ainda não fora dividido, deslocando um contingente de trabalhadores rurais para estas áreas.

Com o fim do Estado Novo em 1945, elege-se democraticamente a primeira Assembleia Constituinte do país com a eleição de deputados e senadores, que tinham como objetivo principal elaborar uma nova constituição, que indicasse os novos rumos a serem tomados no país.

Por mais que a maioria da Assembleia fosse composta em grande parte por conservadores, o Partido Comunista Brasileiro apresentava uma bancada de doze senadores que, através do Senador Luiz Carlos Prestes, apresentou Projeto de Lei com o objetivo

principal de promover mudanças na estrutura agrária brasileira conforme afirma Stédile (1997):

Foi nessa Constituinte que pela primeira vez se falou a necessidade de reforma agrária, ou seja, defendeu-se a tese de que a propriedade das terras no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria, e que isso constituía grave problema, pois impedia o progresso econômico do meio rural e a distribuição de renda e justiça social. Para enfrentar este problema era necessário portanto, fazer uma reforma no modo como a propriedade da terra se dividia –uma reforma agrária que distribuisse terras a quem nela quisesse trabalhar. (STÉDILE, 1997. p. 12).

Apesar deste e de vários outros projetos de lei que tramitaram na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 não terem sido aprovados, observou-se que os debates sobre a questão agrária passaram a ser discutidos no âmbito da política pública, sendo considerado um grande avanço, pois o Governo passou a reconhecer a existência dos problemas agrários no país.

De acordo com os partidos políticos de esquerda a não realização desta reforma de base significava um grande obstáculo para o desenvolvimento do país.

Com o passar dos anos, a apropriação de terras pelos grandes fazendeiros, a exploração da força de trabalho dos camponeses, a negação de políticas públicas que facilitasse o acesso à terra à população camponesa foram fatores determinantes, para que ocorressem em várias localidades do país movimentos que, reivindicavam mudanças sociais na política nacional. Ocorre que, por terem ocorridos em pontos isolados e não estarem articulados entre si tiveram pouca visibilidade no país.

Os Estados de Pernambuco e da Paraíba estão marcados na história dos movimentos camponeses brasileiros, por ser lócus da ocorrência dos movimentos sociais que ficaram conhecidos como Ligas Camponesas. Estas Ligas eram associações de trabalhadores rurais sem terra que lutavam pela reforma agrária no Brasil e tiveram início na década de 1955, principalmente na Região Nordeste do país, com o apoio do Deputado Francisco Julião do Partido Social Brasileiro (PSB) porque o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi o primeiro a enviar para Assembleia Constituinte em 1946 o Projeto de Lei que defendia a necessidade de reforma agrária no Brasil, teve seu registro legal cassado em 1947.

O Movimento instaurado pelas Ligas Camponesas sofreu forte repressão dos grandes latifundiários e do poder político mesmo assim, foram se difundindo e se organizando de acordo com cada região de ocorrência. Em sua grande maioria possuíam o interesse comum de lutar pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida da população rural, conforme salienta Bergamasco e Norder (1996) ao afirmar que a:

[...] eclosão de novos conflitos sociais no campo, dentre os quais a luta de assalariados por melhores salários e por direito trabalhistas, a resistência de

posseiros, arrendatários e foreiros contra a exploração das terras que vinham ocupando, ou ainda as lutas contra o aumento das taxas de arrendamento. (BERGAMASCO E NORDER 1996. p,13)

Alguns destes movimentos para ganhar força política e repercussão nacional com relação a reforma agrária se unificaram a movimentos sociais urbanos.

Uma das primeiras iniciativas em prol da reforma agrária ocorreu com a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA) no ano de 1962, com o objetivo de promover a reforma agrária. Dois anos depois foi elaborado um Decreto que desapropriava terras em torno de rodovias federais e as destinava para a reforma agrária, porém este Decreto não entrou em vigor devido ao Golpe de Estado, que ocorreu no mesmo ano e que deu início ao período da Ditadura Militar, que perdurou praticamente 21 anos e distorceu completamente as políticas públicas de reforma agrária.

As Ligas Camponesas perduraram até 1964, quando foram totalmente reprimidas durante a ditadura civil e militar e seus líderes foram presos. Os movimentos sociais de luta pela terra só foram retomados a partir da década de 1980, durante o período de decadência da ditadura civil-militar no Brasil, por meio do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST).

Por mais que os debates sobre a reforma agrária tivessem avançado após a Constituição de 1946, com o Golpe de 1964 as questões sobre reforma agrária ficaram em segundo plano. As questões agrárias se mantiveram em evidência no cenário político brasileiro, mas, possuíam características completamente novas.

No dia trinta de novembro de 1964 foi elaborado pelo Governo Militar o primeiro documento oficial que implementava projetos de colonização em áreas de Fronteiras Agrícola no Brasil denominado de Estatuto da Terra, por intermédio da Lei N.º 4.504, de 30/11/1964. Foram criados, também, neste mesmo período, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) responsável pela realização de reforma agrária, em substituição a SUPRA, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), responsável por fixar diretrizes e implementação de projetos de colonização em áreas de Fronteiras Agrícola.

A partir de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em substituição aos institutos IBRA e INDA, tendo a função de desenvolver a reforma agrária, administrar e manter o cadastro das terras públicas da união.

Durante este período o Governo implementou vários projetos de colonização no país, como o Programa de Integração Nacional (PIN); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na

Amazônia (POLAMAZÔNIA): Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

Ocorre que, o modelo adotado pelo Regime Militar em relação ao meio rural, ao invés de fomentar as reformas de base que o país necessitava, apenas favoreceu os latifundiários estimulando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, incentivando as culturas de exportação e mecanização do processo produtivo.

De uma forma geral a trajetória da política agrária brasileira durante os vinte anos do Regime Militar promoveu a ocupação e exploração de terras, que viabilizaram a concentração de terras e a expansão de latifúndios, revelando um verdadeiro descaso com os trabalhadores rurais. Para esses que sonhavam com o acesso a um pedaço de terra através de reforma agrária, só restavam duas chances segundo Stédile (1997):

[...] a migração para a cidade para servir de mão-de-obra barata às indústrias, ou para regiões ainda mais longínquas do Norte do país, induzidos a isso pela falsa propaganda e pela construção de grandes estradas que cortaram a selva amazônica, como a transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho. Essas rodovias seguiram uma lógica de ocupação de todo o território nacional menos habitado, para garantir o país contra “possíveis ameaças externas”, como dizia os militares na época. (STÉDILE, 1997, p.16).

Por mais que o Estatuto da Terra de novembro de 1964 fixasse diretrizes na direção de programas de distribuição de terras, a modificação da estrutura agrária brasileira permaneceu praticamente inalterada

Com o término do Governo Militar e início do processo de redemocratização do país, iniciou-se um novo período político e intelectual de debates sobre a reforma agrária, ressurgindo os movimentos sociais de luta pela terra. Por outro lado, a política de reforma agrária considerada como ponto de honra para o avanço da cidadania no país, passou a sofrer forte resistência por parte dos latifundiários e de seus representantes políticos, que buscavam a qualquer custo travar na Câmara e Senado Federal a proposta de mudanças na estrutura fundiária brasileira, baseada no Estatuto da Terra.

No ano de 1987, o INCRA foi extinto porque suas metas não foram atingidas e em 1989, considerando a importância da questão agrária, na atual realidade brasileira, durante o Governo do Presidente José Sarney foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ficando a responsabilidade sobre a reforma agrária para o Ministério da Agricultura.

Durante o Governo de Fernando Collor (1990-1992) nenhuma desapropriação de terras foi realizada e os projetos de colonização foram encerrados, limitando-se a dar continuidade aos projetos de reforma agrária iniciados no Governo anterior.

No Governo de Itamar Franco, que teve duração de 17 meses entre os anos de (1993-1994), tentou-se avançar em relação às questões agrárias, mas o que houve foram algumas desapropriações de terras e a realização de pouquíssimos assentamentos.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) governou o Brasil por dois mandatos consecutivos durante os anos de 1995 a 2002. De início, o principal objetivo de seu Governo era conter os altos índices de inflação existente no país. Dentre as medidas que o Governo de FHC adotou para alcançar a estabilidade econômica do país destacaram-se a elevação das taxas de juros e a privatização de empresas estatais.

Com relação à reforma agrária o Governo de FHC pretendia assentar 280 mil famílias durante seus primeiros quatro anos de mandatos, objetivo este que se tornou inexpressivo se comparado com a realidade nacional, mediante ao número de trabalhadores rurais sem terras existente no país.

Com a retomada dos movimentos sociais de luta pela terra que proliferaram em diversas regiões do país e com a repercussão na comunidade internacional do Massacre de Corumbiara, em 1995 e de Eldorado dos Carajás, em 1996, o Governo Federal foi obrigado a promover mudanças urgentes na política agrária nacional, principalmente pelo fato dos acontecimentos, citados anteriormente, estarem diretamente relacionados com atos de extrema violência policial contra os trabalhadores rurais e de ocupações de terra.

De acordo com Leite (2007):

esses acontecimentos deram novo destaque à questão agrária e levaram o Governo a criar, em 1996, o Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), mais tarde transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), retirando o tema da alçada do Ministério da Agricultura, tradicional espaço de controle dos grandes empresários rurais, e subordinando-o mais diretamente à Presidência da República. (LEITE, 2007, p. 87- 88).

Com estas medidas o Governo Federal promove mudanças na política nacional de reforma agrária, passando a exercer a desapropriação de terras por interesse social. Em detrimento deste redesenho da política agrária a agricultura familiar passou a receber maior atenção governamental em busca do seu fortalecimento.

Na propaganda do Governo foi divulgado que o período da história brasileira em que houve o maior número de assentados pela reforma agrária foi na gestão do Fernando Henrique Cardoso. Este mecanismo de marketing político pode ser observado em Brasil (2002):

[...] em sete anos deste Governo, mais de 565 mil famílias foram assentadas. Nos trinta anos anteriores, até 1995, foram assentadas 218 mil famílias. A meta para o ano de 2002 é assentar em torno de cem mil famílias seja pelo instituto da desapropriação, pelo INCRA, ou por meio do crédito fundiário do banco da terra. O

Brasil está realizando sem atropelos nem arranhões ao Estado de Direito – a maior reforma agrária do mundo. (BRASIL, 2002, p. 192).

Tais afirmações foram contrapostas por parte dos movimentos sociais, por intelectuais por técnicos especializados e por parlamentares que defende e lutam pela reforma agrária brasileira.

Em síntese, para chegar a este montante de dados, o Governo contabilizou antigos assentamentos como novos e considerou como assentamentos meros processos de regularização fundiária.

Com a do Programa Nacional de Crédito Fundiário e o Banco da Terra, procurava-se financiar os imóveis rurais diretamente aos interessados e realizar investimentos em infraestrutura básica para os trabalhadores rurais sem-terra, minifundiários, arrendatários, meeiros e posseiros. Esta política de reforma agrária ficou conhecida como reforma de mercado, descaracterizando e enfraquecendo a historicidade dos movimentos sociais de luta pela terra.

Além disso, o Governo adotou uma série de medidas chamadas de combate às invasões de propriedades rurais, para impedir o avanço das conquistas sociais em prol da reforma agrária, promovendo a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, conforme demonstrado pela medida provisória nº 2183, de 2001, ao determinar,

que imóvel que for objeto de invasão motivada por conflito agrário ou fundiário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado para fins de reforma agrária nos dois anos seguintes ou o dobro desse prazo em caso de reincidência. A portaria nº 101, de 2001, do MDA, exclui do programa de reforma agrária do Governo Federal as pessoas que forem identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões [...]. As invasões que em 1997 chegaram a 502, em 2001 foram reduzidas para 157". (BRASIL, 2002, p. 197).

A partir da aprovação destas medidas pode se observar uma significativa diminuição de ocupação de terras durante a vigência do Governo FHC, mas, por outro lado, houve drástica redução do número de famílias assentadas neste mesmo período.

Por mais que o Governo de FHC tenha publicado que desenvolveu o maior projeto de reforma agrária da história do país, o que se pode perceber, durante seu Governo, foram ações voltadas para conter os conflitos sociais no campo, ao invés de promover mudanças estruturais referentes às questões agrárias.

A reação diante destas iniciativas governamentais foi o aumento do número de famílias acampadas às margens de rodovias e a precarização dos assentamentos já implantados, devido à falta de infraestrutura básica e de crédito agrícola para investimento.

Após obter a vitória eleitoral, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, que recebeu apoio de vários movimentos sociais, entre eles do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) assume a reforma agrária como compromisso que fizera durante a campanha e com duas promessas a serem cumpridas: aumentar o número de famílias assentadas e levar qualidade aos projetos de reforma agrária existentes.

Essas propostas despertaram enormes esperanças de mudanças sociais e políticas no espaço rural brasileiro, na medida em que os trabalhadores rurais sem terra depositaram suas esperanças em um novo programa de reforma agrária, que realmente atendesse às expectativas dos trabalhadores rurais.

Diante de pressões sociais o Governo Lula em seu primeiro mandato (2003- 2006) desenvolveu o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o objetivo de assentar 520 mil famílias, quando na verdade assentou, aproximadamente, 220 mil famílias ficando bem aquém do estimado para seu primeiro mandato, apesar de ter divulgado ter realizado o assentamento de mais de 500 mil famílias. Semelhantemente ao Governo FHC, os dados contabilizados não envolviam apenas novos projetos de assentamentos, mas tão somente a regularização fundiária em áreas de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragem.

Durante o segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) não se desenvolveram ações referentes ao terceiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Segundo Oliveira (2017) este Governo contribuiu para a valorização do agronegócio.

[...] o governo se descompromissou em fazer a Reforma Agrária e passou a adotar uma política de Contra-Reforma Agrária, porque enviou duas medidas provisórias (MPVs) ao Congresso. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 mil hectares para 2500 hectares e só passou no Congresso até 1500 hectares. (OLIVEIRA, 2017).

Com estas medidas adotadas o Governo Federal estabeleceu uma política agrária que favoreceu a grilagem de terras e ao invés de realizar reforma esperada, estabeleceu uma política de Contra Reforma Agrária, não cumprindo assim sua meta.

Na busca de garantir apoio político e por ter certa simpatia com o agronegócio, o Governo Lula não desapropriou terras em áreas de interesse de multinacionais. Em suma, o que se observou em relação a política agrária brasileira durante o segundo Governo Lula foi a existência da chamada Contra Reforma Agrária, ao viabilizar a expansão das culturas de exportação em detrimento de culturas que compõem a alimentação básica da população brasileira.

Durante o primeiro mandato do Governo Dilma, de 2011 a 2014, o número de famílias assentadas foi menor, em comparação aos números de FHC durante seu segundo mandato e, de Lula durante seu primeiro mandato. Dados publicados pelo INCRA indicam que o número de famílias assentadas durante o primeiro mandato de Dilma foi de 107.354 de famílias sem-terra enquanto FHC e Lula sempre superaram a meta de 200 mil famílias.

Mediante a estas situações, houve decréscimo na área incorporada para a reforma agrária em relação aos governos anteriores, chegando a pior marca de 2,9 milhões de hectares de terras em quatro anos, superando a pior meta da época que pertencia ao primeiro Governo de FHC, com a marca de 8,6 milhões de hectares.

A queda do número de recursos disponibilizados para o INCRA pelo Governo Federal, principalmente com a desapropriação de terras é o que pode ter contribuído para a queda do número de famílias assentadas durante este período.

Estes dados chamaram à atenção devido ao partido da Presidenta ter sempre apoiado os movimentos sociais que estavam ligados aos trabalhadores rurais e, principalmente, pelo fato do INCRA, no Governo Dilma, possuir o discurso no desenvolvimento de políticas públicas que o diferenciasssem dos governos anteriores, com a proposta de combinar quantidade com qualidade, com a ideia de transformar os assentamentos em verdadeiras comunidades rurais autônomas e integradas.

4.1 A GÊNESE DA LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

É notório que os primeiros povos que ocuparam a Região Amazônica brasileira foram os povos indígenas que mantinham uma relação harmônica com a natureza, já a ocupação com fins comerciais e exploratórios teve início nos anos de 1494 com o Tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha que delimitava a porção leste do território brasileiro que pertenceria aos portugueses e a porção oeste, em que estava situado o Bioma Amazônico para os espanhóis.

Nos anos seguintes à chegada dos portugueses ao território brasileiro, estes adentraram o território além do Tratado de Tordesilhas e se apossando das terras que eventualmente pertenceriam a Espanha. Por volta dos anos de 1540, equipes lusitanas de desbravadores chegam à região para garantir a posse do litoral contra invasores ingleses e holandeses.

O primeiro ciclo econômico desenvolvido na região amazônica pelos portugueses foi o extrativismo da castanha e do cacau, o que gerou muitos dividendos a corte portuguesa.

Com a assinatura do Tratado de Madri, entre Espanha e Portugal, em 1750, se estabeleceu o direito da posse das terras para quem a explorasse e ocupasse assim, os

portugueses passaram a ter direitos sobre a área da floresta amazônica, expandindo o território de ocupação da Coroa Portuguesa na América do Sul após a anexação desta área.

Durante o final do século XIX, motivado pela necessidade das indústrias inglesas na aquisição de borracha e pelo Bioma Amazônico apresentar grande quantidade de seringais nativos com a possibilidade de exportação destes produtos, as empresas inglesas deram início ao ciclo da exploração da borracha na Amazônia. Estima-se que, entre as décadas de 1870 a 1900, mais de 300 mil nordestinos migraram para a região fugindo dos flagelos da seca. Todo esse contingente humano vai servir de mão de obra nos seringais, contribuindo para o avanço da fronteira extrativista, chegando até a região do atual Estado do Acre.

O extrativismo da borracha provocou grandes transformações no espaço amazônico e por volta de 1910, o clima de euforia desta atividade entra em declínio com a entrada no mercado internacional da borracha vinda das Colônias britânicas localizadas na Ásia, o que impôs forte concorrência ao produto nacional que não suportou a concorrência externa.

Em seguida, a maioria dos seringais foram abandonados devido a inviabilidade da produção e muitos migrantes voltaram para seus estados de origem, resultando uma grave crise econômica em toda região.

Como a produção brasileira de borracha era incapaz de fazer frente à produção asiática, cabia ao Governo promover novas políticas públicas de extração do látex, para que esta atividade se tornasse lucrativa a seus exploradores, todavia o Governo não interferiu no sistema de extrativismo que já vinha sendo desenvolvido pois, do ponto de vista de ocupação territorial, o modelo vigente de exploração vegetal estabelecido se constituía como uma maneira de garantir a presença brasileira na região.

A partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, o Governo do então Presidente Getúlio Vargas inicia uma política de ocupação do Oeste brasileiro denominada Marcha para o Oeste. Esta política pretendia promover planos para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil e, conseqüentemente, promovessem a ocupação e o desenvolvimento destas áreas.

Vargas buscava promover a ocupação dos ‘vazios’ demográficos por meio de excedentes populacionais, que faziam pressão no centro-sul do país, dirigindo estas pessoas para áreas que produzissem matérias primas e gêneros alimentícios de baixo custo e, que pudessem subsidiar a implantação das indústrias na Região Sudeste.

Visto de outra maneira, o Governo de Vargas pretendia criar bases de produção nos Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás, que seriam responsáveis pela produção de alimentos e de matérias-primas capazes de abastecer o novo polo industrial do Sudeste.

Todo o processo de ocupação do Centro-Oeste era condição inicial para que se pudesse iniciar de forma preliminar a ocupação das regiões periféricas da Amazônia, de acordo com as políticas públicas do governo brasileiro.

Até a década de 1960, a não ser no curto período do auge da extração da borracha a Região Amazônica era praticamente desconhecida dos brasileiros. A maioria dos brasileiros da Região Centro-Sul que era até então, de acordo com os critérios socioeconômicos, considerada a mais rica e desenvolvida do país, só conhecia a Amazônia apenas do ponto de vista estatístico, como podemos observar nas palavras de Velho (2009):

As estatísticas “naturais” sobre a Amazônia (mais de metade da extensão territorial do Brasil, a maior bacia hidrográfica do mundo etc.) eram parte essencial da crença no Brasil como o “país do futuro”. Mas, sobretudo para os brasileiros do Centro-Sul era só; apesar de na região terem se montado certas estruturas sociais que englobavam, de qualquer maneira, uma população dispersa. (VELHO, 2009, p.182).

Com o Golpe Militar de 1964, o Governo realiza a primeira grande política de colonização por meio de grandes projetos de colonização, com o intuito de integrar a Região Amazônica com o restante do país e garantir a ocupação do espaço considerado “verdadeiro vazio” demográfico,

A grande maioria dos projetos foi desenvolvida em parcerias do Governo Federal com empresas multinacionais, que desconsideraram a população, que habitava às áreas designadas para colonização, ocasionando mortes de trabalhadores rurais devido a conflitos pela posse da terra.

Com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o Governo do Presidente Médici, a política pública de colonização da região amazônica facilitou a concentração de terras por grandes proprietários, contribuindo assim, para o surgimento de grandes latifúndios e expropriação da população que habitava esses espaços.

De posse dos slogans “*terras sem homens para homens sem-terra*” e “*integrar para não entregar*”, os militares desconsideraram a legitimidade dos povos que habitavam a região como índios, caboclos, camponeses, quilombolas e ribeirinhos, promovendo de forma violenta a ocupação da Amazônia através da “venda” de grandes extensões de terras às empresas colonizadoras.

Através da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) os militares concederam incentivos fiscais e linhas de créditos, para as empresas privadas que se propusessem a se instalar na região.

Mediante a análise dos recursos aplicados durante os cinco primeiros anos de criação da SUDAM, percebe-se que os planos deste órgão privilegiaram a criação de bovinos.

Ressaltamos que, o mesmo não pode ser observado com relação aos investimentos relacionados a reforma agrária, já que entre os anos de 1964 e 1970, a Região da Amazônia Legal recebeu elevado fluxo migratório espontâneo de trabalhadores rurais, oriundos das Regiões Nordeste e Centro-Sul do país, devido as difíceis condições de vida que estes trabalhadores enfrentavam em suas áreas de origem. Diante destes fatos o que se pode constatar é, que pouco foi feito no intuito de colocar em prática o Plano Nacional de Colonização Oficial.

Assim, durante as décadas de 1970 e de 1980, a Amazônia Legal foi sendo ocupada por grandes de empresas de colonização e do setor agropecuário que viam no Projeto da SUDAM, oportunidades de aumentarem seus lucros sendo que, os poucos projetos de assentamentos estavam direcionados, em sua grande maioria, para que as famílias dos camponeses assentados servissem de mão de obra nas grandes fazendas.

O reflexo das políticas públicas de ocupação do território da Amazônia Legal contribuiu, ainda, para que ocorresse na década de 1970 um alto índice de crescimento demográfico na região. No entanto, o mau planejamento da ocupação resultou em sérios problemas ambientais devido aos altos índices de desmatamento impulsionados pela venda da madeira e da expansão agropecuária. Tais circunstâncias repercutiram mundialmente e fortaleceram o discurso de internacionalização da Amazônia.

Com a introdução da soja e da pecuária extensiva a partir das décadas de 1990 e 2000 no Bioma Amazônico, os problemas ambientais se agravaram ainda mais, pois as áreas de desmatamento que durante a década de 1970 ocuparam um patamar de 14 milhões de hectares, chegaram a ultrapassar, na década de 2000, a marca considerável de 41 milhões de hectares.

O crescimento demográfico da Região Amazônica a partir do ano de 2000 ultrapassou os 21 milhões de habitantes, o que provocou expansão urbana desordenada, principalmente em Cidades como Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco.

A política pública de ocupação desenvolvida pelos militares para a Amazônia fez com que o espaço geográfico da região se caracterizasse por uma grande diversidade de povos como, trabalhadores rurais sem-terra, empresários, latifundiários, dentre outros que estabelecerem relações com aqueles que já habitavam a região (populações remanescentes do ciclo da borracha, ribeirinhos, caboclos, populações indígenas e quilombolas), se envolvendo em uma grande complexidade de culturas e interesses distintos.

De 2003 a 2009, o Governo Federal disponibilizou 81 mil hectares de terras federais para serem desenvolvidos projetos de reforma agrária, preservação ambiental ou projetos de

reservas indígenas. Atualmente os maiores projetos que o Governo Federal tem desenvolvido para a região são as usinas hidrelétricas nos afluentes do Rio Amazonas.

As perspectivas de ocupação da floresta amazônica, atualmente, continuam a atender aos interesses econômicos, principalmente com a devastação da floresta para a produção da monocultura exportadora e o desenvolvimento de práticas pecuaristas. Outro fator que merece destaque é o uso rentista da terra, onde grandes áreas de floresta são ocupadas por empresas que ficam aguardando a valorização para futura venda.

A Amazônia sempre foi espaço de luta e resistência pela posse da terra, advindos das populações nativas, quilombolas, caboclos, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, mulheres quebradeiras de coco de babaçu, assentados dentre outros povos que não eram levados em consideração perante as políticas públicas federais Segundo Gonçalves (2005):

As populações tradicionais foram desconsideradas no modelo de desenvolvimento que se tentou implantar recentemente. As famílias de trabalhadores rurais migrantes, sejam elas do Nordeste, sejam do Sul do país se viram completamente abandonados à sua própria sorte, com o abandono dos projetos de colonização, ou ao mesmo da construção de estradas e ramais. (GONCALVES, 2005, p. 143).

Todo o descaso com estas populações contribuiu para que estes povos tecessem suas próprias alternativas de luta pela garantia de seus direitos em relação à posse da terra.

Durante o período de pós redemocratização do Brasil emergem no contexto nacional movimentos sociais em defesa destes povos, merecendo destaque especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ambos ligados à Igreja Católica, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Central Única de Trabalhadores (CUT).

A região que por muitos anos foi considerada um “vazio demográfico” em realidade apresenta um quadro complexo, constituído por povos portadores de conhecimentos, particularidades e culturas distintas que enriquecem a diversidade cultural dos povos da Amazônia.

Apesar da existência de planos e projetos para exploração de recursos, na área de floresta amazônica no Brasil, a região é subjugada a um lugar estratégico de reservas e exploração de recursos para subsidiar o futuro da humanidade.

4.2 AS DIVERSAS FORMAS DE ACESSO À TERRA NO MATO GROSSO

Os primeiros habitantes do atual território do Estado de Mato Grosso eram populações indígenas de diferentes etnias. Já os primeiros povos europeus que chegaram a transitar por estas terras foram os espanhóis que adentraram a região pelo lado oeste, mas não progrediram na região, também não fixaram moradia e, quando o fizeram, posteriormente as abandonaram. Tal insucesso pode ser atribuído a dois fatores: o fato de os espanhóis não terem encontrado riquezas minerais e o fato de a região possuir um grande contingente indígena que impediu seu avanço.

A ocupação portuguesa sobre as terras do atual Estado de Mato Grosso teve início com as expedições denominadas de entradas e bandeiras. Estas bandeiras adentraram o sertão, motivadas pela crise econômica que a Colônia enfrentava durante o período das Capitânicas Hereditárias, e tinham a finalidade de apresar índios para o trabalho escravo e encontrar riquezas minerais. As bandeiras acabaram por expandir as terras da Colônia no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral para o sertão.

Enquanto o ciclo econômico da produção açucareira era responsável pela maior parte da riqueza produzida na Colônia brasileira nas capitânicas de Pernambuco e Bahia, a capitania de São Vicente situada na atual região sudeste, não conseguiu obter o mesmo sucesso, devido a fatores naturais e de localização, qualidade do solo e distância dos portos europeus, sendo assim responsáveis pela decadência da economia açucareira nesta capitania.

Na tentativa de resolver a profunda crise econômica que agravava a Capitania Paulista, a população local procurou desenvolver vários outros tipos de cultura, que pudessem superar e alavancar novamente o crescimento econômico da região. Não obtendo o sucesso desejado com a agricultura de subsistência, a população optou por traficar índios, para a comercialização como mão de obra escrava para as capitânicas, que não tinham desenvolvido com sucesso o plantio e a manufatura da cana-de-açúcar, apesar da legislação portuguesa combater a escravização indígena, o comércio era frequente.

Monteiro (1994) salienta que, diante das circunstâncias, os paulistas organizaram expedições com destino ao interior das capitânicas na tentativa de encontrarem uma saída, para a crise econômica que envolvia a Capitania de São Vicente. Segundo o autor,

[...] na tentativa de superar a crise econômica que abatia a capitania, os bandeirantes enfrentaram os perigos, as incertezas do sertão para aprisionar índios, que eram conduzidos para o planalto paulista para serem usados como mão-de-obra. Assim, muitos jovens da capitania partiram para o interior da Colônia em busca de cativos e para montar suas expedições recebiam ajuda financeira dos pais ou dos sogros, que financiavam as expedições pensando em aumentar seus lucros. Estas expedições contavam com a presença de sertanistas, que conduziam os jovens na viagem.

Portanto nem todos os paulistas eram bandeirantes por vocação. (MONTEIRO, 1994, p. 86,87).

As bandeiras constituíam-se em iniciativas particulares de capital privado, organizadas militarmente e compostas de centenas de homens que buscavam à obtenção de lucro. Neste movimento os bandeirantes adentraram cada vez mais no interior do território aprisionando índios e acabaram por descobrir ouro, nos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A chegada da notícia em Portugal da descoberta de ouro em 1674, por Fernão Dias em Minas Gerais e, em 1694, com a descoberta de Bartolomeu Bueno da Silva de jazidas auríferas na Serra de Itaberaba, atraíram aventureiros para a região. Este fato gerou descontentamento dos paulistas que acabaram entrando em conflito com os portugueses, que vieram em busca da exploração do ouro na região de Minas Gerais. O conflito ficou conhecido como Guerra dos Emboabas e foi vencido pelos portugueses. A partir da existência deste conflito as minas passaram para o controle do Governo Português.

Diante destes fatos, os paulistas sentiram a necessidade de organizar novas expedições ao interior da Colônia em busca de riquezas. Com este movimento, os bandeirantes paulistas expandiram as terras da Colônia Portuguesa para além do Tratado de Tordesilhas. Conforme já mencionado, o tratado de Tordesilhas foi um acordo assinado entre Espanha e Portugal em 1494, com o objetivo de resolver conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV.

O Tratado de Tordesilhas, linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde, servia de referência para a divisão das terras entre Portugal e Espanha sendo que as terras a oeste desta linha ficaram para a Espanha, enquanto as terras a leste eram de Portugal.

O Rei de Portugal passou a apoiar o movimento das bandeiras a partir do momento em que percebeu que esta atividade era lucrativa para a Coroa, pois os bandeirantes foram adentrando cada vez mais a oeste e, conseqüentemente, ocuparam terras onde hoje se encontra o atual Estado de Mato Grosso, além de descobrir metais preciosos, povoar e expandir os limites físicos do território da Colônia Portuguesa.

A origem das primeiras vilas (povoados), que deram origem ao Estado de Mato Grosso, está ligada à descoberta de ouro no início do século XVIII. Antônio Pires de Campos foi o primeiro bandeirante a chegar à região denominada de São Gonçalo Velho, às margens do Rio Coxipó-Mirim, por volta de 1718 para aprisionar índios (coxiponés) e levá-los a São Paulo.

O sertanista Pascoal Moreira Cabral Leme, ao receber notícias das possibilidades de adentrar à vontade na região antes desbravada por Antônio Pires de Campos, com o intuito de capturar, índios avançou em direção ao Alto Coxipó. De acordo com Ferreira (2001) os objetivos de Pascoal Moreira Cabral Leme não foram atingidos devido ao “confronto com o gentil da terra, na confluência dos rios Mutuca e Coxipó, os temíveis coxiponés, que dominavam esta região, teve sua expedição totalmente rechaçada pelas bordunas e flechas certeiras daquele povo guerreiro”. (FERREIRA. 2001, p, 35).

Este acontecimento obrigou a bandeira recuar e estabelecer-se na margem esquerda do Rio Cuiabá, nas proximidades do Rio Coxipó-Mirim, região de pouso de antigos bandeirantes, em um acampamento improvisado, para onde haviam levado mortos e feridos da batalha travada contra os coxiponés.

Temeroso em não resistir ao confronto com os índios, Pascoal Moreira Cabral solicitou o auxílio da bandeira dos irmãos Antunes, que lhe prestou socorro com 130 homens. Durante o período em que a expedição de Pascoal Moreira Cabral se reestabelecia da batalha, desenvolveram no local culturas de subsistência visando o suprimento rápido da bandeira.

Segundo o relato um dos mais antigos cronistas, José Barboza de Sá, os membros da expedição de Pascoal Moreira Cabral descobriram ouro, casualmente, às margens do Rio Coxipó-Mirim, ao lavarem os pratos.

Mediante a descoberta das jazidas de ouro na região, os bandeirantes paulistas mudaram suas intenções, perderam o interesse pela captura dos índios e passaram a desenvolver a exploração mineral do ouro, conforme comenta SIQUEIRA (1997, p.12.), “o fato de terem os bandeirantes paulistas encontrado ouro mudou o rumo da marcha, pois ao invés de continuarem dando caça aos índios terminaram por fixar-se, construindo casa, levantando capelinhas. Este primeiro povoado foi denominado São Gonçalo Velho”.

No dia 8 de abril de 1719, foi feita a ata de Fundação de Cuiabá. Neste dia os bandeirantes residentes no arraial São Gonçalo escolheram Pascoal Moreira Cabral, como Guarda-mor.

Com o declínio da mineração na região de São Gonçalo e a descoberta de novas jazidas de ouro na confluência dos Rios Coxipó e Mutuca, a população mineradora migrou para a nova área dando origem a um povoado denominado Arraial Forquilha.

Segundo Siqueira (1997) a chegada da notícia da descoberta de ouro na Capitania de São Paulo, da qual estas terras pertenciam, provocou um grande surto migratório para a região, visando o enriquecimento através do desenvolvimento de atividades de garimpagem e de roças, cuja finalidade era fornecer alimentos à população local.

Conclui-se disso que a bandeira de Pascoal Moreira Cabral foi o marco inicial para que se efetivasse o processo de colonização da região do atual Estado de Mato Grosso

Em 1722, Miguel Sutil que havia ido a Cuiabá com a intenção de dedicar-se ao desenvolvimento de atividades agrícolas voltadas para o consumo local, torna-se o descobridor da maior jazida de ouro da região, localizada no córrego da Prainha, local onde hoje estão edificadas as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

A notícia, na vila de São Gonçalo e no Arraial Forquilha, do grande volume aurífero encontrado nas Lavras de Sutil, fez com que uma grande maioria dos habitantes destes núcleos migrassem em direção às minas auríferas recém descobertas. Neste período a população mineradora era composta basicamente por escravos, índios, negros e trabalhadores livres. Devido aos altos impostos cobrados pelos donos dos sítios auríferos, muitos trabalhadores migraram em direção ao Alto Guaporé, onde foram encontrados veios auríferos de certa relevância, sendo que, esse movimento foi responsável pela expansão da fronteira portuguesa a oeste.

Durante os anos de 1719 a 1748, a região conhecida como minas de Mato Grosso, estava sobre o controle da Capitania de São Paulo, e toda a estrutura de poder restringia aos sítios auríferos, resultantes do processo de expansão da conquista do sertão implementada pelos bandeirantes paulistas.

Em 9 de maio de 1748, o Rei de Portugal D. Joao V, cria a Capitania de Mato Grosso, desvinculando-a do domínio paulista, com o intuito de garantir a posse das terras recém ocupadas, estabelecendo a sede da Capitania de Mato Grosso próxima às margens do Rio Guaporé.

Este processo de ocupação da fronteira oeste se configurava em estratégia de povoamento português, em terras espanholas, garantia-lhes a posse do território através da fixação de população.

O Tratado de Madri já fora negociado na Europa e estabelecia o direito de posse da terra pela sua ocupação, o *Uti Possidetis*, sendo este um princípio do direito internacional segundo o qual, os que de fato ocupam um território possuem direito sobre o mesmo. Mesmo assim, em 13 de maio de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, pelo qual a Capitania de Mato Grosso passou legalmente a ser terra de Portugal.

O Governo Português, de acordo com sua política colonialista de conquista e segurança do território, concedeu uma série de incentivos e privilégios para quem viesse a se estabelecer na área da Nova Capital. Este fato provocou uma intensa migração da população cuiabana para a Nova Capital da Província, Vila Bela da Santíssima Trindade. O incentivo

promovido pela Coroa Portuguesa garantia aos novos investidores na região, a posse de grandes extensões de terras.

A crise da mineração durante o século XVIII criou uma nova reordenação das forças produtivas, buscando a complementação de suas economias. Assim mineiros, comerciantes e alguns lavradores solicitaram Sesmarias, onde passaram a desenvolver atividades agrícolas diversificadas (criação de gado, cana-de-açúcar e lavouras de subsistências), conseguindo assim enriquecimento e prestígio perante a sociedade local.

Vila Bela da Santíssima Trindade se manteve como Capital de Mato Grosso de 1752 a 1820, quando Cuiabá é elevada à categoria de cidade, se tornando a Capital da então Província. Segundo MORENO (2007, p. 36) “a mudança do eixo econômico do Guaporé para Cuiabá se deveu ao fato de que Cuiabá despontava como centro hegemônico, tanto pelas suas condições econômicas como pela influência econômica que exercia em toda capitania”. Durante este período a economia da Capitania de Mato Grosso se caracterizava fortemente pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias, pelo desenvolvimento do comércio, pela produção açucareira de subsistência, sendo a maioria destas atividades desenvolvidas na baixada cuiabana.

A Região Centro-Norte do Estado passou por intenso processo de ocupação, de valorização e concentração de terras no final do século XIX e início do século XX, a partir de atividades extrativistas do látex e da poaia.

Durante o século passado, principalmente a partir da década de 1930, vários projetos de colonização estiveram presentes no Estado de Mato Grosso. Durante o Estado Novo (1937-1945) no Governo de Getúlio Vargas foi lançado o Projeto Governamental intitulado Marcha para o Oeste, que já mencionamos, e que tinha o objetivo de promover a ocupação e integração nacional dos Estados de Goiás, do Paraná, da Amazônia e de Mato Grosso, ou seja, aproximar as regiões desenvolvidas do litoral com as do interior do país, desenvolver o setor produtivo e ampliar o mercado de consumidor.

Para tornar possível as ocupações da região foram desenvolvidos planos governamentais de melhoramento e abertura de eixos rodoviários e ferroviários que pudessem facilitar o acesso de fluxos migratórios para a região, sendo que o processo de ocupação da região Centro-Oeste deveria ser implementado através da migração de contingentes humanos vindos do litoral brasileiro.

Em 1943, teve início a Expedição Roncador-Xingu, que visava desbravar regiões ainda consideradas desconhecidas da Bacia Amazônica, abrindo dessa forma os caminhos para posteriores ocupações da região.

O projeto do Governo de Getúlio Vargas para as grandes extensões de terras devolutas existente no Estado de Mato Grosso era de implantar Colônias agrícolas que, a partir de um centro irradiador urbanizado, os colonos recebessem seus lotes para o desenvolvimento da agricultura. Deste modo, foram criadas várias Colônias agrícolas nacionais baseadas em pequenas e médias propriedades rurais, conforme se observa em Silva (2006):

De 1940 a 1956, essa organização de distribuição de terras e de assentamentos produziu, em Mato Grosso, os seguintes empreendimentos: Colônia de Mutum (1939- Poxoréu) – atual Dom Aquino; Paraíso (1943): Nossa Senhora de Fátima (1947- Jaciara) – atual Fátima de São Lourenço; Vila Paulista (1948) – no atual Município de Rondonópolis; Coronel Ponce (1948) – Cuiabá/ d. Aquino; Alto Coité (1948 - Poxoréu); Naboreiro e Macacos (1940 – Rondonópolis); Lambari (1952- Poxoréu); Rio Branco (1953 – Cáceres); Nogueira (1953 – Alto Paraguai); Bocaina (1953) e Jamaica (1956 – Chapada dos Guimaraes). (SILVA, 2006, p.188-189).

Além destas Colônias citadas anteriormente, também foram implantadas no Mato Grosso as Colônias agrícolas de Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto, atual Nova Xavantina.

O controle da venda das terras públicas e concessão de títulos de propriedade no Estado de Mato Grosso era de responsabilidade do Departamento de Terras e Colonização (DTC). Já o processo de atração e controle de empresas privadas de colonização que se estabeleceu na região ficou sob responsabilidade da Comissão de Planejamento e Produção (CPP).

Após o ano de 1950, a política nacional de ocupação e colonização de Mato Grosso foi sendo redefinida e a economia do Estado foi incorporada à economia agrícola nacional. Com o intuito de aliviar as pressões por reforma agrária que, existia em outras regiões do país, o Governo Federal desenvolveu projetos de assentamentos rurais no Meio-Norte e Norte do Estado, com a finalidade de receber os trabalhadores rurais, que estavam em áreas de conflitos agrários.

Na tentativa de incentivar o processo de ocupação da terra e de exploração dos recursos naturais e minerais da Amazônia Legal, o Governo Federal criou uma série de atrativos para estimular a vinda para o Bioma Amazônico localizado em terras matogrossense. O órgão federal que ficou responsável pelo desenvolvimento dos projetos e administração dos processos de ocupação da Amazônia foi a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) criada em 1953.

O processo de venda de terras no Estado de Mato Grosso se intensificou a partir do Plano de Metas desenvolvido pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). A abertura de rodovias facilitou o deslocamento populacional em direção ao Brasil central e, com a

construção de Brasília durante as décadas de 1950 e 1960, a região novamente começou a receber fluxos migratórios de diversas partes do país.

Apesar do início de vigência do Código de Terras em 1946 até o início dos anos de 1960, a política fundiária de Mato Grosso, que tinha como objetivo principal promover a ocupação territorial e integrar a economia estadual aos grandes centros da região sudeste, simplesmente passou a atender interesses políticos partidários, que provocaram inúmeros problemas fundiários nas décadas seguintes, ocasionando o fechamento do Departamento de Terras e Colonização (DTC) em 1966, por estar servindo apenas para atender aos interesses da classe política, conforme destaca Moreno (2007).

A situação fundiária encontrada na década de 70 apresentava-se caótica, pois mesmo com o órgão de terras “fechado” desde 1966 por acusações de corrupções centenas de títulos foram expedidos e alguns transcritos nos Livros de Registros sem a devida formalização do processo. Nessas condições milhares de hectares de terras foram alienados, em operações fraudulentas ou, no mínimo suspeitas. (MORENO, 2007 p. 189).

Na verdade, o que pode ser observado durante o período de 12 anos em que o DTC ficou fechado é que, o órgão enquanto se manteve aberto, serviu para atender a interesses da classe política que se encontrava no poder. De acordo com Moreno (2007):

Ainda com o DTC “fechado”1973, no Governo de Fragelli, foram alienados 2.000.000 de hectares, autorizados pela Assembleia Legislativa e pelo Senado, com o objetivo específico de se construir o Centro Político e Administrativo (CPA), o estádio de futebol “Gov. José Fragelli” (Verdão) e outras obras de infraestrutura. (MORENO, 2007, p. 192).

Diante do exposto anteriormente, verifica-se que o DTC se manteve “fechado” apenas para os opositores da classe política que governava o Estado. Quando o órgão foi fechado em 1966 em pleno Regime Militar, a união já intervinha em 60% do Território matogrossense localizado na Amazônia Legal e a jurisdição das terras estavam sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com o Golpe Militar de 1964, o espaço geográfico matogrossense nos anos seguintes e principalmente na década de 1970, passou por significativas mudanças, devido às políticas públicas de desenvolvimento e ocupação do território amazônico. A Região Norte do Estado passou a ser vista como um verdadeiro vazio demográfico, repleto de florestas e que, precisava ser incorporada a economia de mercado.

Regido pelos slogan do Governo Federal de “*integrar para não entregar*” e da “*terra sem homens para homens sem-terra*”, no início dos anos de 1970, o Governo Federal estabelece a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), destinado a promover a

ocupação do território da Amazônia Legal, através da construção de eixos viários, como a Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) entre outras, como também viabilizar a organização de fluxos migratórios vindos de outras regiões do país .

O objetivo da ação governamental quanto a colonização da Amazônia Matogrossense e que estava presente no PIN, tinha como estratégia aliviar conflitos sociais, que ocorriam nas Regiões Nordeste e Sul do país. Assim a perspectiva era a de assentar famílias camponesas oriundas das regiões de conflitos e, de certa forma, aliviar os conflitos agrários e expandir a Fronteira Agrícola do país.

Com a implantação da malha viária o Governo Federal pretendia desenvolver a colonização oficial nas margens das rodovias. Sobre o pretexto de realizar assentamentos nestas áreas o Governo Federal confiscou 100 quilômetros de terras às margens das rodovias federais para a realização de reforma agrária.

O que realmente ficou caracterizado, principalmente nas margens das rodovias federais no Estado de Mato Grosso foi a implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização privada, uma vez que as rodovias recém construídas favoreceram o investimento de grandes empreendimentos nacionais e estrangeiros, abrindo-se as portas da Amazônia Legal, para a entrada de grandes grupos capitalistas.

Dentre a diversidade de estratégias governamentais de desenvolvimento para a Amazônia Legal, o Estado de Mato Grosso recebeu incentivos das agências federais, que possuíam a responsabilidade de planejar o desenvolvimento da região e do Estado, sendo estas as: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Há ainda o Banco da Amazônia (BASA) como órgão financiador das ações dos grupos capitalistas, que pretendiam investir na região.

Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tinha por responsabilidade administrar a distribuição de terras.

O que pode ser observado nos programas de desenvolvimento regionais com foco na Região da Amazônia durante a década de 1970, foi a presença do Governo Federal em conceder incentivos fiscais e créditos por meio de subsídios, para grupos capitalistas desenvolverem seus projetos agropecuários ou agroindustriais na região.

Com a política de atração de investidores capitalistas através de empresários, colonizadoras privadas e pecuaristas para o norte de Mato Grosso, as terras do Estado passaram a ter maior valor de mercado.

A pecuária, por ser a atividade econômica que necessitava de menores investimentos para a implementação foi quem recebeu a grande maioria dos investimentos concedidos pela

SUDAM. Diante deste contexto, no Estado de Mato Grosso, grandes áreas de matas foram transformadas em pastagens, fortalecendo a concentração fundiária no Estado, com a implementação de projetos agropecuários, e expropriação das terras de comunidades indígenas, posseiros, dentre outros. Esse quadro provocou em Mato Grosso o aumento da tensão e da violência no campo.

Apesar da existência de movimentos de colonização espontânea, em que as famílias camponesas ocupavam as terras às margens das rodovias, sem a coordenação governamental ou de empresa privada, observa-se no Estado de Mato Grosso a partir da década de 1970, que os modelos de colonização privada e particular foram predominantes no Território matogrossense.

Durante as décadas de 1970-1980 foram implantados no Estado 268 projetos de colonização particular (empresarial) sendo 84,9% voltados para a atividade agropecuária. Entretanto, a grande maioria destes projetos acabou por desenvolver a pecuária extensiva e atividades extrativistas de modo que, as terras que pertenciam ao Estado foram privatizadas a baixo preço.

As ações fundiárias do Governo Federal no Estado, referentes à regularização, compra e venda de terras e a implementação de projetos de colonização oficial e dirigida, ficaram assim sobre a responsabilidade do INCRA.

Com relação às terras pertencentes ao Estado, durante os anos de 1966 a 1978, as ações fundiárias ficaram sobre responsabilidade da colonizadora oficial do Estado a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), sendo a mesma responsável por desenvolver projetos de colonização oficial e particular, cabendo ainda a instituição regularizar áreas, que já estavam ocupadas por movimentos de colonização espontânea.

A partir de 1978, a CODEMAT é extinta e em seu lugar é criado o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que passou a ser responsável por todas as atividades desenvolvidas anteriormente pela CODEMAT. Na atualidade o INTERMAT atua na gestão e no desenvolvimento dos assentamentos rurais e no apoio social aos assentados rurais. Possui também uma política de mediação de conflitos fundiários, buscando alternativas para solucionar os conflitos agrários evitando a violência, além de desenvolver projetos compatíveis com sua incumbência, para fortalecer o desenvolvimento da reforma agrária no Estado.

Portanto, a política de integração nacional foi a mola propulsora que alavancou os processos de colonização de Mato Grosso, principalmente, no que se refere a entrada do

grande capital que legitimou o modelo excludente. Sendo que, os interesses do Governo Federal em colonizar o Território matogrossense estavam vinculados a incorporar os grandes vazios demográficos do Estado ao processo produtivo brasileiro, e conseqüentemente expandido a Fronteira Agrícola Nacional.

Apesar da estrutura agrária matogrossense estar alicerçada nos grandes latifúndios e em um setor agropecuário altamente modernizado e produtivo o Estado possui um grande número de assentamentos rurais que, em sua grande maioria, foram implementados após a década de 1970, pelos Governos Federal e Estadual com capital público e privado.

Por mais que os órgãos estaduais DTC, CODEMAT e INTERMAT, em diferentes períodos fossem responsáveis diretamente pelo desenvolvimento de projetos de colonização nas áreas de terras devolutas, que se encontravam sobre a jurisdição do Estado de Mato Grosso, pode ser observado, como bem aponta Moreno (2007), que todos estes órgãos não foram capazes de desenvolver seus projetos de colonização de acordo com as políticas públicas estaduais, devido ao alto índice de corrupção e falsificação de documentos onde estes órgãos foram envolvidos.

Mesmo com a presença de latifúndios e de um setor agropecuário que vem se destacando a cada dia nos cenários nacional e mundial, ainda existem no Estado terras devolutas, que podem ser incorporadas no processo de implementação de novos assentamentos rurais, através INTERMAT, com o objetivo de promover a justiça social no campo, com relação à distribuição e uso das terras.

4.3 COLNIZA: UM AMBIENTE DE COLONIZAÇÃO NO BIOMA AMAZÔNICO

A partir da década de 1970, no Estado de Mato Grosso passaram a coexistir dois modelos de colonização: o oficial e o particular, sendo que este último foi uma opção feita em comum acordo entre os órgãos governamentais e estaduais, CODEMAT e INCRA, se encarregaram de repassar as terras da Amazônia matogrossense a possíveis empresas, que se interessassem pelos projetos propostos, pelos órgãos públicos de colonização e reforma agrária.

Conforme já sinalizado em tópicos anteriores, com a intenção de promover o desenvolvimento e povoar grandes áreas que, até então, eram consideradas verdadeiros “vazios demográficos” em Mato Grosso, o Governo Estadual juntamente com o Governo Federal em meados da década de 1970 e início da década de 1980, viabilizaram em seus projetos de colonização vários benefícios, para atrair empresas, que se interessassem por grandes extensões de terras a serem colonizadas, na parte Norte e Meio-Norte do Estado.

Dentre os benefícios de atração cedidos às empresas podemos destacar a facilidade de acesso à terra e as vantagens financeiras. Desse modo, empresas vindas das Regiões Sudeste e Sul adquiriram grandes porções de terras e desenvolveram nas mesmas, projetos agropecuários e de colonização.

Nas terras compradas da União em que as empresas desenvolveram assentamentos, estas tinham uma série de compromissos. Segundo MENDES (2012, p. 206) “[...] recebiam do Estado a concessão para a venda dos lotes, ficando obrigadas a montar a infraestrutura básica para o assentamento dos colonos, sendo para isso favorecidas por fundos públicos.”

Segundo Piaia (2003) os projetos de colonização particular que obtiveram melhores resultados no Estado de Mato Grosso, foram: Porto dos Gaúchos, Canarana, Água Boa, Nova Xavantina, Vila Rica, Nova Mutum, Sorriso, Sinop e Vera, Marcelândia, Matupá, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, Nova Bandeirantes, Colíder, Terra Nova, Copercol, Juara e Novo Horizonte do Norte, Tapurah e Eldorado, São José do Rio Claro, Brasnorte, Juruena e Cotriguaçu.

A colonização particular provocou grandes transformações no cenário rural do Estado, nas regiões localizados ao Norte e Meio-Norte. Tais transformações foram percebidas nos órgãos públicos responsáveis por registrar e regulamentar as terras no Estado. De acordo com Moreno (2005):

[...] durante este período, foram registradas no INCRA-MT, 33 empresas privadas que implantaram no Estado 88 projetos de colonização particular. Estes abrangeram 3,25 milhões de hectares, cujas áreas foram ocupadas por cerca de 19.550 famílias de colonos, a grande maioria procedente da Região Sul do país. (MORENO, 2005, p. 67).

É necessário frisar, que na Região Norte e Meio-Norte do Estado de Mato Grosso surgiram várias cidades em virtude da existência das empresas colonizadoras nessas áreas. Portanto, o modelo de colonização particular obteve melhores êxitos em relação à colonização oficial, pelo fato de os colonos serem mais capitalizados do que os colonos que participaram da colonização oficial. Porém, a falta de assistência técnica e financeira, os problemas com adaptação à novas condições ambientais e, o não cumprimento das promessas feitas pelas empresas colonizadoras, foram aspectos determinantes para que muitos colonos voltassem às suas cidades de origem.

4.3.1 Do início da ocupação à origem do município de Colniza/MT

O processo de colonização de Aripuanã foi fomentado pelo Estado, que usando a terra como mercadoria e com preços abaixo do mercado colocou à venda através da CODEMAT, dois milhões de hectares de terras públicas, para empresas colonizadoras.

Com o compromisso de promover projetos de colonização, no prazo de cinco anos, as empresas Ideco, Colniza, Juruena e Rendanyl adquiriram junto ao Governo Estadual grandes extensões de terras, a preços baixíssimos.

A empresa Colniza loteou no mercado imobiliário cerca de 400 mil hectares dando origem ao Município de Colniza. O Município de Colniza foi proposto durante a década de 1980, pois fazia parte do processo de colonização e povoamento da Região Amazônica. Todo o processo de organização espacial, que deu origem ao Município contou com a parceria de capital público e privado.

Coube a empresa contratada, Colniza Colonização Comércio e Indústria, realizar o ordenamento espacial das áreas destinadas aos Projetos de Assentamentos sendo que, posteriormente, o Município recebeu o nome da empresa que a colonizou. Os primeiros moradores de Colniza foram os seringueiros e os e ribeirinhos, que ocupavam as margens do Rio Roosevelt, tendo estes chegado, na referida área, bem antes do início do processo da colonização.

Durante o ano de 1986 deu-se início a abertura das primeiras estradas em meio à floresta amazônica local onde, futuramente, seria inserido o primeiro núcleo populacional do atual Município. As primeiras obras implementadas pela empresa colonizadora foram: a sede da empresa colonizadora, um posto de saúde e o colégio Bernardino Gomes da Luz, que recebeu o nome do pai do engenheiro da empresa.

Também foi realizada a abertura de ruas, para o loteamento urbano e abertura das linhas vicinais que, deram acesso aos projetos de assentamentos desenvolvidos, no Município.

O primeiro ciclo econômico desenvolvido na área do atual município de Colniza foi a atividade extrativista de garimpo de ouro, que fomentou o desenvolvimento econômico da região por um longo período. As atividades de garimpo ocorreram de forma bastante localizada e não implicaram em grandes desmatamentos.

De acordo com Mendes (2012), “os projetos de colonização e a descoberta do ouro no início da década de 1980 constituíram fatores, para a atração de um fluxo migratório para o norte de Mato Grosso, responsável, em grande parte, pela urbanização recente ocorrida no estado, que transformou distritos em cidades”. (MENDES,2012, p.211).

Os garimpos explorados na época eram o Garimpo do Muriru, Garimpo do Natalzinho e Garimpo do Santo Onofre ou Natal. Com o declínio das atividades mineradoras no início da década de 1990, o Município de Colniza passou por sérios problemas de ordem econômica, que ocasionou a migração de muitos de seus habitantes, para outras regiões do Estado e do país, ficando no povoado apenas 23 famílias que, em sua grande maioria, eram funcionários da Fazenda Kajima. Naquele momento as atividades econômicas que poderiam viabilizar o desenvolvimento econômico do Município eram a agricultura, a longo prazo, e de imediato, o extrativismo da madeira.

Diante dos problemas e dificuldades que a região atravessava, o Governo Federal, em parceria com a empresa colonizadora responsável pela área, lançou a proposta que atrairia trabalhadores sem terras da Região Sul do país. Os trabalhadores rurais que se dispusessem a migrar para Colniza, receberiam terras e ajuda de custo para se manterem no Município. Para assentar estes trabalhadores foram realizados Projetos de Assentamento no Município, sendo o Perseverança Pacutinga, o primeiro deles.

No ano de 1991, foram trazidas de avião, 36 famílias do Rio Grande do Sul para se estabelecerem nos assentamentos. Por encontrarem dificuldades de adaptação na região, falta de infraestrutura e doenças, muitas dessas famílias acabaram voltando para seus estados de origem.

Em 1994, ocorreu na região um novo fluxo imigratório de pessoas vindas de Rondônia que passam a ocupar as terras devolutas, que existiam em grande quantidade, o que obrigou o Governo Federal a realizar novos projetos de assentamentos.

O Município de Colniza foi criado em 26 de novembro de 1998, através da Lei Estadual nº 7.604, de autoria do Deputado Pedro Satélite, com território desmembrado do Município de Aripuanã, até essa época o maior Município do Estado de Mato Grosso (FERREIRA, 2001).

A imagem 1 apresenta o perímetro do Município permitindo também observar as superfícies abertas no Município, através da variação das cores. As cores claras identificam os ambientes onde a florestas foram substituídas por outras formas de uso.

Figura 01 - Perímetro do Município de Colniza/MT



Fonte: <https://mapasapp.com/satelite/mato-grosso/colniza-mt/>, acesso em 10/04/2017

Diferente dos projetos de colonização dos municípios, que surgiram a partir da década de 1980 e, que possuem desenvolvimento econômico estruturado no agronegócio, o Município de Colniza-MT está economicamente alicerçado no extrativismo vegetal, na pecuária extensiva e na agricultura familiar desenvolvida nas áreas de assentamentos.

4.4 A FUNÇÃO COLONIZADORA NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE COLNIZA/MT

A ocupação dos espaços terrestres estabelecida pelos seres humanos ao longo do tempo histórico é reflexo dos movimentos migratórios, que surgiram a partir da origem dos primeiros seres humanos há milhares de anos e continuam provocando o deslocamento destas massas de pessoas até os dias atuais.

Estes processos de deslocamento dos seres humanos sobre o globo terrestre estiveram intimamente relacionados com a busca por sobrevivência. Como exemplo, podemos destacar as primeiras sociedades, as quais eram nômades, não dominavam técnicas agrícolas e se utilizavam da caça e da pesca como condição essencial, para a sobrevivência do grupo. Tal condição obrigava aos grupos a migrarem periodicamente em busca de novas áreas, que lhes pudessem garantir recursos alimentares.

Quando os grupos humanos passam a dominar as técnicas do cultivo de alimentos e a criação de animais, começam a estabelecer moradias em determinados locais tornando-se

sedentários. A partir desse momento, a busca por alimentos deixa de influenciar os deslocamentos humanos.

De acordo com Martins (1994, p.35):

[...] o motivo que gera o maior número de migrações no mundo todo, é, sem dúvida, o econômico – as pessoas saindo à procura de seu sustento e sua melhoria de vida. [...] migrações de populações empobrecidas, que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com o sonho do emprego, de bom salário, da terra fértil para o plantio da dignidade de viver! Percebe-se então, que as migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado. (MARTINS, 1994, p. 35).

Para Abramovay e Camarano (1997), além do deslocamento dos fluxos de capital os processos migratórios devem ser também analisados a partir da decisão dos indivíduos que se dispõem a migrar:

[...] examinar os processos migratórios sob a ótica das transformações socioeconômicas que os determinam é importante, mas insuficiente. A migração é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos na organização de suas vidas: ela não pode ser encarada como o simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão. (ABRAMOVAY E CAMARANO 1997, p.11).

De fato, os deslocamentos humanos sobre o espaço terrestre permanecem até a atualidade, o que modificou ao longo do tempo foram os fatores relacionados aos modos de atração e repulsão a estes deslocamentos populacionais. Na era da globalização, o motor que impulsiona os fluxos migratórios em sua grande parte, estão relacionados a fatores econômicos, à procura por melhores salários e condições de vida, busca por terras, dentre outros.

E necessário frisar que as cidades industriais se tornaram centros de aglomeração espacial de atividades técnicas e produtivas. Em contrapartida, ocorreu a mecanização das atividades desenvolvidas no espaço rural, o que desempregou muitos trabalhadores. Por outro lado, os processos técnicos de produção industrial desenvolvido nas cidades as tornaram centros de fascinação e encantamento aos fluxos migratórios de populações vindas de cidades menores, como também passou a receber populações expropriadas do campo, em virtude da mecanização das atividades agrícolas.

Segundo Singer (2012) pode-se afirmar que:

Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos econômicos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo a cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constitui a essência da industrialização. (SINGER, 2012, p .31, 32).

Desta maneira observa-se que os processos técnicos e a concentração de capital em determinadas regiões são fatores determinantes, para que se estabeleçam o surgimento de desigualdades regionais. Mediante a este processo, os espaços urbanos industrializados servem cada vez mais para atender às necessidades da acumulação de capital, tornando as áreas urbanas que detém elevado número de atividades industriais responsáveis por concentrar e controlar um elevado número de capitais, os que as tornam espaços de atração para os fluxos migratórios.

No território brasileiro durante os anos de 1970 e 1980 ao mesmo tempo em que os centros urbanos se expandiram e se tornaram áreas de atração de migrantes em busca de melhores condições de vida, o Governo Militar desenvolveu políticas nacionais de colonização destinadas a promover a ocupação de terras, por meio da expansão das fronteiras urbanas, em áreas da Amazônia legal.

De acordo com BEKER (1990, p. 44) “a urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E esta feição está intimamente associada à migração”.

O mesmo se pode dizer do deslocamento da população para áreas denominadas de fronteira agrícola, sobretudo nas décadas acima mencionadas, destinadas a expandir a produção agrícola nacional com o intuito de ampliar a pauta de exportações.

A expansão da Fronteira Agrícola no Estado de Mato Grosso a partir do desenvolvimento de núcleos urbanos, não se caracterizou completamente como área de expansão agrícola, mas principalmente pela ação de organização espacial, que tinha como ponto de partida a construção de pequenos núcleos urbanos, como determina a organização espacial que, conseqüentemente seriam a sede de futuros municípios.

Cumpre salientar que a política nacional de colonização desenvolvida no Governo Militar, teve seu apogeu na década de 1970. Durante o período de desenvolvimento da Política Nacional de Colonização, o Governo Federal passou a controlar o acesso à terra no Estado de Mato Grosso como também, privilegiou a entrada do capital privado na região.

Com a responsabilidade de organizar a distribuição de terras devolutas, o Governo Federal passou a exercer um maior controle sobre os fluxos migratórios de trabalhadores sem-terra. Os fluxos migratórios que se deslocavam no território brasileiro de forma espontânea passaram a sofrer influências do Governo Federal com relação a seus destinos.

A esse respeito Beker (1990) destaca que:

[...] a migração passa a ser fortemente induzida e orientada pelo governo e é acrescida de pequenos e médios produtores e pequenos investidores do Sul [...] isso

porque a migração constituiu condição não só de povoamento, mas também de força de formação de força de trabalho. Para tanto a mobilidade de fluxos migratórios de todo o território nacional torna-se um aspecto central da estratégia de ocupação adotada estado. (BEKER, 1990, p. 46).

Percebe-se com nitidez uma parceria entre o público e privado. Essa parceria representou um sistema adotado para a organização das áreas a serem ocupadas pois, de acordo com a Política Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que as empresas detentoras de áreas destinadas a colonização pudessem colocar suas terras à venda no mercado imobiliário nacional, era necessário que as mesmas cumprissem uma série de requisitos estabelecidos pelo Governo Federal.

Desta maneira as empresas deveriam ficar responsáveis pela construção e organização de uma infraestrutura básica na região adquirida por ela, a qual deveria ser composta por uma escola, um posto de saúde, abertura de ruas para a organização de futuro espaço urbano e a construção de vias que, garantissem o acesso às áreas rurais.

Com a existência da construção de pequenos núcleos urbanos nas áreas a serem colonizadas fica nítido que o povoamento das fronteiras ou ocupação dos “espaços vazios”, deveria ocorrer com a chegada não só de trabalhadores rurais, mas também de trabalhadores assalariados, para exercerem atividades tipicamente urbanas. Nesse sentido BEKER (1990, p. 46) define que “através dos núcleos de planejamento e dos investimentos em infraestrutura e equipamento funcional urbano, a política urbana condicionava efetivamente o povoamento e contribuiu para estruturar o mercado de trabalho na região”.

Beker (1990) também associa de forma mais específica as relações existentes entre a expansão das fronteiras urbanas e os processos migratórios. Para a autora:

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce é urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E esta feição está intimamente associada a migração. (BEKER, 1990, p. 44).

Diante dos projetos do Governo Federal para ocupação de uma parte da Amazônia Legal, foi possível verificar que a força de trabalho de migrantes é que deveria sustentar a expansão da nova fronteira. Em suma, estas novas fronteiras, nasceram mediante os projetos de colonização que se estabeleceram com o surgimento de núcleos urbanos, ou seja, a nova fronteira de ocupação já nasce urbana.

É necessário frisar que a divisão do Estado de Mato Grosso a partir de 1977 foi o motivo que contribuiu para que o Estado, antes considerado área periférica do Bioma

Amazônico, tivesse suas terras inseridas na Região da Amazônia Legal. Esta foi uma forma de retribuição que o Governo Federal encontrou para garantir maiores investimentos no Estado, devido aos prejuízos sofridos pelo Território matogrossense com a sua divisão⁹.

Desta forma, Mato Grosso passa a ser palco da implementação de vários programas governamentais de colonização que tinham o objetivo de promover o povoamento do território de forma mais efetiva, bem como a integração econômica local com as Regiões Sudeste e Sul. Conseqüentemente, a região matogrossense passou a receber investimentos e recursos através de ações desenvolvidas pelas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Diante do cenário de colonização desenvolvido pelo Governo Militar que envolvia capital privado e estatal, iniciou-se em Mato Grosso a chegada de migrantes oriundos de várias regiões do país. Mesmo sabendo que o ato de migrar é uma condição individual ou de grupo, uma das características marcantes do processo colonizatório é que estes movimentos migratórios deixaram de ser predominantemente espontâneos e passaram a ser direcionados de acordo com as políticas governamentais.

Inegavelmente o movimento migratório destinado a Região Norte e Meio-Norte do Estado durante boa parte da década de 1970 e 1980, esteve direcionado a atender à implementação das políticas públicas de colonização que representavam interesses públicos e privados.

Mediante este contexto é relevante lembrar que nem todos os indivíduos, que migraram para a região eram provenientes de propriedades rurais, em virtude de que a região também recebeu muitos migrantes capitalizados, que vieram para o local com o interesse de ampliar seu capital.

O que fica muito claro nestes processos de colonização desenvolvidos entre as parcerias pública e privada é que os mesmos não se caracterizam como processos de reforma agrária, pelo fato de possuírem características de povoamento de uma determinada área ou região, fator este que se distancia completamente do real sentido da existência das políticas públicas de reforma agrária¹⁰.

⁹ No ano de 1977 o Estado de Mato Grosso foi dividido dando origem ao Mato Grosso do Sul.

¹⁰. Reforma agrária corresponde a uma reorganização da estrutura fundiária do país com o objetivo de promover a distribuição mais justa de terras.

Primordialmente, os processos de colonização desenvolvidos pelo Governo Militar no Estado de Mato Grosso se sustentaram no povoamento da região através das migrações internas, as quais desempenharam importante papel na transformação da estrutura urbana, agrária, econômica e social do estado.

Em consonância com as políticas públicas de ocupação territorial desenvolvidas no período militar, podemos tomar como exemplo a ocupação do espaço ocorrida na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso, em que o Governo Estadual juntamente com a empresa *Colniza Colonização Comércio e Indústria*, iniciaram a transformação espacial da área pertencente ao atual Município de Colniza/MT.

Durante o ano de 1986 essa empresa colonizadora iniciou o processo de expansão da nova fronteira com a abertura da MT 174, para garantir o acesso a população, com a delimitação do perímetro urbano, para a construção de uma pequena estrutura espacial urbana. Conforme dito anteriormente, alguns requisitos deviam ser observados pelas empresas colonizadoras, para a expansão da fronteira agrícola, isto é, com o fim de organizar o espaço rural, além da construção da sede da colonizadora deveriam ainda, construir uma escola, um posto de saúde, abrir vias públicas para o início de loteamentos urbanos e construir estradas vicinais.

Conseqüentemente, a área pertencente ao Município de Colniza, em meados dos anos de 1980 atraiu migrantes vindos principalmente de Rondônia, à procura da extração mineral de ouro. Com o declínio do garimpo muitos moradores migraram para outras regiões do país, ocasionando baixa densidade demográfica, além de sérios problemas econômicos na localidade.

Foto 01 - Sede da Empresa Colonizadora Colniza/MT



Fonte: Miranda Filho, 2017

Ocorre que a partir de meados da década de 1990 o Município de Colniza passou novamente a receber migrantes vindos de vários estados brasileiros, sendo a grande maioria oriundos do Estado de Rondônia. Tendo como fator de atração destes fluxos migratórios de trabalhadores rurais, as enormes quantidades de terras devolutas que ali existiam, cabe ainda ressaltar que estes movimentos migratórios ocorreram em sua grande medida de forma espontânea, de modo que acabaram por ocupar terras pertencentes ao Governo Estadual e de terceiros, ocasionando sérios conflitos agrários no Município.

Devido as ocupações que ocorreram na região e para amenizar os conflitos por terras, foi necessário que o poder público representado pelos Governos Federal e Estadual, por meio do INCRA e INTERMAT, desenvolvessem ações e projetos de assentamentos rurais para o Município para que este pudesse (re) organizar sua estrutura agrária.

O setor econômico está baseado na pecuária extensiva, comércio, indústrias madeireiras e no extrativismo de vegetal da madeira, sendo que o setor rural se destaca com o desenvolvimento da agricultura familiar.

Colniza, desde o início de sua ocupação, vem se tornando o maior produtor de cafeeiro do Estado. Apesar de ter um grande número de pés de café, a produção ainda é muito baixa em relação a área plantada. Além disso, a Secretaria de Agricultura do Município vem desenvolvendo projetos de modernização tecnológica voltados para a melhoria da produção dos agricultores familiares, mesmo porque o Município conta com aproximadamente dez mil pequenas propriedades de agricultores familiar, segundo dados levantados durante a pesquisa junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

O Município já foi considerado o mais violento do país, através de uma pesquisa realizada pela Organização dos Estados-Ibero-Americanos (OEI), realizada em 2004 e divulgada em 2007. No início do ano 2017 o Município foi destaque nacional nos noticiários pela chacina ocorrida na Gleba Taquaruçu, localizada no distrito do Guariba, que vitimou dez trabalhadores rurais, que ocupavam a área de terras devolutas há mais de dez anos.

Apesar dos altos índices de desmatamento existentes no Município, ocasionados principalmente por pequenos, médios e grandes proprietários de terras e pela indústria madeireira, Colniza ainda conta com a maior parte de seu território composto por áreas de florestas.

Atualmente, o Município conta com sete assentamentos de reforma agrária, regularizados ou em fase de regularização pelo INCRA ou INTERMAT. Informações coletadas na Secretaria Municipal de Agricultura revelam que, o número de agricultores familiares aproxima-se de dez mil famílias.

A maioria destas famílias se encontra em áreas irregulares, onde passaram a ocupar terras devolutas e latifúndios improdutivos, fato este que tem tornado estas localidades áreas de tensões e conflitos entre ocupantes e proprietários e que culminou no despejo dos agricultores, principalmente, na área conhecida como Capa Brava e na Fazenda Magali, onde já ocorreu sérios conflitos entre guachebas¹¹ e trabalhadores rurais sem terra. No entanto se faz necessário a presença dos órgãos governamentais, para que possam reorganizar a estrutura fundiária no Município, com fins de prevenir futuros conflitos.

5. EXPLORAÇÃO DA TERRA: LUTA E RESISTÊNCIA NA BASE DE DOIS SISTEMAS PRODUTIVOS

O Brasil é marcado por inúmeras desigualdades sociais, inclusive com relação a posse da terra, já que o país possui um alto índice de concentração fundiária, fruto do processo histórico das políticas agrárias do país. Diante disso pode-se dizer que a luta pela terra no país está diretamente relacionada com a insatisfação dos trabalhadores rurais sem terra.

Ao logo do tempo, surgiram vários movimentos de resistência contra o modelo agrário brasileiro, que expropriou classes menos favorecidas, em detrimento de manter uma política nacional de apoio ao latifúndio. Em virtude disso surgiram várias revoltas de trabalhadores rurais contra o sistema imposto, que resultaram no surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra, em luta pela terra.

Os focos de resistência à política agrária se intensificam a partir de meados do século XX, sendo que podemos destacar como grande marco deste movimento o surgimento das Ligas Camponesas.

Ao mesmo tempo em que ocorriam, tais movimentos sociais de luta pela terra, eram sufocados pelo Regime Militar, que possuía toda uma política de colonização e de ocupação do território brasileiro, porém nos últimos anos do Governo Militar, mais precisamente, na década de 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a representar com maior expressão os interesses dos trabalhadores sem-terra em nível nacional.

A questão agrária brasileira que, desde o fim do Governo Militar e início do processo de redemocratização do país passou a evidenciar embates entre duas classes sociais e econômicas que compunham o cenário rural. De um lado, uma classe composta de latifundiários, que passou a desenvolver a lógica capitalista do agronegócio para o mercado

¹¹ Nome dado na região aos pistoleiros que trabalham para fazendeiros

exportador, ampliando cada dia suas atividades com o respaldo do estado brasileiro e de outro, a classe formada pelos agricultores familiares, cuja produção era voltada para a subsistência e ao mercado interno.

Diante de tais condições, fica evidente que os processos políticos e econômicos de acesso à terra foram completamente excludentes e desiguais ao expropriar os pequenos produtores e subsidiar a formação de uma elite burguesa no campo (latifundiários e empresários rurais), detentores de capital que passou a monopolizar as questões fundiárias através da capitação da renda da terra. No entanto, a existência de políticas agrárias voltadas para a agricultura familiar não chega a atender às necessidades reais destas famílias. Antagonicamente, o que se evidencia a cada dia é o apoio do Estado Brasileiro às empresas multinacionais e ao agronegócio.

Em oposição ao modelo político, ideológico e excludente do agronegócio, os movimentos sociais do campo persistem na luta por políticas públicas de reforma agrária que expressassem o direito, a posse e garantias de permanência. Ao mesmo tempo, a família camponesa também tem que lutar contra as visões preconceituosas, que uma parte da sociedade tem a seu respeito, considerando-as como um obstáculo a ser vencido no campo e que impedem o desenvolvimento econômico agroexportador.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, a tendência seria o completo desaparecimento da classe de pequenos produtores rurais, que por não ter acesso às inovações tecnológicas se utilizam de técnicas primitivas de produção.

Martins (1996) relata que o escravo ao ser liberto do sistema escravocrata permanecia cativo da terra, já que a Lei de Terras desde 1850, possibilitou o acesso apenas à classe burguesa e excluiu o direito de posse da terra aos trabalhadores rurais sem terra e aos escravos libertos. Desta forma, aqueles que não foram contemplados pela Lei de Terras passaram a constituir a classe de trabalhadores assalariados do campo composta de brancos pobres e negros libertos, reféns do latifundiário, que passou a explorar a mão de obra destes trabalhadores.

Em virtude das pressões camponesas é que, em 1964, foi elaborado o Estatuto da Terra e, conseqüentemente, se desenvolveu no país políticas nacionais de reforma agrária e colonização, através do desenvolvimento de projetos de assentamento rurais, com fins de garantir o acesso à terra a famílias camponesas.

Em suma, o simples fato de conceder terras à população pobre não significa a garantia de liberdade. Ao se pronunciar acerca do assunto, Martins (1989) afirma que:

a libertação dos pobres e marginalizados não começa nem acaba na propriedade. Hoje falamos de libertação de maneira nem sempre consequente. O discurso da libertação corre o risco de se tornar um discurso abstrato e sem sentido se não reconhecer que a libertação não resume ao discurso. A libertação, isso é, a emancipação do homem, se dá na prática ou não se dá. (MARTINS, 1989. p.14).

Diante dos recortes históricos da política estatal de acesso e negação de terras à população pobre, surgiram os movimentos sociais de resistência e de luta pela terra, que foram fundamentais para importantes conquistas dos trabalhadores rurais.

Os movimentos de trabalhadores rurais se fizeram presentes em diferentes épocas, tempos, lugares e espaços sejam eles de ordem social, política e econômica, lutando contra às várias formas de expropriação do homem do campo.

De acordo com Ferreira (1986) a origem e expansão no território brasileiro dos sindicatos rurais está relacionada:

A exploração exacerbada de trabalhadores rurais e a insegurança em que se encontra submetida o campesinato tem levado as diferentes categorias de lavrador a colocarem em prática os mecanismos institucionais de organização da classe. Em todo meio rural brasileiro cresce em número e expressão os sindicatos rurais. [...] para fazer frente às injustiças, às perseguições e violência, o movimento de organização e de luta pela terra extrapola, inclusive, os limites de organização sindical num esforço plausível de recuperação do espaço social e político que foram tirados do lavrador. (FERREIRA, 1986, p.29).

Esses movimentos camponeses de lutas e resistências pela terra segundo Martins (1989), fizeram parte de uma gama de revoluções que marcaram o século XX, dentre as quais podemos destacar a Revolução Mexicana, a Russa, a Chinesa, a Vietnamita e a Guerra de Libertação na África.

Já no Brasil merece destaque o Movimento das Ligas Camponesas, que além de representar os interesses dos trabalhadores rurais, apresentava ideias reformistas com relação a reforma agrária no país. Este Movimento teve curta duração no país. Iniciou-se na década de 1960, sendo completamente sufocado após 1964, durante o Governo Militar. Por possuírem ideias socialistas contraditórias ao Governo, passou a ter seus líderes e simpatizantes perseguidos, presos ou assassinados por este Governo, aspecto que levou a extinção completa do Movimento de Trabalhadores Rurais.

Os movimentos sociais do campo sempre foram fundamentais no processo de luta e resistência dos trabalhadores sem-terra, na medida em que possibilitam importantes conquistas. É importante ressaltar que estes movimentos de resistência são uma forma de luta contra a ordem dominante, mesmo que não gozem de plena autonomia, no que se refere a sua organização política, pois se encontram aliados com instituições como igrejas, sindicatos e partidos políticos.

Desta forma, tais movimentos podem ser compreendidos como ação coletiva de trabalhadores rurais, que se opõem aos contextos históricos e sociais que contestam ordens pré-estabelecidas buscando transformações de caráter social, político, econômico dentre outras.

Atualmente constata-se a existência de um conjunto de movimentos sociais do campo, que buscam a defesa dos sem terras e das famílias camponesas, que lutam para não serem expropriadas do campo.

Os trabalhadores rurais ao adquirirem terras, “terras de trabalho” estariam evitando o fortalecimento do proletariado, condição necessária para a superação do capitalismo. A esse respeito Martins, (1980) afirma que:

A certeza do caráter anticapitalista das diferentes modalidades de luta pela terra levadas à frente por trabalhadores do campo – sejam índios ou brancos. De outro lado, a incerteza quanto ao alcance da preservação desses regimes e práticas de propriedades e de trabalho para a solução de problemas que vão além da condição do lavrador, que envolve a sociedade inteira. (MARTINS, 1980, p.62).

Do exposto acima entendemos que, a luta dos trabalhadores somente se faz através de movimentos sociais em diferentes espaços e tempos e trazem em suas concepções ideológicas que o acesso à terra é direito de todos. Por outro lado, fica a dúvida: até quando estes movimentos irão existir diante das pressões que lhes são impostas pela ordem econômica política e social?

Como já foi apontado anteriormente, os movimentos de resistência que ocorrem no campo abrangem um conjunto de lutas, reivindicações por parte de trabalhadores que lutam para terem acesso à terra, de outros que já foram expropriados e por trabalhadores que já receberam suas terras. Estes últimos, que receberam terras através de projetos de assentamentos, continuam em uma luta diária de resistência, para permanecerem nas mesmas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Estado de Mato Grosso viu seu território transformado pelas políticas de colonização, que fomentaram a entrada do capital privado na área da Amazônia Legal pertencente ao Estado, principalmente no eixo viário da BR-163 e BR-158, que expropriou de suas terras comunidades tradicionais de trabalhadores rurais.

Diante da herança deixada por estes projetos federais, o espaço agrário do Estado se caracterizou pela existência de latifúndios em detrimento da existência de um grande número de trabalhadores sem-terra.

Mesmo diante das pressões sofridas pelos movimentos sociais durante a Ditadura Militar, Mato Grosso foi palco de lutas e resistências da população rural, que se encontrava indignada com a política de colonização que desterritorializou comunidades tradicionais

rurais e negou o acesso à terra as classes desfavorecidas. Um dos maiores exemplos de resistência e luta pela terra junto a estas comunidades no Estado matogrossense, contou com o apoio da igreja Católica representada pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, considerado uma das principais referências internacionais, em defesa dos direitos humanos.

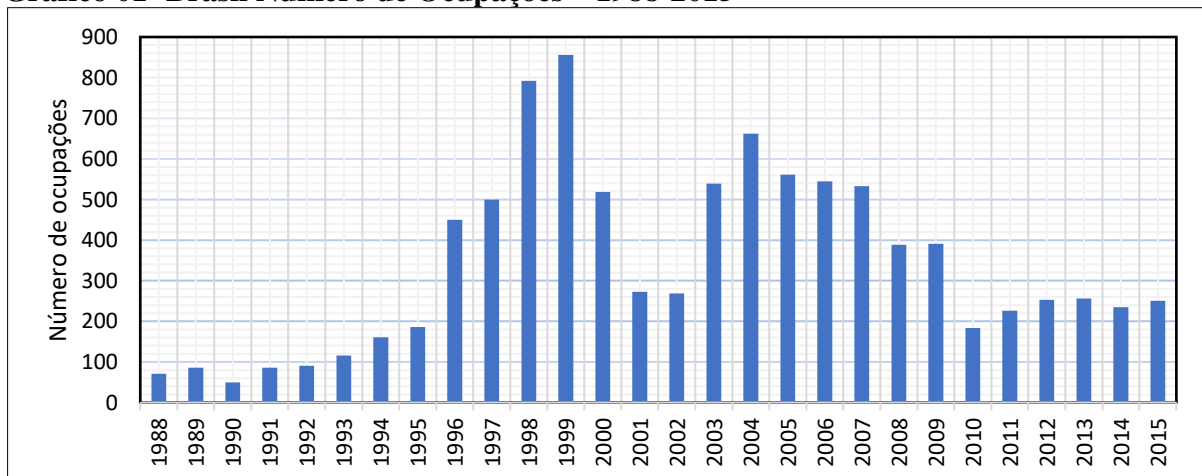
De acordo com GONÇALVES (2005, p.128), “é a Amazônia o laboratório social de onde emerge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ambos vinculados à Igreja Católica que, por meio das Comissões Eclesiais de Base (Cebs)”, de forma que as lutas dos trabalhadores rurais por reforma agrária passaram a contar com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Gonçalves (2005) destaca a importância destes movimentos em defesa da população das classes rurais menos desfavorecidas pontuando que:

[...] são a voz dos que, até então, não tinha como se expressar: populações indígenas, caboclos, seringueiros, castanheiros, açazeiros, ribeirinhos, pescadores, populações remanescentes de quilombos, mulheres quebradeiras de coco de babaçu, atingidos por barragens, assentados. São, por isso mesmo, que movimentos que pleiteiam direitos, a cidadania. Não expressam suas exigências por meio de velhas oligarquias. (GONÇALVES 2005, p.128).

Com o surgimento do MST durante a década de 1980 e com o início da redemocratização do país a partir de 1985, os movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra tornaram-se expressivos no período de 1996 a 2009, apesar de apresentar um declínio considerável durante os anos de 2001 e 2003. Em suma, esse declínio deve-se a política implementada durante o Governo FHC, que marginalizou os movimentos sociais de reforma agrária, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 01- Brasil Número de Ocupações – 1988-2015

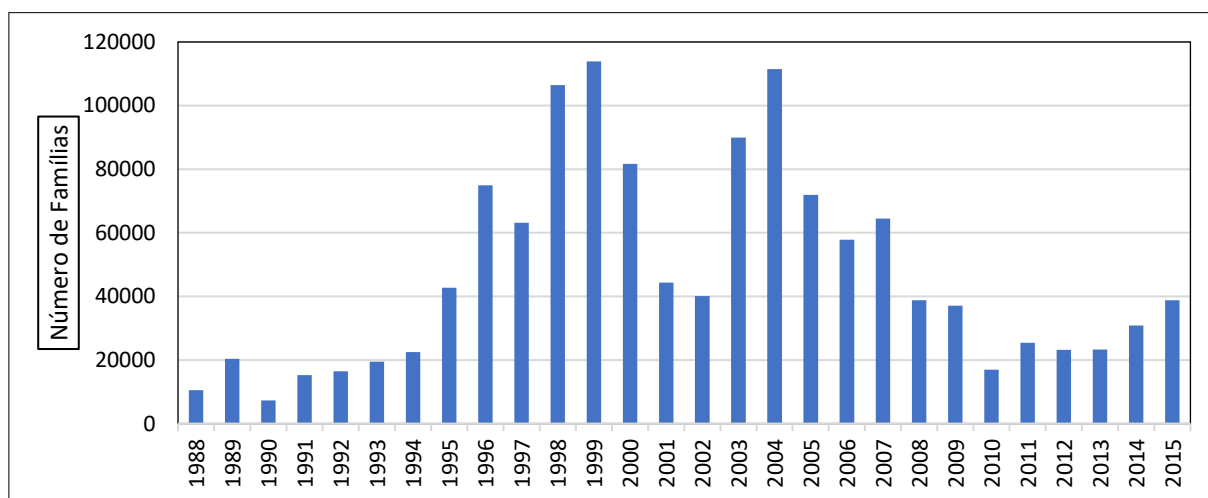


Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016

O gráfico 02 representa o número de famílias em ocupações de terra no território brasileiro. Comparando os gráficos 01 e 02 podemos observar que o número de famílias também aumentou na mesma proporção em que o número de ocupações.

Certamente, pode se afirmar que os movimentos sociais de luta pela terra mantiveram-se em luta constante em favor da população rural. Porém, estes movimentos não são vistos com bons olhos por uma parte da população e criminalizados em alguns momentos, por parte dos governantes

Gráfico 02- Brasil- Número de Famílias em Ocupações -1988-2015



Fonte: DATALUTA- Banco de Dados Luta pela Terra, 2016

Nessa direção, é importante enfatizar o processo de acesso à terra no Município de Colniza/MT, mas principalmente compreender as origens do processo de formação do Assentamento 1º de Maio.

O Município de Colniza começou a ser planejado a partir do momento em que a Empresa de Colonização Colniza adquiriu junto ao INTERMAT as terras onde se localiza o Município.

5.1 TERRA E TRABALHO: A ORIGEM DO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO

O povoamento do atual Município iniciou a partir do momento, em que a empresa colonizadora passou a lotear no mercado imobiliário do país uma parte das terras adquiridas junto ao INTERMAT. As primeiras terras loteadas pela empresa colonizadora estavam às margens da Rodovia MT 174, aberta em meio a floresta a partir do ano de 1986.

Com a abertura da MT 174 começaram a chegar à área do atual Município várias levas de migrantes. Uns com interesse de adquirir terras da empresa colonizadora e outros em busca de ocupar terras devolutas. Somente a partir do ano de 1991, o Governo Federal lança na

região o primeiro Projeto de Assentamento, que segundo as bases de dados do INCRA (2016) possuía capacidade para receber 346 famílias.

O planejamento deste Projeto foi fruto de uma parceria entre Governo Federal através do INCRA e a Empresa Colniza Colonizadora Ltda. Conforme já anunciamos, de início as famílias a serem assentadas foram deslocadas da Região Sul do país para a Região Centro-Oeste.

Este deslocamento ocorreu de forma organizada afim de atender aos interesses do Governo Federal como bem afirma Carlos (2012):

A presença desses projetos e as transformações pelas quais o campo vem passando nos últimos anos têm sido responsáveis pela intensificação e pelo redirecionamento dos fluxos migratórios, para o Centro-Oeste e principalmente para a Amazônia, abrindo, dessa forma, novas fronteiras agrícolas no território brasileiro. Essas transformações estão na base dos processos de luta pela terra desencadeado no campo. (CARLOS, 2012, p. 97).

No início dos projetos de assentamentos desenvolvidos na Região Centro-Oeste, os objetivos esperados não surtiram os efeitos almejados pelo Governo Federal como é o caso, por exemplo, do Assentamento Pacutinga Perseverança. Alguns dos fatores responsáveis pelo insucesso destes projetos podem ser observados no depoimento de um dos entrevistados: Miguel, 2017. E1. quando relata;

[...] teve o projeto que aí eu considero projeto, que ainda não foi totalmente assistido, mas é um projeto de assentamento que é o Pacutinga, que não deu certo, que foi um projeto tecido entre colonizadora e INCRA para trazer um pessoal do Sul, que é os gaúchos que não deu certo, não desmerecendo eles. Quem era homem de 20 e 30 anos quando se entendeu por gente, a realidade não era essa que a gente tinha que enfrentar aqui, era no pescoço do boi ou no trator lá no Sul. Agora vir para dentro de uma coivara de fogo onde tinha mosquito que pelava a orelha, aí começou o que vai fazer? o que vai fazer? Aí começou algumas famílias vindo de Rondônia, que não eram rondoniense, mas que eram capixabas, paranaense enfim, mineiros. São pessoas que a cultura deles estavam bem aqui, que era entrar roçar, derrubar a mata, descoivar e plantar a lavoura de café, feijão, milho, aí sim começou a dar certo (Depoimento do entrevistado Miguel, em 18/07/2017).

A partir da fala do entrevistado podemos concluir que o projeto de assentar famílias sulistas no Bioma Amazônico não surtiu resultados positivos de imediato, principalmente pela inexistência de infraestrutura para atender à população. Por outro lado, houve dificuldade de ambientação destas famílias, principalmente, no que se refere a questões climáticas, que acabaram influenciando diretamente no modo de vida e no desenvolvimento das atividades agrícolas.

Ferreira (1986) aponta ainda outros fatores que dificultaram a vida dos assentados:

[...] a má qualidade das terras das Colônias o diminutivo dos lotes, a ausência de créditos e assistência técnica, a carência de infraestrutura básica e ainda a distância das Colônias até os centros urbanos, não devem ser vistos como obras do acaso, mas inseridas num plano maior. Nas condições apontadas, o colono estava fadado ao insucesso em seu próprio empreendimento, caso insistisse em permanecer na terra sem vender a sua força de trabalho. (FERREIRA, 1986, p. 90-91).

Desta forma, podemos concluir que a grande maioria dos projetos de assentamentos desenvolvidos durante o período do Governo Militar, estava direcionada para atender a expansão capitalista no espaço agrário dos estados, integrando e subordinado o trabalhador rural à estrutura e ao processo de expansão do sistema capitalista no campo, ao invés de propiciar condições necessárias para o desenvolvimento de atividades camponesas que gerassem renda, propiciasse qualidade de vida aos assentados e, conseqüentemente, assegurasse a permanência destes em suas propriedades.

De acordo com o INCRA (2016), no Município de Colniza existem seis (6) Projetos de Assentamentos (PA) devidamente regulamentados, onde estão assentadas 2.449 famílias, conforme o exposto no quadro abaixo.

Quadro 03- Número de Assentamentos Rurais em Colniza/MT

Assentamentos	Código no IBGE	Município	Capacidade	Famílias assentadas	Área do PA em hectares	Data de criação
PA Perseverança Pacutinga	5103254	Colniza	346	315	17700,7379	10/06/1992
PA Colniza-I	5103254	Colniza	1016	958	44023,7	28/12/1998
PA Escol Sul	5103254	Colniza	500	450	26439,1128	20/01/1999
PA Natal	5103254	Colniza	245	215	12420,4855	28/01/1999
PE Guariba	5103254	Colniza	124	126	315200	29/09/2000
PE 1º de Maio	5103254	Colniza	487	385	17246,2036	29/09/2000

Fonte: Incra, 01/04/2016

Acerca do número de famílias assentadas e expostas no quadro acima, um dos entrevistados teve o seguinte posicionamento:

[...] o número de latifúndio no Município vem aumentando nos últimos anos, acredito que as pequenas propriedades no município entre área legalizadas pelo INCRA, INTERMAT e áreas de ocupação irregular deve ser de aproximadamente de dez mil propriedades, mas os órgãos públicos não conseguem mapear todas as propriedades, devido à enorme extensão territorial do município, falta de recursos por parte da secretaria de agricultura e as péssimas condições das estradas principalmente no período das chuvas. (Depoimento do entrevistado Carlos em 14/07/2017).

Diante da fala do entrevistado, fica evidenciado que a imensa maioria das pequenas propriedades do Município é fruto de ocupações irregulares realizadas, por trabalhadores

rurais sem-terra, que se apropriaram de terras pertencentes ao Estado, latifúndios improdutivos e terras da Empresa Colonizadora.

Os movimentos de ocupações de terras no Município de Colniza não estão relacionados com os movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Diferentemente das ocupações realizadas em outras regiões brasileiras e até mesmo, dentro do próprio Estado, as ocupações em Colniza ocorrem em áreas de terras devolutas ou pertencentes a empresas detentoras de latifúndios, que não desenvolvem qualquer atividade, em suas propriedades além de, possuírem documentos duvidosos sobre a posse dessas terras.

O município de Colniza por estar localizado em região de Fronteira Agrícola em pleno Bioma Amazônico e por possuir áreas de terras devolutas e latifúndios com problemas de documentação, contribui para que o Município alcance destaque, em âmbito nacional, no mapa da violência.

Uma das entrevistadas fez a seguinte consideração com relação aos latifúndios com documentação duvidosa, dos quais podemos destacar a área do Assentamento, conhecida na Região como Capa Mansa:

[...] a área da Capa Mansa foi ocupada por trabalhadores rurais no ano de 2000, hoje existe nesta área aproximadamente 1000 famílias que desenvolvem agricultura familiar, hoje esta área é uma das mais produtivas do Município. Mas a luta pela terra continua pelo fato de existir um responsável com 32 procurações ou matrículas em seu nome, esta pessoa mora em São Paulo. [...] aqui também existem muitas terras sem documentação ou documentos duvidosos nas mãos de políticos do Estado. (Depoimento da entrevistada Joana em 15/07/2017).

Diante dos movimentos de luta pela terra e observando o histórico de formação de alguns assentamentos do Município, pode-se afirmar que o espaço agrário de Colniza está sendo moldado conforme os processos de ocupações de terras, que englobam as pequenas, médias e grandes propriedades, principalmente, pela ausência dos órgãos de terras do Estado e do Governo Federal em Colniza.

Um dos primeiros focos de resistência e luta pela terra, no Município aconteceu em 1996, com o início da ocupação que deu origem ao Projeto 1º de Maio. A respeito da luta pela terra neste Assentamento, o entrevistado relata porque decidiu entrar no movimento, mesmo sem fazer parte do grupo de pessoas, que ocupavam as terras.

[...] eu fazia parte da comunidade, aí um dia eu chego, tá minhas crianças. Tinha três meninas, tinha não, tenho três meninas estão todas casadas. Tava na beira do rio os caras aí fazendo guachebagem amedrontando o povo, quebraram as varas das meninas que estavam pescando dentro da minha propriedade, aí eu fiquei choco! Aí eu entrei no movimento e avisei para eles que iria entrar no movimento porque estavam abusando muito das pessoas. A minha entrada ali foi o seguinte, veio um oficial de justiça, fez uma intimação para quem estava aí dentro e antes de cumprir,

de ter que cumprir a intimação do oficial de justiça os caras já vieram com brutalidade, aí eu falei tá tudo errados os caras viam saindo ali do mato, aí eu perguntei o que estava acontecendo? – não é que teve um homem ali acho que quarta- feira distribuindo um papel e disse que era para comparecer no fórum de Juína, aí como é que é? O senhor tem um papel aí? E hoje o que está acontecendo? - O cara falou se nós for organizar aí, vai meter o cacete em nós. Era os guacheba policial fazendo serviço de pistolagem guachebagem. Aí eu falei: cadê? o senhor tem um o papel aí? ele falou: eu tenho. Aí eu olhei e disse: não, isso é uma intimação oficial, aí expliquei para eles, eles disseram: pois é, não tinha ninguém para explicar para nós, queimamos uma porção delas! Aí eu falei é assim, assim, assado. Aí, como eles tinham abusado, fui onde estava o pessoal parado porque não descia carro eles pararam na pontizinha ali. Aí eu falei: a partir de amanhã eu vou estar acompanhando esse pessoal, isso aqui estão errados não venceu a intimação judicial e vocês estão desarticulando o povo. Foi aí que eu entrei na briga, eu estava mordido no negócio! Entrei na briga. De liderança comunitária, eu era coordenador da comunidade católica, aí entrei na briga, foi ganhando força e dimensão. (Depoimento do entrevistado Miguel em 18/07/2017).

Diante das dificuldades e conflitos relatados pelo entrevistado Miguel, referente ao início de ocupação das terras do assentamento, pode ser observado que os trabalhadores sem-terra que ali se encontravam foram constantemente pressionados a abandonarem a área ocupada.

Diante dos conflitos e disputas pela terra em região de Fronteira Agrícola Martins (1997) relatar que;

a fronteira é um lugar de constante disputa de territórios. Esta disputa é realizada por diferentes grupos que comportam diferentes modos de ver e fazer a vida. A luta pela terra é um elemento agregador e desagregador na fronteira. Assim: “É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...] Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra”. (MARTINS, 1997, p. 12).

O movimento de ocupação das terras pertencentes a Empresa Colonizadora teve início a partir da atual linha 1º de Maio, no ano de 1996. Posteriormente, as famílias que ocupavam as terras foram despejadas de forma truculenta e passaram ocupar as margens da MT 174, que é próxima a entrada da área de invasão.

De acordo com o entrevistado:

Os guacheba invadiram área de ocupação e com muita violência queimaram barracos e expulsaram as pessoas, diante das ameaças, muitos dos trabalhadores rurais que estavam presentes na ocupação decidiram migrar para outras regoes”. (Depoimento do entrevistado Miguel 18/07/2017).

Diante dos acontecimentos, um grupo de trabalhadores rurais se deslocaram para a Capital Cuiabá, à procura de resolverem a situação.

De início não conseguimos falar com o Governador do Estado, e nós que era líder do movimento fomos impedidos de falar com o Governador, além, de sermos ameaçados de morte várias vezes. A partir do momento em que conseguimos falar com o Governador, as coisas começaram a nos favorecer. Contamos nossa história

ao Governador que na época era o Dante de Oliveira, falamos dos maus tratos que o delegado tinha aprontado com as famílias e sei que rapidamente o Governo regularizou nossa situação, praticamente seis meses depois do despejo do povo, eles estavam votando para suas áreas com ordem do Governador. Aí pronto, começou a aparecer gente de todo canto e foram ocupando tudo o que está aí hoje. (Depoimento do entrevistado Marcos em 20/07/2017).

O Assentamento 1º de Maio foi regulamentado oficialmente pelo o INTERMAT, no ano de 2000, como podemos observar na figura abaixo o perfil do mesmo

Figura 02 - Perímetro do Assentamento



Fonte: Google Earth acesso em 10/09/17

O Assentamento é composto de 7 linhas e uma área em formato radial, denominada de Projeto Sol. Este Projeto surgiu, segundo o entrevistado Miguel de uma ideia do Sr. Aloísio Arruda, que na época era diretor do INTERMAT, que tinha pretensões de assentar, no Projeto, as famílias que ainda resistiam acampadas às margens da MT 174. Na verdade, as famílias não aceitaram a proposta de se deslocar para o referido Projeto e decidiram voltar para os locais de onde já haviam sido despejadas.

Posteriormente, a partir do momento em que o Governo iniciou o processo de regularização das terras, os migrantes que chegavam foram ocupando áreas, antes mesmo de fazer o cadastro junto aos órgãos responsáveis pela organização do Assentamento.

Do exposto se depreende que, mediante a ineficiência em realizar a reforma agrária no país, a ocupação de terras vem se tornando uma importante ferramenta de acesso à terra, isto é, os expropriados do campo utilizam-se da ocupação da terra, como forma de luta contra o modelo capitalista, cristalizado no espaço rural brasileiro.

5.2 NOVOS RUMOS DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: O MOVIMENTO AGROEXPORTADOR

A agricultura brasileira é comumente apresentada pela mídia como uma atividade que, dispõem de modernos aparatos tecnológicos e, onde se desenvolve a monocultura em larga escala, para o atendimento do mercado externo.

Esse cenário representado é fruto da modernização e industrialização da agricultura brasileira, que vem se estruturando no país desde a década de 1970, contando diretamente com o apoio do Estado Brasileiro, para fortalecer a internacionalização da economia, por meio da exportação de gêneros agropecuários, como uma forma de gerar divisas na balança comercial.

O espaço agrário do país passou a ser dominado pelo agronegócio. Este sistema produtivo compõe o modelo neoliberal, que se propagou no espaço rural, dominado por grandes grupos econômicos e transnacionais, cujos interesses e intencionalidades interferem diretamente na economia do país, determinando os preços de insumos e produtos, além de impor decisões sobre o quê, quando, onde produzir e comercializar, sempre em consonância com as regras do mercado internacional, desconsiderando os interesses do país. Conforme podemos observar em Silva e Santos (2011) quando destaca a força política das corporações do agronegócio sobre os movimentos de trabalhadores rurais, que se opõem a este modelo agroexportador.

As redes hegemônicas demandam níveis de articulações e estratégias contra as redes de resistências dos movimentos sociais. É mister ação coletiva em defesa de seus interesses. Logo, a resistência não é apenas daqueles que possuem uma racionalidade e sociobiodiversidade contrária aos interesses hegemônicos do capital. [...] essa construção acontece na correlação das escalas globais às escalas locais, em que diferentes grupos sociais participam da luta pelo controle e estabelecimento de limites, como forma de projeção de suas intencionalidades e ações nos territórios. (SILVA E SANTOS, 2011, p.31).

De acordo com Stédile (2006), o agronegócio é o neoliberalismo da agricultura e resultante da união dos grupos capitalistas acima citados, que controlam o mercado agrícola em nível mundial. Para o autor:

Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio. [...]. (STÉDILE, 2006a, p. 17).

O Estado Capitalista Brasileiro sempre apoiou e adotou o modelo exportador de produtos agrícolas em benefício dos latifundiários, principalmente, após a internacionalização da economia, momento em que, o agronegócio passou a receber maior atenção perante as políticas agrícolas.

De acordo com Gorender (2002) o agronegócio age de forma completamente antagônica, pois ao mesmo tempo em que contribui com seus produtos, para o crescimento da balança comercial, gera exclusão social no campo, principalmente por concentrar terra e renda nas mãos de poucos.

Mediante o poderio econômico e político concentrado nas mãos dos agroexportadores tem se observado, no espaço rural brasileiro, o aumento da violência no campo, a precarização das relações de trabalho, a rotatividade do emprego e a flexibilização de direitos trabalhistas. Perante todo este cenário excludente, o agronegócio conta, ainda, com apoio de um significativo número de parlamentares, setores da sociedade, da academia, dentre outros.

Este modelo agroexportador neoliberal interfere diretamente no processo socioeconômico e na organização espacial dos estados brasileiros ao ampliar, a cada dia, a sua área de abrangência sobre as áreas de assentamentos rurais e de fronteira agrícola.

Na Região Sul do Estado de Mato Grosso, pode ser constatada a presença do agronegócio, nas áreas de assentamentos rurais, no momento em que grandes proprietários rurais arrendam de uma só vez, vários lotes de agricultores familiares, para desenvolverem agricultura em escala comercial.

A Região Noroeste do Estado que, por muito tempo, ficou relegada a segundo plano, mediante aos olhos dos grandes grupos agroexportadores, nos últimos anos, essa região passou a ser alvo desses grupos, que gradativamente deram início a pequenas lavouras de soja e milho e foram se expandindo, conforme podemos observar no quadro abaixo.

De acordo com os quadros 04 e 05 pode-se observar a crescente evolução da área cultivada de soja e milho e que esse cultivo vem se expandido ao longo dos anos em direção à Região Noroeste do Estado de Mato Grosso. Diante do contexto de expansão das atividades agrícolas nos municípios citados nos quadros 04 e 05 fica evidenciado que o Município de Brasnorte possui grandes áreas já consolidadas, com o cultivo de soja e milho, tornando assim

um dos maiores produtores de grãos do Estado, nos últimos anos, o que pode ser observado na crescente expansão da área plantada dessas culturas nos últimos 16 anos.

Quadro 04 - Evolução da área plantada com soja entre os anos de 2000 e 2016

Produto das lavouras temporárias - Soja (em grão)																	
Município	Ano																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasnorte (MT)	52660	65000	78200	95000	118090	159139	140000	83000	146382	146440	156108	156108	170500	195000	211000	226150	226000
Juara (MT)	0	150	0	0	0	0	0	0	0	150	1100	550	530	4100	8300	25150	32000
Juína (MT)	0	0	0	46	46	700	400	0	0	0	0	0	0	800	1600	8500	6000
Aripuanã (MT)	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600	700	900
Cotriguaçu (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0
Castanheira (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colniza (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juruena (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondolândia (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	52.660	65.150	78.200	95.056	118.136	159.839	140.400	83.000	146.382	146.590	157.208	156.658	171.030	199.900	221.500	260.514	264.900

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017

O quadro 04 demonstra que a área cultivada com soja, em Brasnorte, no ano de 2000, era em torno de 52.660 hectares, chegando ao patamar de 226.000 hectares em 2016, tendo um aumento significativo de 329% durante este período.

Já a evolução das áreas cultivadas com milho nesse mesmo Município, alcançou um expressivo crescimento de 601% entre os anos de 2000 e 2016. Os dados do quadro 05 chamam à atenção para o fato de que no ano de 2000 existiam apenas 9.300 hectares de terras destinadas ao cultivo do milho e, em 2016, a área plantada deste grão chegou a um patamar de 65.200 hectares.

Quadro 05 - Evolução da área plantada com milho entre os anos de 2000 e 2016

Produto das lavouras temporárias - Milho (em grão)																	
Município	Ano																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasnorte (MT)	9300	6475	2900	8500	9200	11000	15800	15030	22980	21440	30600	25235	41100	55015	45200	52300	65200
Juara (MT)	2850	3700	2800	2200	2530	1800	1500	1200	1800	1500	1200	500	300	1500	2500	10000	10000
Aripuanã (MT)	2600	1000	1700	2500	1500	2800	4480	1000	1000	1100	1003	1303	1303	1505	1155	2055	2700
Juína (MT)	4600	4500	4500	5120	4050	4500	3700	3250	3350	3350	3350	1100	1100	1100	1310	4600	2480
Colniza (MT)	0	2000	10000	5000	6000	6000	6010	5437	3100	3200	3200	1840	1870	2170	2100	3100	1100
Cotriguaçu (MT)	1320	1400	2500	2875	3200	3500	4025	2500	2700	2700	3000	2100	2340	1200	550	450	550
Castanheira (MT)	900	1001	850	1023	1023	1320	710	400	400	400	1000	1000	976	480	150	400	280
Juruena (MT)	1290	1300	400	350	800	800	2000	2000	900	700	250	100	350	100	238	146	116
Rondolândia (MT)	0	820	656	656	450	500	100	822	374	600	350	420	150	80	100	100	80
TOTAL GERAL	22860	22196	26306	28224	28753	32220	38325	31639	36604	34990	43953	33598	49489	63150	53303	73151	82506

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal, 2017

A expansão das áreas cultivadas com soja e milho, em Brasnorte, pode estar associada à extensão territorial, à geomorfologia e à pedologia do Município, que apresentam ótimas condições, para o desenvolvimento da agricultura, em larga escala, sobre os latossolos, com as estratégias e necessidades dos grandes grupos empresariais, em expandirem as fronteiras do agronegócio.

Os Municípios de Juara, Juína e Aripuanã, conforme pode se observar nos quadros 04 e 05, nos últimos seis anos, deram início ao cultivo de soja e intensificaram em conjunto, o cultivo de milho em escala comercial. Durante este período de tempo os mesmos vêm apresentado significativos aumentos na expansão da área plantada.

Diante do atual avanço da agricultura comercial na Região Noroeste é importante ressaltar que na maioria dos municípios localizados na Chapada dos Parecis, a expansão da soja teve início a partir de 1985. O que chama atenção é que os municípios da Chapada dos Parecis que se delimitam com a Região Noroeste passaram por processos de ocupação de suas áreas de forma diferenciadas conforme as políticas públicas de colonização.

As lavouras de milho nos Municípios de Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu e Rondolândia conforme pode ser observado no quadro 05, vêm se desenvolvendo ao longo dos anos, para atender o consumo interno destes Municípios, em sua quase totalidade em pequenas e médias propriedades. Há que se considerar ainda que o cultivo de milho é praticado em áreas de abertura, na denominada “roça de toco”, aproveitando as cinzas remanescentes da queima da vegetação roçada, enquanto em outros espaços produtivos do Estado, o plantio de milho está associado como segunda safra, em substituição à soja. Os dados demonstram que no Noroeste Matogrossense o milho ainda é cultivado independentemente da soja e como primeira safra.

Outro fato a ser considerado em relação a expansão agrícola na região é a pavimentação asfáltica da MT 170, entre Campo Novo do Parecis a Brasnorte, a Juína e a Castanheira, e ainda a pavimentação da MT 220, que liga o Município de Juara a MT 170. A melhoria de trafegabilidade dessas rodovias, principalmente com a pavimentação asfáltica, que teve início em meados da década de 2010, provocou o barateamento do frete e facilitou o acesso aos municípios. Porém as vias que dão acesso aos Municípios de Juruena, Aripuanã, Cotriguaçu, Rondolândia e a Colniza partindo do Município de Castanheira não são pavimentadas e se encontram em péssimas condições de trafegabilidade, situação que tende a se agravar nos períodos de chuvas, na região.

É importante ressaltar que tanto a MT 170 quanto a MT 220 são importantes eixos viários, que integram municípios da Região Noroeste e Meio Norte com a Capital do Estado Cuiabá e com as Regiões Sul e Sudeste do país.

Para além dos dados apresentados no quadro 05 o Município de Colniza possui uma área de aproximadamente 9.000 hectares utilizados, para a lavoura cafeeira, e um rebanho de gado de corte em torno de 460.002 cabeças e 2.507 cabeças de vaca leiteira. (IBGE, 10/08/2017).

Diante disto podemos afirmar que as pressões do agronegócio já existentes na região, começam a direcionar o mercado local de acordo com seus interesses. Se tomarmos como exemplo o Município de Colniza, podemos observar que o agronegócio está presente no desenvolvimento da pecuária extensiva e na lavoura cafeeira.

De acordo com Oliveira (2007), o modelo de produção capitalista no campo estabelece um movimento desigual e ao mesmo tempo, combinado. Isso significa que para o modelo de produção capitalista se multiplicar, em todos os âmbitos da economia, o mesmo necessita de formas não capitalistas de produção, para continuar se reproduzindo, as quais podem ser encontradas nas unidades de produção familiar. Nesta perspectiva, a agricultura familiar passa a ser inserida na dinâmica capitalista.

A produção da agricultura familiar é transformada em mercadoria e a partir de sua circulação, a renda da terra é transferida ao setor capitalista. Com relação à produção, um aspecto para ser analisado é que em Colniza ainda não existe arrendamento de áreas de assentamentos, para grandes proprietários do agronegócio, como acontece em boa parte dos assentamentos rurais da Região Sul do Estado, porém o Município já está envolvido na dinâmica do agronegócio, na medida em que direciona sua produção, principalmente à venda de gado, a grandes pecuaristas do Estado.

Ainda que o agronegócio venha gradativamente se ampliar, conforme exposto nos quadros 04 e 05, percebe-se a existência de vários entraves de ordem física e estrutural na Região Noroeste, como; a falta de vias pavimentadas, a qualidade do solo, as condições topográficas locais, a distância dos grandes centros urbanos e a presença de reservas indígenas. Enfim esse conjunto de fatores, pode ser considerado um elemento dificultador à expansão do agronegócio em Colniza.

O que fica evidenciado com a expansão da atividade sojifeira, é que a Fronteira Agrícola da Região Noroeste de Mato Grosso entra definitivamente na era do agronegócio e dos amplos acordos comerciais, embora ainda condicionada a um certo tipo de solo.

5.3 TIPOS DE SOLO: UM INIBIDOR PARA O AVANÇO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS

Na perspectiva humana o solo é compreendido como um recurso natural passível de ser explorado, sua composição e formas possibilitam ou dificultam seu uso. Por ser um recurso natural, o solo é constituído por um conjunto de componentes bióticos e abióticos fundamentais para o ecossistema terrestre, fornece condições necessárias para o desenvolvimento das plantas, água nutrientes dentre outros.

Em função do uso inadequado do solo, ele pode ser degradado, podendo causar a perda de sua fertilidade e induzir a processos erosivos, interferindo no equilíbrio ambiental das regiões agrícolas e urbanas, cuja ações não são planejadas. É importante ressaltar que o relevo também sofre constante ação natural dos agentes internos e externos, que com o passar do tempo promovem modificações nas características geomorfológicas.

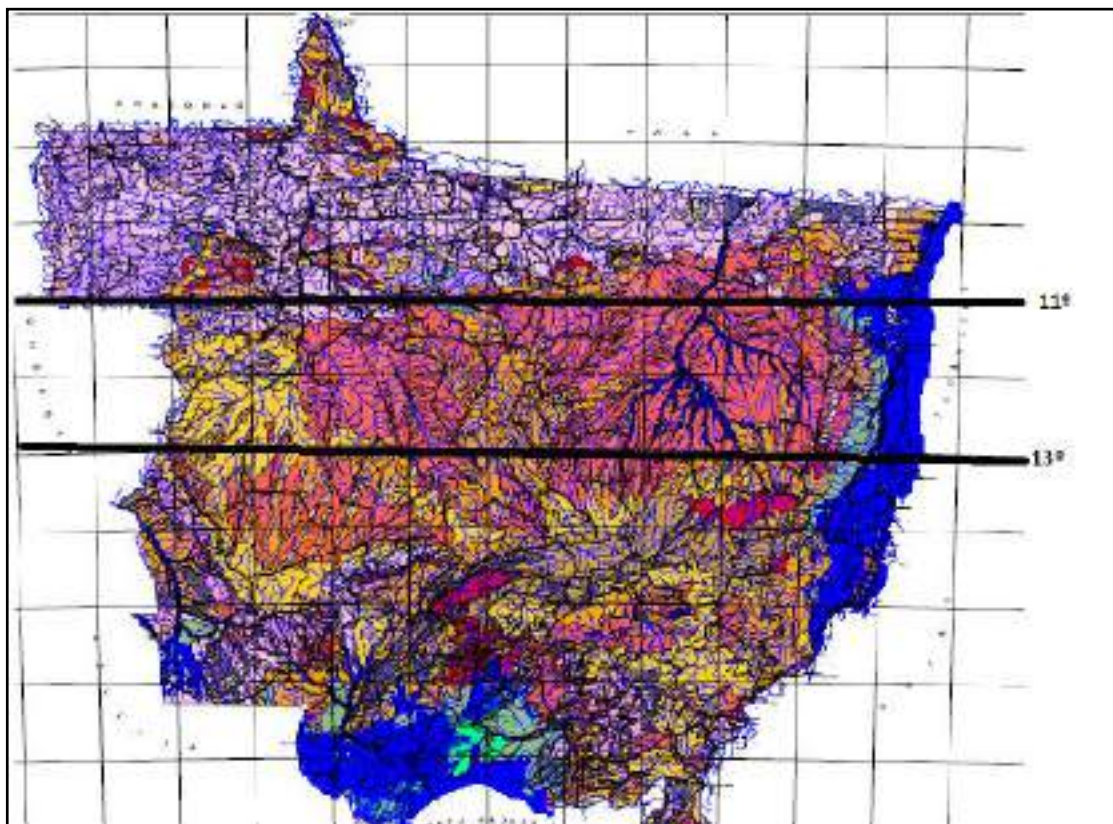
A importância dos estudos técnicos do solo, mapeamento e estudos sobre tipos de solo facilita o processo de ocupação dos espaços, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. Sendo assim, as novas técnicas e as tecnologias têm contribuído diretamente no processo de organização e transformação dos lugares, sempre de acordo com a intencionalidade de quem a detém.

Para SANTOS (1996, p.25) as técnicas podem ser definidas como: “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. O autor afirma que a principal maneira de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é a dada pelo uso das técnicas.

A técnica que se utiliza em determinado tempo histórico passa a ser o elemento principal que vai contribuir diretamente, para o desenvolvimento de arranjos espaciais nos territórios.

A agricultura a partir da década de 1970, gradativamente, passou a ser incorporada em novos espaços, graças ao desenvolvimento de técnicas que possibilitaram o cultivo das áreas de latossolo, para o desenvolvimento em escala comercial, transformando o Estado em um dos maiores produtores de grãos do país, tendo em destaque a Região Centro-Norte, como a maior produtora de grãos, conforme podemos observar no mapa abaixo.

Figura 03 - Mapa de Solos de Mato Grosso. Região entre os Paralelos 11 e 13 de Cor Rosa Escuro: Latossolo Vermelho-Escuro Distrofíco.



Fonte SEPLAN/MT- Adaptado pelo IMEA

A agricultura comercial encontrou na Região Meio-Norte um conjunto específico de fatores que possibilitaram a exploração agrícola, como a facilidade de mecanização, clima favorável, e tendo como principal fator facilitador os latossolos, que necessitam apenas de correção de acidez e adubação química para o desenvolvimento da agricultura.

Diante da expansão da Fronteira Agrícola no Noroeste de Mato Grosso, os estudos sobre os solos tornaram-se essenciais para compreender os fatores, que podem ser considerados facilitadores ou inibidores das mais variadas atividades desenvolvidas pelo agronegócio.

De acordo com Vasconcelos (2005) a região apresenta relevo com:

[...] superfície rebaixada e dissecada em formas predominantes convexas, frequentemente interrompida por relevos residuais, com altimetrias que variam em torno de 250 m, descaindo levemente para o norte. Ocupa quase todo o norte de Mato Grosso e estende-se, ainda por toda a Amazônia Meridional, com a denominação de Depressão Marginal Sul Amazônica. Essa depressão tem caráter interplanáltico, confinada entre as serras e chapadas do cachimbo, ao norte, e o Planalto dos Parecís, ao sul. Trata-se de uma superfície regional do relevo que se insinua entre outras unidades das áreas; a leste, encontra-se a bacia do rio Xingu; No centro, a do Rio Teles Pires; no Oeste a do Rio Juruena; e no extremo noroeste, a do Aripuanã-Roosevelt. (VASCONCELOS. 2005, p. 228).

Além dos dados apresentados acima sobre as formas de relevo, que caracterizam a Região Noroeste do Estado, o estudo sobre a pedologia da área é fundamental para a compreensão do potencial agropecuário da região de expansão da fronteira agrícola. Os dados abaixo apresentam os tipos de solos que mais predominam nos Municípios da Região Noroeste.

Quadro 06 - Principais Tipos de Solo por Município da Região Noroeste

Município	Tipos de solo
Aripuanã	LVA-PVA-RLd
Castanheira	PVA-RLd
Colniza	PVA-LVA-RLd
Cotriguaçu	PVA-RLd
Juína	PVA-RLd-LVA
Juruena	PVA-RLd-LVA
Rondolândia	PVA-RLd-LVA

Fonte: IBGE, 2017

Os dados apresentados no quadro acima demonstram a predominância nos Municípios, em sua grande maioria da existência de ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO (PVA), seguido por NEOSSOLO LITOLICO DISTRÓFICO (RLD), e aparecendo com menor frequência na Região o LATOSSOLO VERMELHO AMARELO (LVA), sendo este encontrado com maior frequência no Município de Aripuanã. Já nos demais Municípios da Região este tipo de solo é encontrado nas áreas próximo do Rio Machadinho (Rondolândia e Colniza), do Rio Juruena (Juína) e do Rio Roosevelt (Colniza).

Com relação a aptidão agrícola dos solos da Região constatou-se que eles se encontram classificados dentro de dois grupos, que identificam o tipo de utilização mais intensivo das terras. Conforme pode ser observado pelos dados apresentados pela SEPLAN/MT (2017) o GRUPO 1- Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo, e o GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo. Através da análise dos grupos 1e 2 pode ser observado que as terras da região se encontram classificadas nos grupos, que apresentam as melhores classes de aptidão das terras indicadas, para agricultura conforme as técnicas de manejo.

Diante das condições geológicas, geomorfológicas e da aptidão agrícola do Município de Colniza, onde está localizado o Assentamento 1º de Maio e os municípios do entorno,

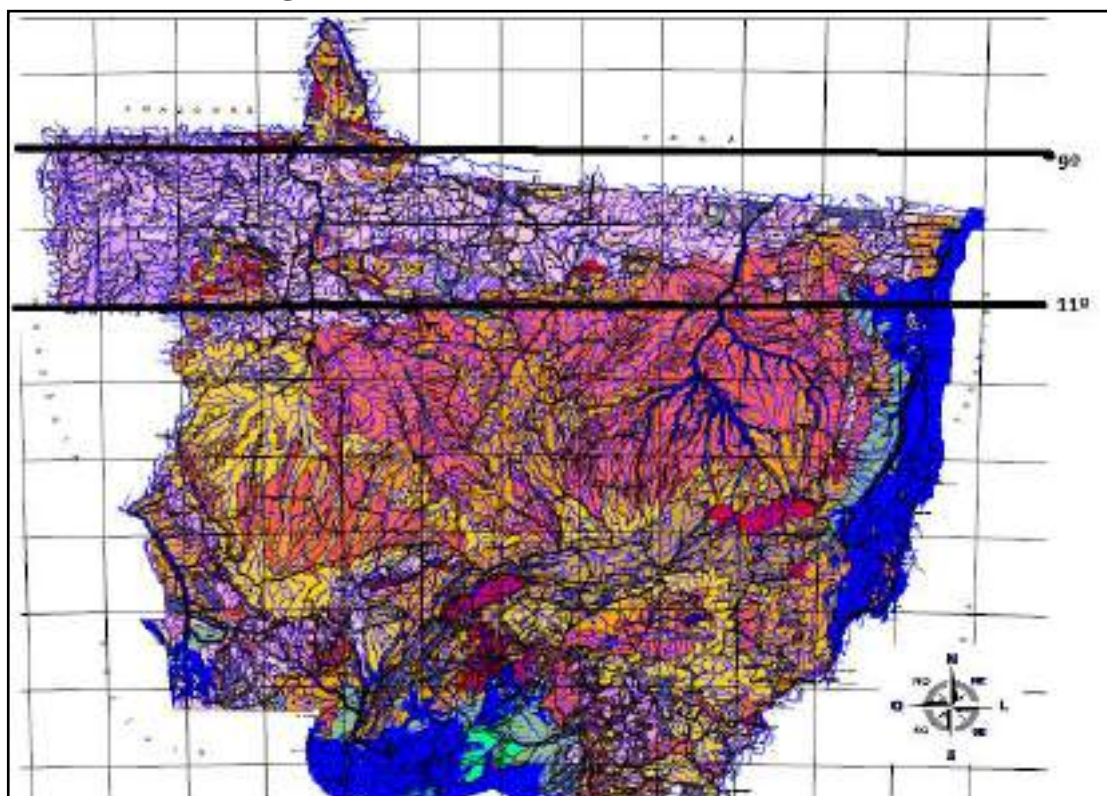
ficou evidenciado que o solo da região é, em sua grande parte, constituído de podzólicos (atualmente denominado de Argissolo) que apresenta as seguintes características:

São solos minerais, não-hidromórficos, com horizonte A ou E (horizonte de perda de argila, ferro ou matéria orgânica, de coloração clara) seguido de horizonte B textural, com nítida diferença entre os horizontes. Apresentam horizonte B de cor avermelhada até amarelada e teores de óxidos de ferro inferiores a 15%. Podem ser eutróficos, distróficos ou álicos. Têm profundidade variadas e ampla variabilidade de classes texturais. (EMBRAPA, SOLOS disponível em www.agencia.cnptia.embrapa.br 10/01/17).

Os solos PVA, além das características apresentadas acima, são solos menos intemperizados em relação aos latossolos, embora férteis e muito utilizados na Região para a pastagem.

Conforme podemos observar no mapa abaixo, as terras do Estado matogrossense localizadas entre os paralelos de 9° e 11°, onde está localizado o Município de Colniza, com exceção das terras localizadas na Região Nordeste de Mato Grosso, possui em sua grande maioria solos PVA, os quais se encontram em áreas onduladas, fator este que pode ser um considerado empecilho, para o desenvolvimento da agricultura em escala comercial.

Figura 04 - Mapa de Solos de Mato Grosso. Região entre os Paralelos 09 e 10, de Cor Roxa: Agirsolo Vermelho-Amarelo, com Relevo Ondulado.



Fonte SEPLAN/MT- alterado pelo autor referente aos paralelos 9 e 11

Conhecer a dinâmica geológica e geomorfológica das formas de relevo tem se tornado condição essencial para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas, que possam tornar possíveis o desenvolvimento de atividades produtivas, em consonância com a potencialidade de cada ambiente.

De acordo com Higa e Moreno (2005)

No Norte do Estado de Mato Grosso, onde ocorrem extensas áreas de solos com Horizonte B textural sob Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta, a exemplo dos Alissolos, foram introduzidos, inicialmente, as culturas do cacau, café e guaraná, porém sem êxito em decorrência de diversos entraves, a exemplo dos problemas fitossanitários, de falta de pesquisas agropecuárias, da falta de infraestrutura dos produtores rurais, etc. (HIGA E MORENO, 2005, p. 235).

Os autores ressaltam que mesmo com a tentativa de cultivar produtos, que apresentem características de fácil adaptação aos solos, a geomorfologia e ao clima da Região Amazônica, as tentativas não surtiram efeitos positivos, principalmente pela falta de pesquisa e apoio técnico, que pudessem auxiliar os produtores rurais descapitalizados.

O desenvolvimento regional do Estado matogrossense com a expansão do agronegócio sob novas áreas de fronteira agrícola, fica evidenciado a importância dos recursos naturais como fator de atração ou repulsão de determinadas atividades agropecuárias.

Levando em conta as dificuldades em produzir grãos em escala comercial, a Região Noroeste vem se especializando na criação de gado bovino para corte, conforme podemos observar no quadro 06 abaixo, em que apresenta um significativo aumento na quantidade do rebanho nos últimos seis anos

Quadro 07 - Evolução do Plantel Bovino por Município na Área de Fronteira Agrícola

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aripuanã	436.170	438.249	471.236	450.779	447.501	450.479	471.225
Colniza	315.596	295.121	403.013	451.129	422.888	429.036	460.002
Castanheira	362.007	372.221	371.879	366.466	376.498	391.499	406.573
Cotriguaçu	315.396	295.121	305.768	301.363	297.665	293.509	326.000
Juara	945.249	927.838	964.421	952.022	926.201	945.566	976.404
Juína	605.179	603.775	621.182	624.540	633.494	665.741	712.747
Juruena	191.070	197.625	201.559	193.428	184.878	192.033	212.110
Rondolândia	301.449	300.303	300.189	273.066	288.998	296.356	280.764
Total	3.472.211	3.639.247	3.639.247	3.612.793	3.578.123	3.664.219	3.845.825

Fonte: IBGE-2017

A maioria das áreas em que atualmente se desenvolve a agricultura comercial no Estado, tiveram o desenvolvimento da pecuária extensiva como atividade econômica no início da abertura da fronteira. Os dados apresentados no quadro acima revelam que a expansão da

Fronteira Agrícola vem sendo desenvolvida a partir da substituição da vegetação natural pela pastagem plantada, tendo na pecuária extensiva a principal atividade econômica dos Municípios desta Região.

Um fato que chama atenção ao comparar a evolução da pecuária com as áreas de agricultura é que as áreas utilizadas, para o desenvolvimento da agricultura em escala comercial vêm sendo desenvolvida sob locais, que antes eram ocupadas pela atividade da pecuária extensiva nas áreas de latossolo, enquanto novas áreas estão sendo abertas para o desenvolvimento da pecuária.

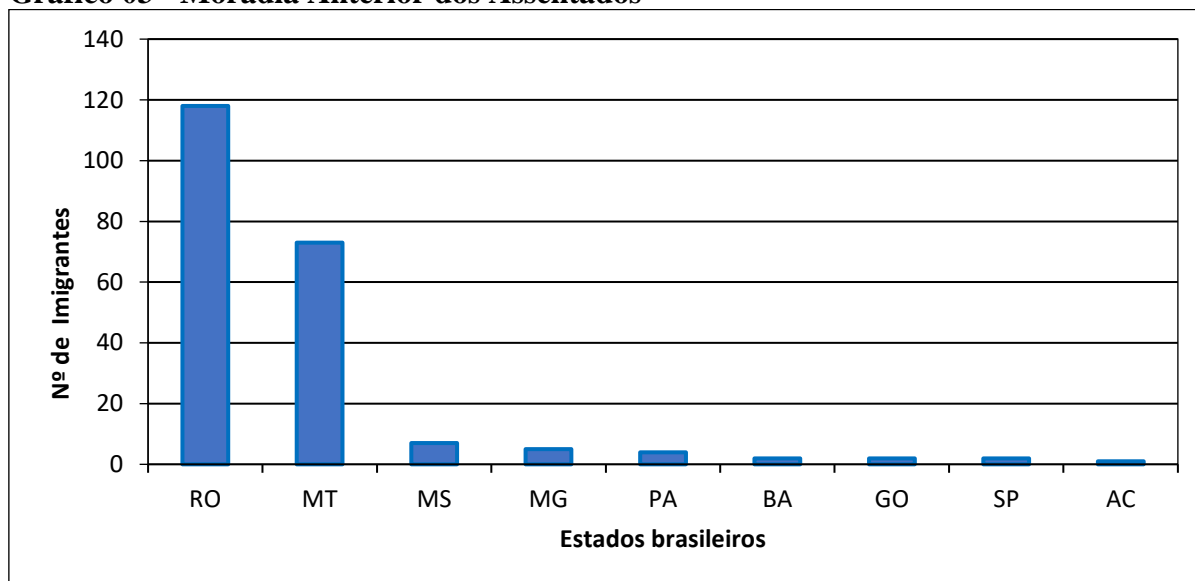
O aumento significativo do rebanho bovino no Município de Colniza nos últimos anos tem uma forte relação com a falta de técnicas adequadas para o desenvolvimento da agricultura e, principalmente, pelo fato da pecuária extensiva ser a atividade econômica que se desenvolve nos assentamentos, principalmente pela existência de um mercado consumidor, que está intimamente relacionado ao agronegócio.

A Região Noroeste apresenta atualmente potencial para o desenvolvimento da pecuária de corte e leite, criação de peixes, expansão da agricultura familiar, reflorestamento e o cultivo de produtos amazônicos, então torna-se necessária a existência de políticas públicas que garantam apoio técnico e financeiros aos pequenos produtores da região. Desse modo a inserção das terras do Assentamento 1º de Maio ao agronegócio vinculado às tradings dar-se-á apenas de forma marginal, pela incorporação do assentamento para a produção de proteína animal, ainda assim dependente de melhorias técnicas para o melhoramento da genética animal.

6. OS DADOS NÃO MENTEM: A IMAGEM DE UM ASSENTAMENTO

Nesse capítulo consta a análise da coleta de dados oriunda da pesquisa feita no Assentamento 1º de Maio, onde caracterizamos a origem dos assentados, o tipo de produção, as formas de uso da terra, as dificuldades encontradas pelos assentados e a constituição dos assentamentos.

O gráfico abaixo mostra onde moravam as famílias assentadas no 1º de Maio antes da constituição do Assentamento, caracterizando a origem e procedência das famílias em termos de localidade.

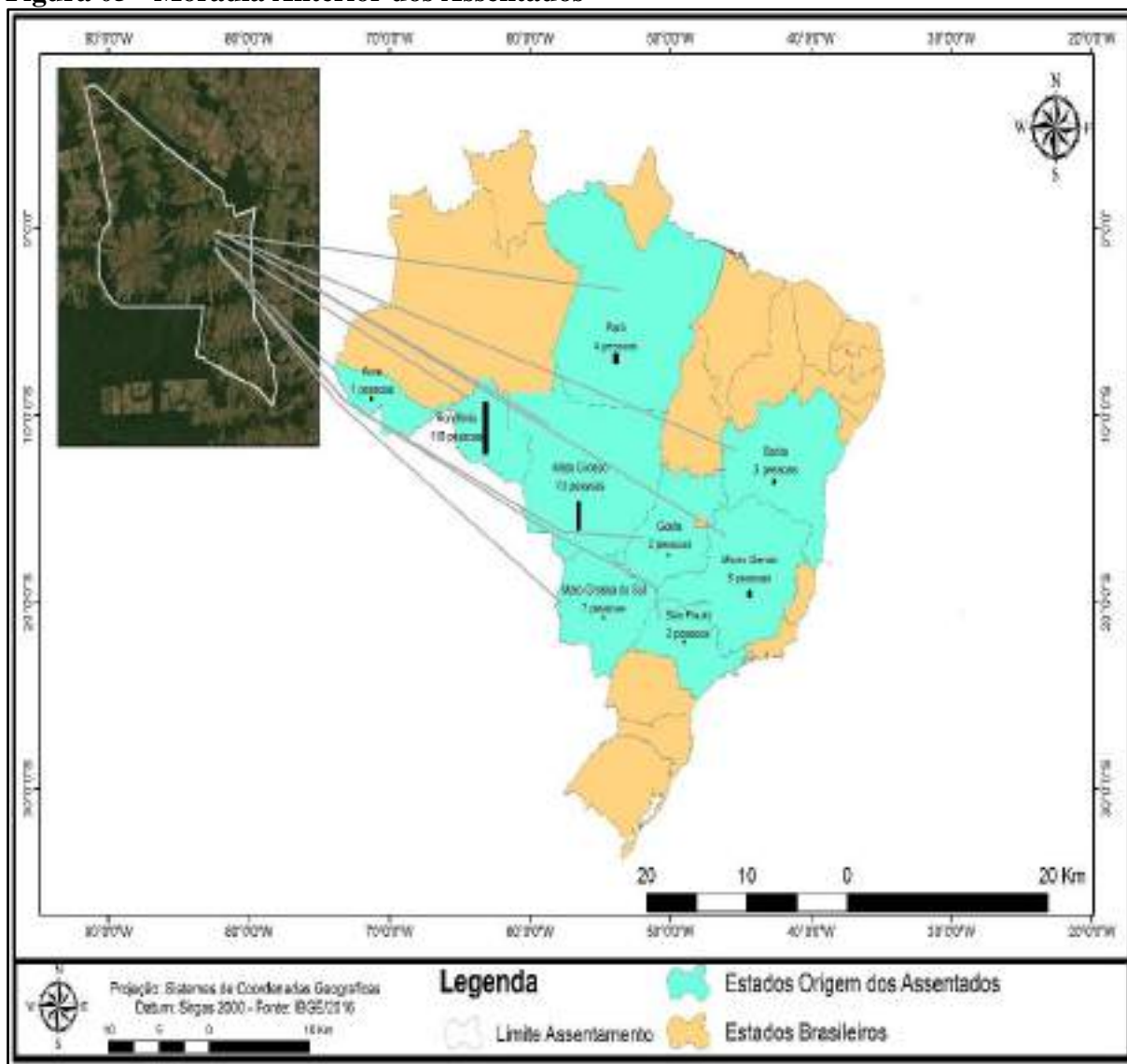
Gráfico 03 - Moradia Anterior dos Assentados

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Foram muitos trabalhadores rurais com suas famílias que chegaram ao Município de Colniza vindos de várias regiões do país, porém a população do Município em sua grande maioria se caracteriza por uma imensa quantidade de migrantes vindos do Estado de Rondônia e outras partes provenientes do próprio Estado de Mato Grosso, conforme o gráfico.

Os dados coletados revelam que 57,14% das famílias que chegaram ao Assentamento são provenientes de Rondônia, 33,03% são de Mato Grosso e 9,82% são migrantes dos demais estados brasileiros. Conforme podemos observamos com maior clareza na a seguir

Figura 05 - Moradia Anterior dos Assentados



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

De acordo com o relato dos assentados, os motivos que os levaram a migrar foram a possibilidade de realização de seus sonhos de encontrar terras férteis, para o plantio e, por meio dessa atividade econômica, melhorarem suas condições de vida. Esses motivos são recorrentes na maioria dos casos de migração de trabalhadores rurais, sendo constituinte do cenário de migrações do século XX.

Silva e Menezes (2012) afirmam que,

a migração constitui-se como uma estratégia importante para as famílias camponesas, não se resumindo a regiões mais ou menos favorecidas, onde o sujeito é apenas um ser passivo diante de um processo determinado pela estrutura social ou acumulação capitalista, mas se coloca como uma nova estratégia e oportunidade de melhorar as suas condições de vida. (SILVA e MENEZES, 2012, p. 27).

Na região de onde vieram os assentados em questão, já haviam problemas relativos à falta de terras para o plantio, o que os obrigou a migrarem pelo território brasileiro e a conquistarem terras por meio de assentamentos, posses e outras maneiras de aquisição. Tais fatos que podemos observar no relato de um dos entrevistados:

[...] “Chegamos aqui à procura de terras férteis e baratas e, principalmente, em busca de realizar o sonho de possuir terras”. (MIGUEL, 15. jul. 2017).

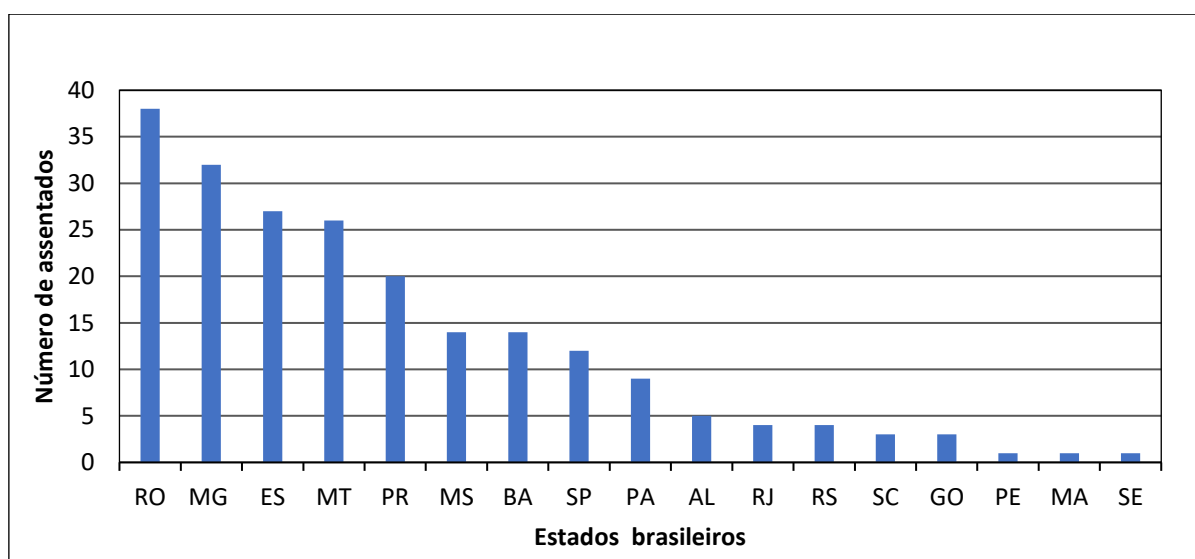
No final da década de 1990 e início da década de 2000, o Município de Colniza, passou por significativas transformações no espaço urbano e, principalmente, no espaço rural devido à chegada de um grande número de migrantes em busca de terras. Todo este contingente populacional provocou sérias transformações políticas, econômicas e sociais, que refletem na organização espacial, política e econômica do Município até os dias atuais.

A formação sócio espacial do Município é constituída de um relevante número de migrantes vindo do Estado de Rondônia, portanto, acreditava-se que suas origens de nascimento também eram do próprio Estado. No entanto, ao analisarmos os dados dos processos migratórios referente à trajetória dos chefes de famílias, verificamos que uma parte significativa destes assentados entraram no Município de Colniza após realizarem tentativas de ocupação territorial no Estado de Rondônia.

De acordo com Oliveira (2007):

o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retornará à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história sob o campesinato é uma história de (e) migração. (OLIVEIRA, 2007, p.11).

No gráfico abaixo pode ser observado a origem por nascimento dos proprietários dos lotes do Assentamento 1º de Maio.

Gráfico 04 - Local de Nascimento dos Assentados

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Com o auxílio do gráfico 04 foi possível a construção do quadro 07, no qual apresenta a frequência absoluta e a frequência relativa da origem por nascimento dos migrantes.

Quadro 08 - Local de Nascimento dos Assentados

Local de nascimento por Estado	Nº de pessoas (Frequência absoluta)	Percentual de pessoas (Frequência relativa)
Rondônia	38	17,75 %
Minas gerais	32	14,96 %
Espirito Santo	27	12,62 %
Mato Grosso	26	12,15%
Paraná	20	9,34 %
Mato Grosso do Sul	14	6,54 %
Bahia	14	6,54 %
São Paulo	12	5,61 %
Pará	09	4,20 %
Alagoas	05	2,34 %
Rio de Janeiro	04	1,87 %
Rio Grande do Sul	04	1,87 %
Santa Catarina	03	1,40 %
Goiás	03	1,40 %
Pernambuco	01	0,47 %
Maranhão	01	0,47 %
Sergipe	01	0,47 %
Total	214	100 %

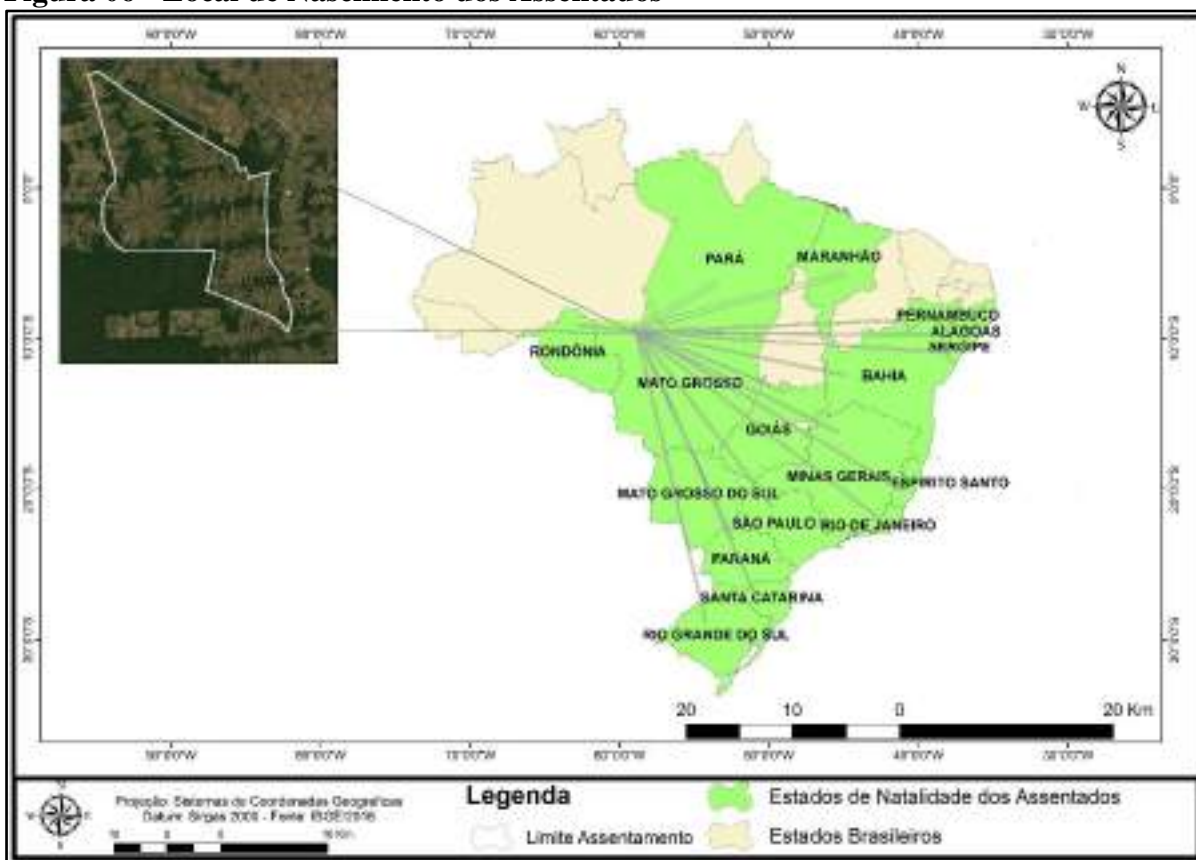
Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

A partir dos dados apresentados no quadro 07 infere-se que 17,75% da população do Assentamento é nascida em Rondônia e 83,25%, em outros estados da federação. Isso aponta que mesmo que a maioria dos chefes de família seja oriunda de Rondônia, em termos de naturalidade grande parte vem de Estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso.

Em termos numéricos temos 90,03% das pessoas que estão no Assentamento são oriundas dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme pode ser observado no gráfico 03. Todavia, ao avaliar o gráfico 05 verificamos uma inversão dos valores, quando se observa o deslocamento dos fluxos migratórios a partir do local de nascimento dos assentados.

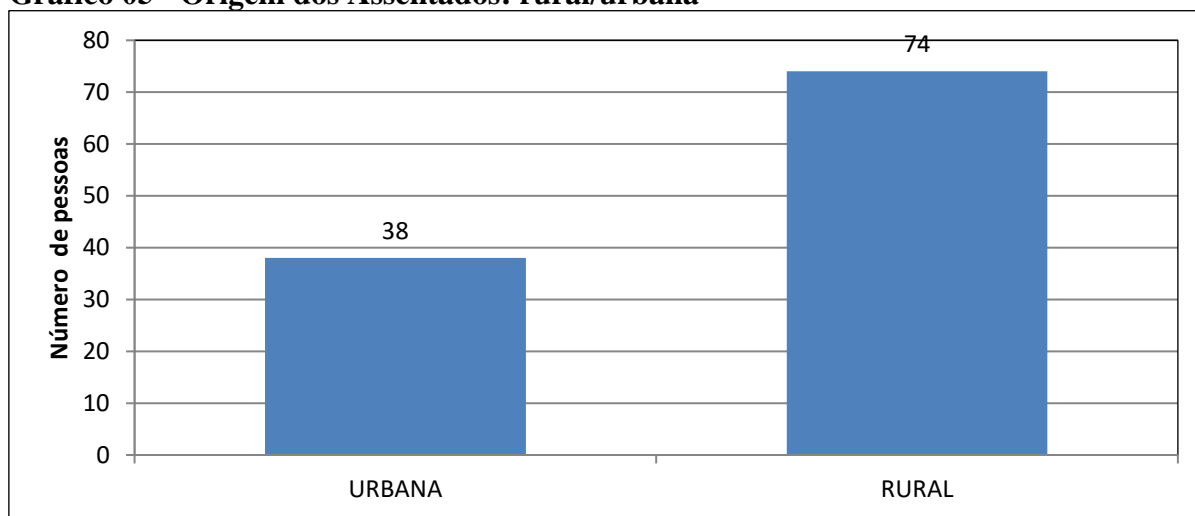
Desta forma, os Estados de Rondônia e Mato Grosso passam a ter apenas 29,90% de assentados, enquanto os demais estados brasileiros passam a ter a expressiva taxa de 70,1%. Por certo este fato pode ser explicado pelo motivo de os assentados serem filhos de trabalhadores rurais, que migraram para Rondônia juntamente com seus pais na década de 1980 como podemos observar na figura abaixo.

Figura 06 - Local de Nascimento dos Assentados



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Em suma, os dados revelam que os trabalhadores rurais brasileiros mantêm a luta para conquistar terras, mesmo que estas conquistas lhes obriguem a migrar para regiões distantes de suas origens.

Gráfico 05 - Origem dos Assentados: rural/urbana

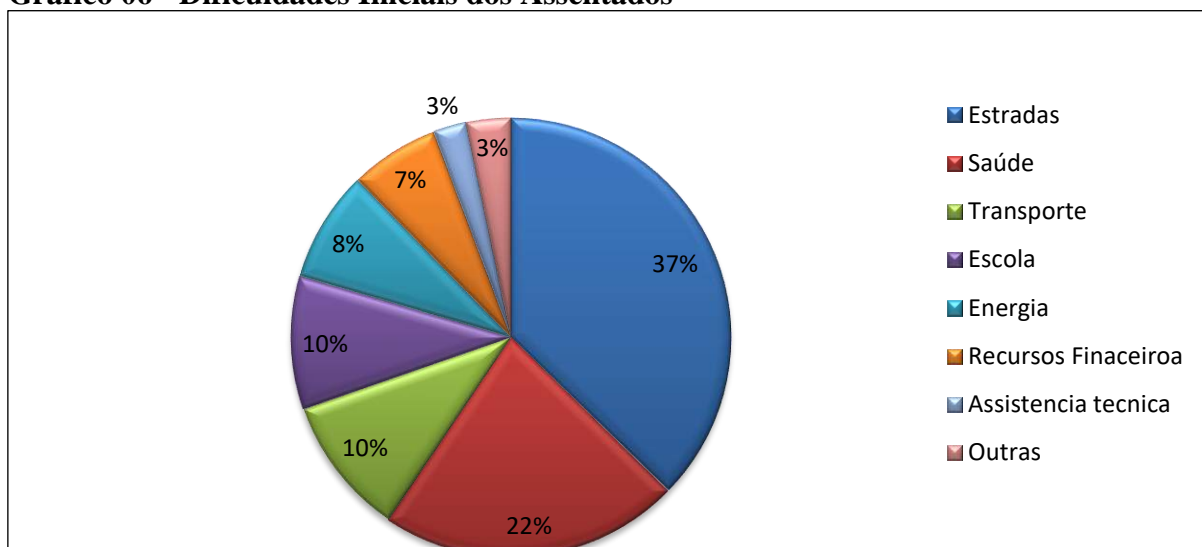
Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

O gráfico 05 revela que 66,08% dos assentados são de origem rural, já os de origem urbana são de 33,92% e estes, assim mesmo, já foram trabalhadores rurais e vivem nas cidades em funções ou empregos diversos. Neste sentido, a população expropriada do campo passou a ocupar espaços distintos. Enquanto uns migraram para os espaços urbanos em busca de trabalho, outros passaram a acampar à margem de rodovias reivindicando terras, alguns se tornaram arrendatários e uma outra parte tornou-se mão de obra assalariada, em grandes fazendas agropecuárias.

Levando em consideração os fatores de atração que as cidades exercem sobre a população rural e os fatores de expulsão do campo sobre estes, os movimentos de resistência de luta pela terra sempre estiveram presentes no cenário agrário brasileiro, sendo compostos de trabalhadores rurais e urbanos.

As políticas públicas de acesso à terra durante o processo histórico de ocupação do território brasileiro, principalmente no setor rural, estiveram sempre à disposição para atender aos interesses das elites ruralistas, em detrimento da exclusão das famílias camponesas. Seguramente, este processo de acesso à terra contribuiu diretamente para a formação de uma estrutura agrária no país, que propiciou a expansão dos latifúndios.

Diante da ineficiência das políticas públicas de reforma agrária, que não foram capazes de promover de forma justa a distribuição de terras no espaço agrário, o que pode ser visto ao longo do tempo, no território brasileiro, foi a negação do direito à posse da terra às classes menos favorecidas.

Gráfico 06 - Dificuldades Iniciais dos Assentados

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Conforme podem ser observadas no gráfico 06, as principais dificuldades apontadas pelos assentados ao chegarem às terras estão relacionadas às condições das estradas, à saúde e ao transporte. Trinta e sete por cento das pessoas relatam que suas preocupações são relativas às condições das estradas, que dificultam a mobilidade de pessoas e da produção em meses chuvosos.

Já as preocupações relevantes à saúde dos assentados giram em torno de 22%, levando em consideração que o atendimento médico que existia na cidade era precário. Em função disso eram encaminhados, em casos mais graves de saúde, as Cidades de Aripuanã, Juína e Cuiabá.

Os fatores que correspondem a preocupação dos assentados com relação à falta de estradas e ao sistema de saúde estão relacionados intimamente com os meios de transporte que correspondiam a 10% das reclamações dos assentados. Segundo eles as más condições das estradas impediam que empresas de transporte se interessassem economicamente pela Região. Relatam ainda que era comum irem em um caminhão caçamba para Aripuanã, fazer compras, transações bancárias e outras atividades.

Com o mesmo índice de preocupação que tinham acerca das estradas, os assentados estavam insatisfeitos com relação ao sistema educativo. A maioria dos estudantes tinha que se deslocar para a cidade, para ter aulas na Escola Estadual Bernardino Gomes da Luz. Diante dessas dificuldades de acesso, a permanência também se tornava escassa e desistia dos estudos, elevando o índice de evasão escolar.

De acordo com Leite (2002):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2002, p.12).

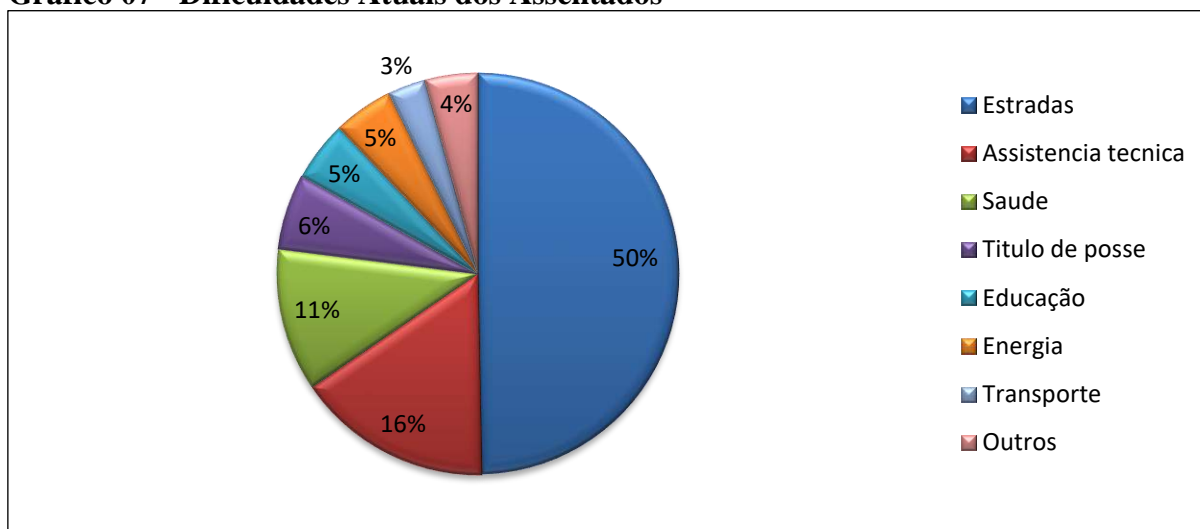
Após a construção da escola no Assentamento, a falta de professores habilitados para trabalharem na escola tornou-se um dos principais problemas, para a garantia da qualidade do ensino. Diante desta situação, pessoas que possuíam apenas o Ensino Médio foram contratadas para trabalharem como professores no Ensino Fundamental.

As questões relevantes à falta de energia atingiam cerca de 8% dos assentados, porém, uma boa parte dos entrevistados reconheceram que no período em que chegaram aos lotes, nem mesmo a cidade possuía energia elétrica em todos os bairros. Além disso, nos primeiros anos do Município, o fornecimento de energia era realizado através de um gerador, que funcionava algumas horas durante o dia. Mais tarde, o gerador foi substituído por uma usina termoelétrica que passou a fornecer energia para um número maior de estabelecimentos comerciais e familiares.

Em se tratando de recursos financeiros para investimento iniciais nos lotes, 7% dos assentados relatam que a falta de capital foi um dos empecilhos para darem início às atividades produtivas. Três por cento das pessoas relataram a falta de assistência técnica, por parte dos órgãos municipais e estaduais, que poderiam estar auxiliando-os a organizarem e a diversificarem as atividades econômicas do Assentamento em consonância com as normas ambientais.

Para além das dificuldades que foram mais expressivas, cabe relatar que uma parte dos assentados se mostrou preocupada com a moradia, comercialização dos produtos, abertura dos lotes e título de posse.

O gráfico 07 abaixo apresenta as dificuldades atuais, que mais foram enfatizadas pelos assentados, inclusive foram relatadas situações que interferem nas condições socioeconômicas das famílias.

Gráfico 07 - Dificuldades Atuais dos Assentados

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

A preocupação maior dos assentados está relacionada com as más condições das vias de acesso ao Assentamento. 50% dos assentados destacam preocupações com as condições das estradas especialmente na estação chuvosa, aspecto que já era presente nos relatos anteriores quando falavam das dificuldades iniciais.

Na Região perdura entre os meses de setembro a abril um período chuvoso, sendo que os volumes maiores das chuvas se concentram principalmente entre os meses de dezembro e março, o que agrava consideravelmente a situação das estradas. Já no período da seca os moradores destacam a falta de manutenção das estradas e das pontes existentes.

As críticas dos assentados em relação às estradas tiveram um aumento significativo de 23% referente as preocupações iniciais dos assentados. Esta situação, segundo informações coletadas junto aos assentados durante a pesquisa, está relacionada aos fluxos de caminhões que aumentaram nas vias de acesso ao Município após o ano de 2000. A via que dá acesso ao Município de Colniza é a MT 174, porém, o trecho entre o Município de Castanheira até o Município de Colniza compreende uma distância aproximada de 300 km, e ainda não é pavimentado.

Todas estas situações ligadas às péssimas condições das vias de acesso ao Município e dentro do Assentamento, tende a se agravar ano após ano durante o período de chuvas, implicando diretamente na locomoção dos assentados dentro do próprio Assentamento e principalmente, em seus traslados para a cidade em busca de atendimento médico, fazerem suas compras, venderem seus produtos e transportarem os filhos para a escola.

Era comum a escola ficar sem aula devido à falta de funcionários, por não terem condições de chegar à unidade, por causa das chuvas, que resultam em atoleiros e das cheias dos córregos, que impendem a mobilidade das pessoas de chegarem até a escola.

O que é perceptível no relato dos assentados que moram há mais tempo no Assentamento, é que a condição das estradas vem melhorando lentamente, em virtude de os assentados passarem a exigir uma maior qualidade das estradas, para escoamento de sua produção e de sua mobilidade.

Um fator que está intimamente relacionado com as condições das estradas e aparece em 3% de reclamações por parte dos assentados, é a falta de transporte público no Assentamento, para que possa garantir a locomoção dos assentados dentro do mesmo e, principalmente, para a cidade, pelo fato de a maioria da população possuir como meio de transporte apenas motocicletas, dificultando a vinda das famílias para a cidade. Mediante a ausência do poder público em ofertar transporte para os assentados, existe no Assentamento um ônibus particular que realiza, duas vezes por semana, atendimento à comunidade do Assentamento, com o traslado dos mesmos para a cidade.

Diante das dificuldades em planejar e organizar a produção dos lotes, 16% dos assentados destacam a falta de assistência técnica como um fator extremamente negativo, em relação ao desenvolvimento das atividades produtivas. O que fica evidenciado em Leite et al (2004), quando apontam que a falta de assistência técnica tem contribuído de forma significativa, para a impossibilidade das condições produtivas dos assentamentos rurais, no Brasil.

Tal fato vem contribuindo para que vários produtores rurais desenvolvam atividades rurais, em suas propriedades, sem antes fazer um estudo prévio da aptidão agrícola do local e da existência de mercado consumidor. Em muitos casos, a falta de assistência técnica aos produtores tem ocasionado sérios problemas de sustentabilidade econômica aos assentados e a fatores de ordem ambiental nos lotes, principalmente, no que se refere aos altos índices de desmatamento nas propriedades.

Mesmo com o assentamento contando com agentes de saúde, as preocupações relacionadas à assistência médica, correspondem a 11%, devido aos atendimentos médicos terem que se realizar na sede do Município. Além disso, os entrevistados relatam que apesar do bom atendimento realizado pelos funcionários do hospital, a precariedade da estrutura hospitalar prejudica os atendimentos médicos.

Diante destes fatores, os pacientes que necessitam de atendimento médico com um maior grau de complexidade mais elevado, são encaminhados para as cidades de Juína e

Cuiabá. É necessário pontuar que, muitas vezes, os assentados necessitam de contar com o apoio dos órgãos municipais, para realizar o deslocamento até estas cidades devido às condições financeiras dos mesmos.

Os assentados possuem somente a Licença de Ocupação (LO) da propriedade, e acreditam que, ao conquistar o título de posse definitivo da terra terão maiores facilidades de financiamento junto aos bancos, com fins de investimento em suas propriedades, fato este relatado por 6% dos entrevistados.

A preocupação da comunidade em relação à educação é referente tanto à falta de escolas como de professores habilitados para exercerem a função. Sendo, que em certos casos, por falta de professores, são contratadas para ministrarem as aulas, pessoas que possuem somente o Ensino Médio, fato este que incomoda 5% da comunidade.

Para além, das dificuldades relatadas dos moradores do Assentamento, existem vários outros fatores que interferem na qualidade da educação dos alunos, pois a unidade de ensino possui infraestrutura insuficiente para atendimento da comunidade, sendo que a mesma possui somente duas salas de aula, o que obriga as salas de aula serem multisseriadas, não conta com espaços para o desenvolvimento de atividades recreativas e muitos professores, por morarem na cidade, desconhecem o currículo da escola do campo.

O Assentamento encontra-se com quase 100% de seus lotes com energia elétrica, entretanto, o que pode ser observado durante a pesquisa é que das sete linhas, em que foram realizados os levantamentos, apenas na linha doze não existe eletrificação rural. Este fato está relacionado, segundo os moradores da linha doze, pela falta de empenho do presidente da associação da linha, em participar do movimento organizado pelos presidentes das demais linhas do assentamento, que reivindicaram junto aos órgãos estaduais, a energia elétrica.

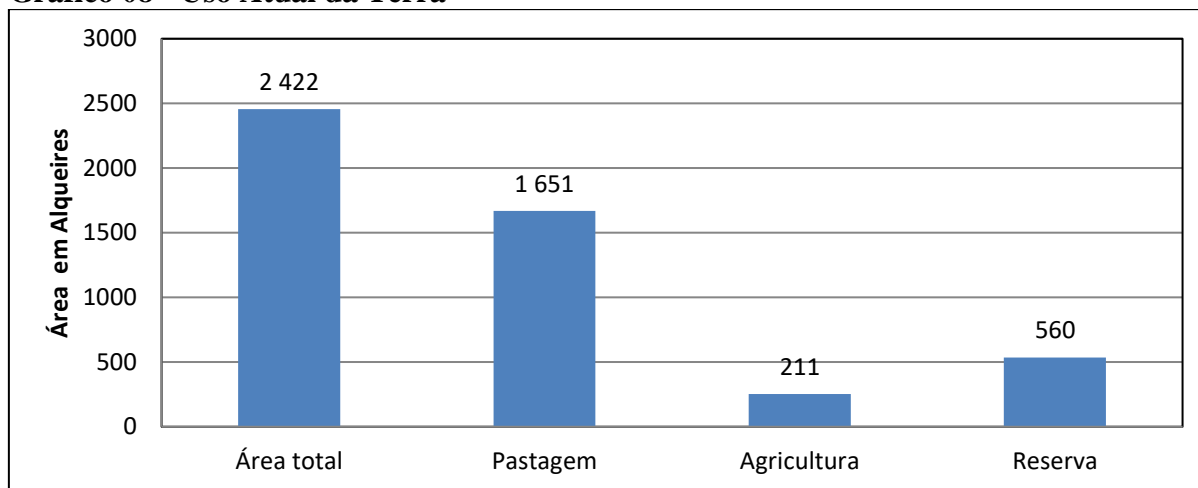
Em outros casos, foi observado nas demais linhas, propriedades que ainda se encontram sem energia elétrica devido ao fato de os moradores morarem na cidade e no período em que os funcionários da Centrais Elétricas Matogrossenses (CEMAT), passaram fazendo o cadastro, as famílias não se encontravam no local e acabaram ficando sem energia em seus lotes.

Outras dificuldades foram diagnosticadas juntos aos assentados, mas representam pouca expressividade no contexto geral, porém o que chamou à atenção foram os relatos de alguns agricultores, que não desenvolvem agricultura de subsistência, em seus lotes, por que o bicho¹² come, aspecto este que pode estar relacionado com o desequilíbrio ambiental nos

¹² A palavra *Bicho* se refere ao cateto ou porco do mato, como são conhecidos esses animais silvestres na região.

lotes, levando-se em consideração que os níveis de desmatamento nos lotes estão além do permitido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Gráfico 08 - Uso Atual da Terra



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

O gráfico 08 acima apresenta um comparativo de uso do solo no Assentamento. Constatamos que as áreas desmatadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias estão acima do limite permitido pelos órgãos ambientais. Pois de acordo com as leis ambientais os assentamentos localizados nesta região do Estado de Mato Grosso e que se encontram inseridos dentro do Bioma Amazônico, possuem o limite máximo de 20% em relação a área do lote, para que possa ser realizado o desmatamento, com fins de aberturas de áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Diante dos dados coletados, durante a investigação verificamos que, em 112 lotes pesquisados, a pecuária bovina de corte está presente em todos os lotes. Já em relação ao desenvolvimento relacionado à agricultura de subsistência ou comercial está presente em apenas 0,87% dos lotes pesquisados. No entanto, as famílias que chegaram ao local do atual assentamento, fugindo da pobreza em outras regiões, passaram a ocupar áreas que já haviam sido exploradas economicamente, pelas indústrias madeireiras da Região e áreas de mata virgem pertencentes à Empresa Colonizadora.

Muitos dos proprietários, por falta de conhecimento técnico, procuram desmatar o máximo possível de seus lotes acreditado que quanto maior for a área desmatada, maior será a sua produção, porém a maioria dos desmatamentos que acontecem no Assentamento têm a finalidade de abrir novas áreas, para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Para que se possa produzir alimentos e articular a produção familiar com o desenvolvimento econômico no ambiente amazônico, é necessário considerar vários aspectos

relacionados ao desenvolvimento como, a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e fatores estruturais como localização, questões ambientais e econômicos. Necessário se faz desenvolver estratégias, que possam promover propostas de desenvolvimento, que considerem a diversidade do ecossistema, as condições sociais, econômicas e culturais dos grupos de trabalhadores rurais locais.

É necessário pontuar que a ocupação do Bioma Amazônico vem ocorrendo de forma completamente oposta aos estudos teóricos sobre o tema. Segundo esses estudos, a apropriação das áreas do Bioma Amazônico antes de serem ocupadas para o desenvolvimento de atividades agropastoris, devem passar por um processo de planejamento, para realizar sua ocupação e uso do solo, de forma a causar o mínimo possível de impacto ambiental no Bioma.

Ocorre que os proprietários dos lotes relatam que o desenvolvimento das atividades agropastoris desenvolvidas nos lotes são precedidas pelo desmatamento e posteriormente pelas queimadas que têm com o objetivo a limpeza dos pastos. Evidentemente, os proprietários dos lotes destacam que as técnicas utilizadas tanto para a abertura das áreas, como também para as atividades agropastoris, que serão desenvolvidas em suas propriedades, são resultantes de conhecimentos que adquiriram em outros estados.

Diante do uso de técnicas e tecnologias desenvolvidas para um determinado Bioma e utilizado em outro completamente diferente Gonçalves, (2005, p. 44) relata que “a tentativa de derrubar as florestas para implantar sistemas agropastoris com base em tecnologias elaboradas para outros ecossistemas tem se demonstrado catastrófica na Amazônia”, principalmente pelo fato destas ações estarem propícias a desencadear uma série de problemas de ordem ambiental e social.

De acordo com o IPAM (2016):

Alguns assentamentos se destacam pela sua contribuição para o aumento do desmatamento, pelas altas taxas de desmatamento ou pela ocorrência e concentração de grandes polígonos florestais desmatados. É importante que se aponte esses casos, para que sejam possíveis ações concretas e focalizadas de contenção do desmatamento nos mesmos, evitando a criminalização dos assentamentos como um todo e abrindo caminho para investimentos em práticas produtivas mais harmoniosas com a floresta. Vale destacar que essas medidas de contenção do desmatamento devem ser ponderadas, fazendo-se a diferença entre os verdadeiros clientes de reforma agrária e os ocupantes ilícitos que estão concentrando terras dentro dos assentamentos. (IPAM, 2016, p.58).

Sem dúvida alguma podemos afirmar que a área dos assentamentos tem contribuído para o aumento das áreas desmatadas no Município, porém, é necessário frisar a importância que os assentamentos rurais têm na produção de alimentos para o mercado interno brasileiro. Conforme afirma Bursztyn e Le Tourneau (2010) a importância dos assentamentos para a

Amazônia e para o Brasil vai além de sua função social, pois garante terra para trabalhadores sem-terra e tem uma função econômica, que é promover a segurança alimentar.

O que se tem percebido são as infrações às leis ambientais e a realização de desmatamentos para além do permitido. As áreas desmatadas estão sendo incorporadas à produção da pecuária extensiva, que se caracteriza com um plantel do gado leiteiro e de corte de baixa qualidade genética, que contribui para os baixos índices de produtividade. Na tentativa de aumentar seus lucros perante o desenvolvimento da pecuária intensiva, muitos proprietários costumam colocar o número de cabeças de gado para além da capacidade por alqueire.

Do mesmo modo, conforme pode ser observado no gráfico 08, acima, o setor agrícola, que ocupa no assentamento 211 alqueires das áreas abertas, tem recebido uma insignificante contribuição dos órgãos municipais, limitando-se apenas à doação de mudas de café aos assentados, que desejam desenvolver este tipo de lavoura e a realizar, raramente, os chamados *dias de campo* e nada mais que isto.

Desta forma o cultivo do café é a atividade agrícola que vem se destacando em escala comercial nos lotes, sendo que as demais atividades agrícolas estão voltadas para a subsistência, conseqüentemente, devido à ausência do poder público em auxiliar aos assentados no desenvolvimento de técnicas e culturas, que possibilitem a diversificação de atividades econômicas, em suas propriedades pode ter contribuído, diretamente, para que ocorresse uma verdadeira inversão de valores em relação ao uso do solo, no Assentamento.

Conforme podemos observar no quadro 07, o qual estabelece um comparativo entre o uso do solo de acordo com as leis ambientais e a real ocupação do solo pelos assentados.

Quadro 09 - Comparativo do Uso do Solo de Acordo com as Leis Ambientais

Área total dos lotes pesquisados 2 422 alqueires		
	Área de reserva	Área de uso
Uso do Solo de Acordo com a Lei	1.937,6	484,4
Uso Atual no Assentamento	560	1 862

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Conforme o quadro aponta, as terras do assentamento são utilizadas em grande parte para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, com poucas áreas de reserva legal, sendo comum encontrar lotes sem áreas de reserva. De acordo com o IPAM (2016):

Os assentamentos de reforma agrária têm assumido um papel de destaque em relação ao desmatamento da Amazônia nos últimos cinco anos. Atualmente cerca de

8% do território dos estados amazônicos (41,8 milhões de hectares) encontra-se destinado aos 3.589 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos, que representam 39% do número e 81% da área destinada a reforma agrária no país. (IPAM, 2016, p.11).

O que se pode observar é que as áreas reservadas para a organização de assentamentos rurais no ambiente amazônico ao mesmo tempo em que servem para diminuir as tensões sociais por terra, em outras partes do país, ao logo do tempo, têm se tornado alvo de preocupações ambientais devido às altas taxas de desmatamento que vem apresentando nesses locais.

De acordo com Gonçalves (2005) a pecuária extensiva desenvolvida no espaço amazônico tem se tornado a atividade mais racional do ponto de vista econômico, com perspectivas capitalistas de curto prazo. Verificamos que tal atividade tem ocasionado desastres ecológicos e socioculturais, pois os impactos que ocorrem por meio da derrubada das árvores atingem, primeiramente, ao meio e, posteriormente, acabam refletindo na sociedade.

Diante do avanço da pecuária extensiva na Região Amazônica, podemos observar segundo o IPAM (2016), os principais vetores responsáveis pelo desmatamento em áreas de assentamento no Bioma Amazônico:

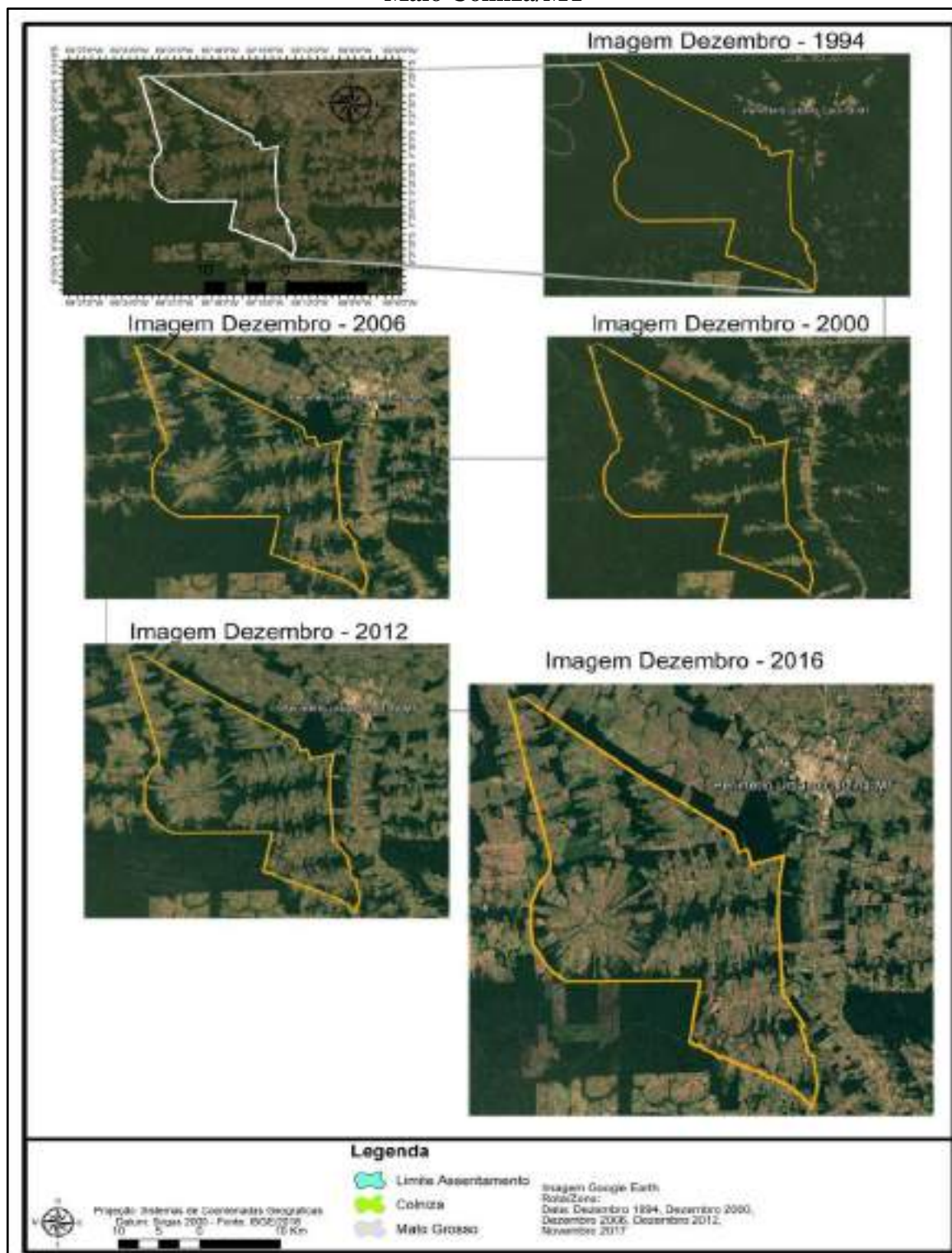
Os principais vetores diretos de desmatamento dentro dos assentamentos no Bioma Amazônico são a pecuária extensiva e a extração madeireira ilegal, seguidas pela prática de agricultura de corte e queima¹³. Esses vetores são potencializados pela dificuldade de acesso a políticas públicas, principalmente aquelas ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e adaptada às condições regionais, ao crédito e à infraestrutura para comercialização. A ocorrência dos vetores diretos e a carência de políticas públicas de apoio a produção sustentável, representam as principais características dos assentamentos com maiores taxas de desmatamento entre 2010 e 2014. Por outro lado, os assentamentos que apresentaram as menores taxas de desmatamento no mesmo período tinham como principal característica o sistema de produção extrativista ou a localização próxima a grandes centros urbanos da região. (IPAM,2016, p.13).

Em linhas gerais se observa que as características apresentadas acima com relação aos prováveis motivos, que têm contribuído para o desenvolvimento da pecuária extensiva e, conseqüentemente, para a elevação dos índices de desmatamento nos assentamentos, são as mesmas que se apresentam no Assentamento 1º de Maio, o qual em virtude da expansão dessa atividade, faz uso de áreas de desmatamento para além do permitido por lei.

¹³ A agricultura de corte e queima na sua definição mais ampla, é qualquer sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas, para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que aqueles destinados ao pousio.

A figura abaixo traz um recorte histórico do processo de ocupação dos lotes por parte dos assentados dos lócus da pesquisa, entre os anos de 1994 a 2016, na qual pode ser observado a evolução dos desmatamentos nas propriedades

Figura 07 - Evolução Histórica do Processo de Desmatamento no Assentamento 1º de Maio Colniza/MT

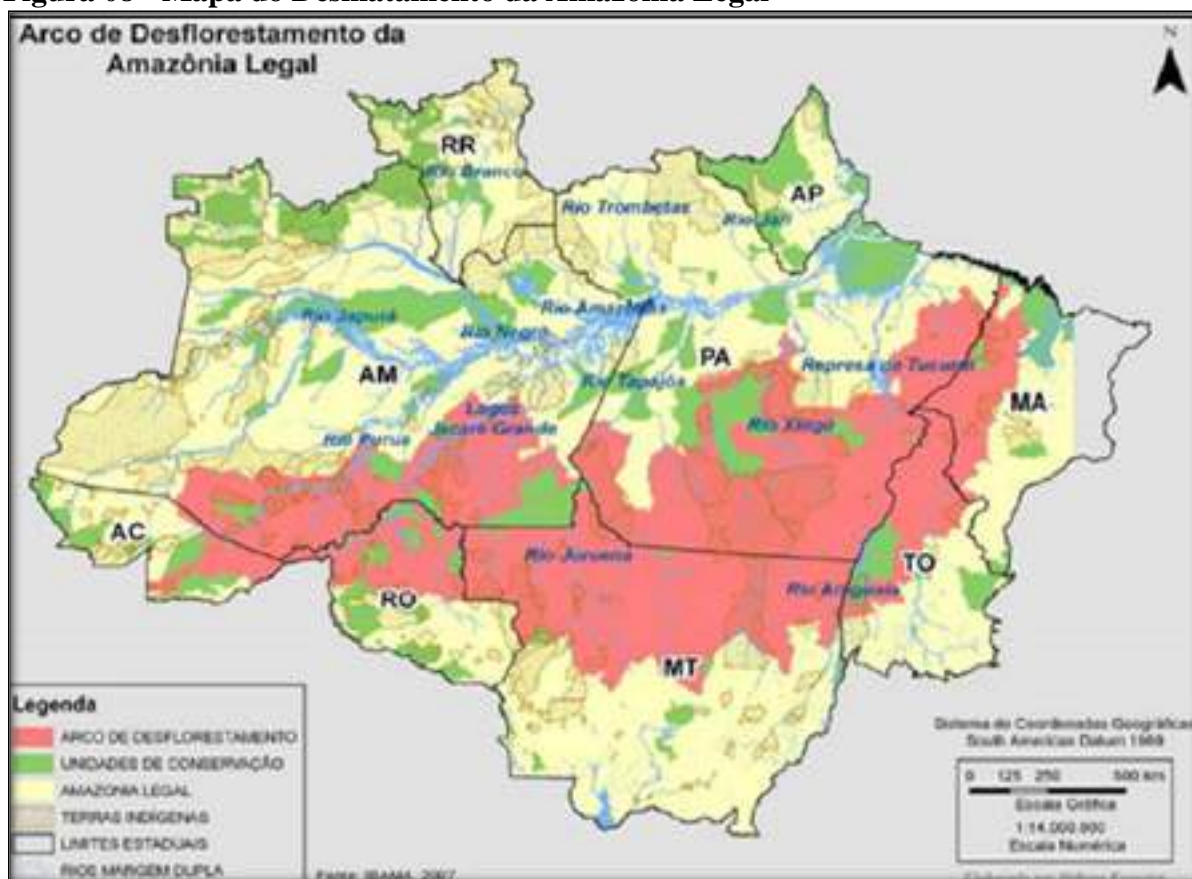


Fonte: Elaborado por Mirnada Filho, adaptado do Googl earth, 2017

Tendo em vista a uniformidade do avanço do desmatamento nos lotes do Assentamento, fica perceptível que a maioria dos proprietários estão agindo contraditoriamente às leis ambientais. Historicamente, o desenvolvimento das atividades agropecuárias e o extrativismo vegetal da madeira neste Assentamento tem se caracterizado por um modelo econômico predatório, elevando drasticamente os níveis de desmatamento e provocando uma série de problemas ambientais na área, como exemplo, podemos citar o processo de assoreamento de córregos e rios, perda de biodiversidade e a degradação dos solos.

O Assentamento está localizado em uma área conhecida como *Arco de fogo*, devido aos altos índices de desmatamento e queimadas realizadas, que são realizados ano após ano, nestas áreas de expansão das fronteiras agrícolas localizadas nas terras que vão do leste e sul do Pará em direção oeste, passando pelos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, conforme podemos observar na figura abaixo.

Figura 08 - Mapa do Desmatamento da Amazônia Legal



Fonte: IBAMA, 2007

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Brasil, 2017):

Desde 2004, o Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo ações de combate ao desmatamento na Amazônia. Essas ações passaram a ocorrer em âmbito de uma estratégia transversal desde o lançamento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Sua formulação envolveu diversos setores do Governo Federal, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, demonstrando que o combate ao desmatamento havia deixado de ser um desafio apenas do MMA passando a ser internalizado na agenda de outros ministérios. (Disponível em <http://www.mma.gov.br>, acesso em 09/09/2017).

Uma das estratégias de combate ao desmatamento no Bioma Amazônico realizada pelo Governo Federal, nas áreas que apresentavam os maiores índices dessa atividade foi a operação *Arco Verde* que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente:

Nasceu como uma forma de o Governo Federal auxiliar os 43 municípios da Amazônia Legal apontados como os responsáveis por 55% do desmatamento na região - registrados pelo Instituto Nacional Pesquisas Espaciais (INPE). [...] com o objetivo de promover a mudança do atual modelo de desenvolvimento predatório desses municípios para um que leve em conta o desenvolvimento sustentável¹⁴. (BRASIL, 2017).

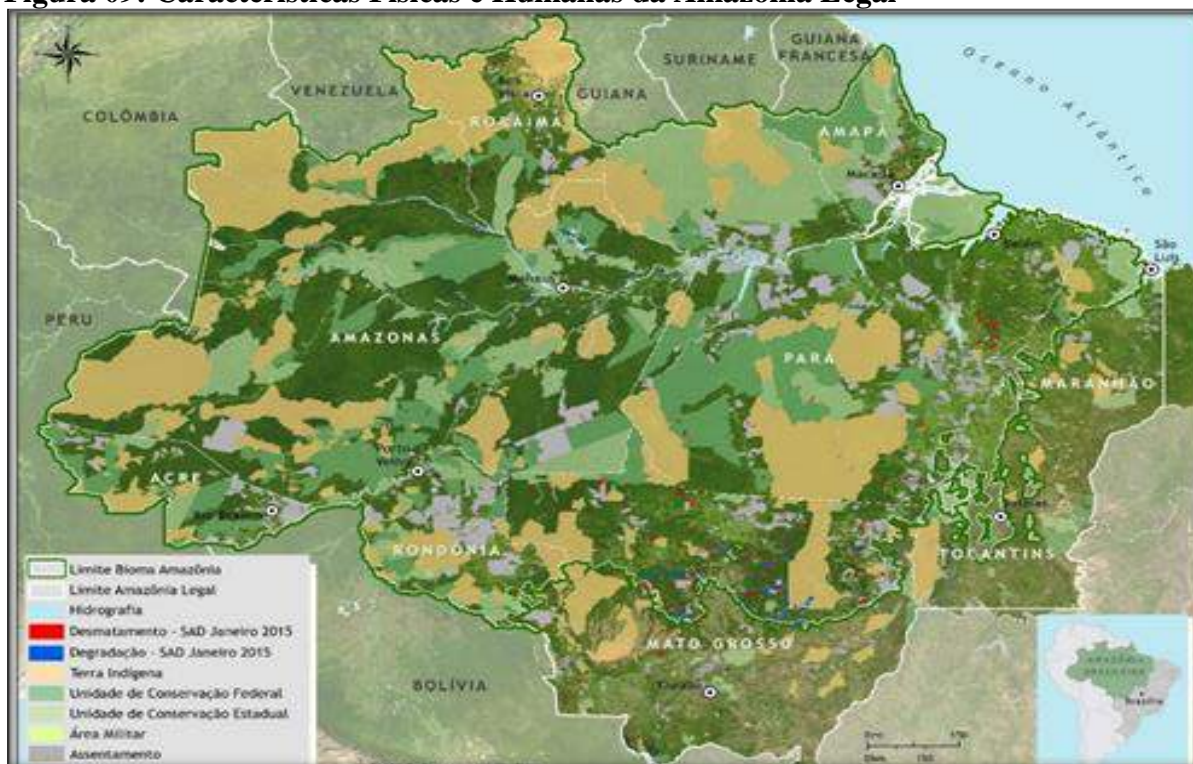
Os municípios que se encontram na lista dos que mais desmatam na Região Amazônica passaram a sofrer sanções impostas pelo Banco Central, como a perda do acesso a créditos de bancos públicos e privados, porém para deixar de fazer parte do grupo que mais desmanta no ambiente amazônico, os municípios devem desenvolver políticas públicas, que possam controlar e monitorar o desmatamento nas áreas de sua jurisdição.

De acordo com o MMA (2017) os municípios devem manter sua taxa de desmatamento anual abaixo do limite estabelecido em portaria pelo próprio ministério, promover o cadastro ambiental georreferenciados de no mínimo 80% dos imóveis rurais de seu território, com exceção das áreas de conservação de domínio público e terra indígenas homologadas.

O mapa abaixo, representado pela figura 07, nos permite visualizar os assentamentos regulamentados pelo INCRA no Bioma Amazônico, como também observar a expansão da Fronteira Agrícola nos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará, sendo esta área de fronteira responsável pelos maiores índices de desmatamento, ocupações de terras e conflitos agrários.

¹⁴ Disponível em <http://www.mma.gov.br> (2017), acesso em 12/10/2017:

Figura 09: Características Físicas e Humanas da Amazônia Legal



Fonte: NASA, 2014.

Diante das observações referentes à figura acima, no que se refere às questões relevantes ao desmatamento, fica nítido que o Estado matogrossense se destaca no cenário nacional como um dos Estados da Federação com o mais alto índice dessa atividade.

Portanto, diante das análises referentes ao uso da terra no Assentamento 1º de Maio, pode-se constatar que a pecuária bovina extensiva tem se tornado a principal atividade econômica, sendo que este modelo de produção necessita de grandes extensões de terras para seu desenvolvimento. Do exposto pode-se inferir que a pecuária extensiva, além de ser a principal atividade econômica do Assentamento, é a responsável pelos altos índices de desmatamento mesmo por que as terras destinadas à lavoura correspondem apenas a 30% das terras destinadas a pecuária extensiva.

Em suma, podemos afirmar que os assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso localizados no Bioma Amazônico têm, de certa forma, contribuído para o desmatamento na região, porém o que não pode ocorrer é considerá-los como os únicos responsáveis por esta ação, principalmente pelo fato de as regiões de assentamentos estarem próximas a latifúndios que utilizam das mesmas técnicas dos assentados para realizarem a limpeza dos lotes, como também, desenvolvem a pecuária extensiva, nos mesmos moldes dos assentados.

A cada dia torna-se de fundamental importância a compreensão sobre a dinâmica dos desmatamentos nos assentamentos, para que haja formulação de políticas públicas específicas para a promoção de um novo modelo de assentamento, que possa garantir a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento de atividades agropecuárias, em harmonia com o meio ambiente.

6.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO

O cenário agrícola brasileiro, que passou a produzir de acordo com o mercado externo, nos últimos anos está completamente embasado no modelo neoliberal de produção, pois a produção rural brasileira passou a atender interesses de fora do país.

Para além deste modelo neoliberal, que incorpora ciclos econômicos em escala mundial no cenário agrário, existem e persistem no espaço rural brasileiro modelos econômicos baseados em ciclos de produção destinados a atender às instâncias regionais, sendo o modelo de produção familiar o mais conhecido e o responsável por garantir a maioria dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros. Este modelo familiar de produção está alicerçado na diversidade cultural, social e econômica variando de meios tradicionais de produção, até a pequena produção modernizada.

Após o período do Pós-Guerra em meados do século XX, a política agrícola brasileira, passou a ter como foco o aumento da produtividade, a partir da modernização do setor agropecuária, com a incorporação de avanços tecnológico.

Graziano (1983) afirma que o processo de modernização se dá apenas em alguns setores e é fortemente sustentado pelo Estado. Desta forma, a modernização da estrutura agrária brasileira promovida pelo Governo Federal, provocou profundas transformações na estrutura fundiária do país, promovendo a expansão dos latifúndios, garantindo subsídios fiscais a empresas agropecuárias e abertura do espaço agrário brasileiro ao capital monopolista.

Ainda segundo Graziano (1983), este período ficou conhecido como “modernização dolorosa”, principalmente, pelo fato da modernização agrícola ter ocasionado grandes impactos sociais e ambientais no meio rural e, por não atender aos interesses dos pequenos produtores familiares, reproduziu um padrão de desenvolvimento rural que, além de excludente é desigual.

A história do espaço agrário brasileiro esteve sempre marcada por momentos em que a política pública desprestigiou o potencial econômico da agricultura familiar, em relação a sua capacidade de produzir para atender ao mercado interno.

A partir de 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os agricultores familiares passaram a contar com uma linha de crédito específica para o investimento em suas propriedades. É necessário ressaltar que o PRONAF surgiu a partir dos movimentos sociais no campo, sendo considerado a principal ação pública de apoio à agricultura familiar no território brasileiro.

Diante das pressões dos movimentos sociais por reforma agrária o Governo Brasileiro tem desenvolvido projetos de assentamentos, como uma forma de diminuir as pressões por terras em algumas regiões do país e, conseqüentemente, tem aumentado o número de agricultores familiares no país. Todavia, o modelo de agricultura familiar desenvolvido no território nacional possui distintas formas, de acordo com fatores de localização ambiental, políticos, econômicos, sociais dentre outros.

Diante da diversidade produtiva dos empreendimentos familiares no Brasil realizamos aqui a análise do modelo produtivo desenvolvido no Assentamento 1º de Maio, a partir dos dados coletados durante a investigação, por meio da qual constatamos que o sistema produtivo do assentamento 1º de Maio está embasado na pecuária extensiva que, conforme mencionamos anteriormente abrange 100% dos lotes e a pecuária leiteira que corresponde a 22% dos mesmos. Já a lavoura de café está presente em 28% dos lotes.

Em suma, a produção cafeeira no Assentamento segundo os assentados em outros tempos já ocorreu em maior escala, contudo devido à baixa produtividade e dificuldades de manejo houve uma significativa retração do plantio de café, no Assentamento e no Município.

Segundo relato dos assentados, atualmente existem projetos da Secretaria Municipal de Agricultura voltados para o uso de novas tecnologias, para a lavoura cafeeira, para que essa cultura volte a ser desenvolvida em maior escala no Assentamento.

Destaca-se, também no Assentamento outras atividades com a finalidade de subsistência dos proprietários dos lotes como a criação de suínos, aves, lavouras de milho, mandioca, banana, além do cultivo do feijão e do arroz. A agricultura de subsistência ou lavoura branca¹⁵, está presente em boa parte dos lotes pesquisados ocupando em média um alqueire por estabelecimento. Ainda assim, a pecuária extensiva constitui-se como a principal base econômica dos assentados.

¹⁵ Como é conhecida no Assentamento a lavoura de subsistência.

Quadro 10 - Principais Produtos Comercializados no Assentamento por Lote

PRODUTOS COMERCIALIZADOS	% POR LOTES	DESTINO DA PRODUÇÃO
Bezerros	100	Fazendas de Outros Municípios
Café	28	Venda para Cafeeiras Locais
Leite	22	Venda para Laticínio

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Diante dos produtos comercializados no Assentamento, representados no quadro acima, os moradores relatam que produzem estas mercadorias principalmente pela facilidade que encontram na venda e no processo logístico dos mesmos, sendo que, na maioria dos casos os compradores vão até as suas propriedades para adquiri-los.

Em síntese, os moradores destacam que o baixo índice de investimento na produção agrícola está diretamente associado a: distância entre o assentamento e os mercados mais próximos; ausência de meio de transporte para conduzir os produtos aos pontos de vendas e a falta de assistência técnica.

Diante das dificuldades dos assentados em produzir e diversificar a capacidade produtiva de seus lotes tem se notado, no Assentamento, a existência de modelos tradicionais de produção com baixo uso de tecnologia e com uma ausência total de insumos e, raramente, o solo é preparado antes do plantio.

Desta forma, pode-se atribuir a baixa produtividade à ausência de técnicas modernas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, aspecto que tem contribuído significativamente para o uso de técnicas tradicionais denominadas de corte e fogo, para realizar a limpeza das roças, fato que tem contribuído para a perda da qualidade do solo.

Apesar deste sistema tradicional proporcionar uma agricultura de subsistência capaz de produzir alimentos para as famílias assentadas, o mesmo tem ocasionado a redução da fertilidade do solo por provocar erosão e diminuir drasticamente a capacidade natural de recuperação do solo.

Por meio da foto abaixo podemos observar uma lavoura de milho, após o proprietário ter realizado o corte da floresta e em seguida realizado a queima da vegetação, para limpeza da área e, posteriormente, feito o plantio do milho em meio a tocos e à vegetação morta, situação esta que tende a ser repetida para o novo plantio de outros produtos agrícolas ou capim.

Foto 02 - Lavoura de Milho no Assentamento 1º de Maio



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017.

Diante do exposto, para que se possa melhorar os índices de produtividade da agricultura no Assentamento é necessário que haja a superação dos moldes tradicionais de produção com a adoção de novas tecnologias de produção, através de programas governamentais que possibilitem aos assentados a obtenção de novos saberes e técnicas a respeito do sistema produtivo que desenvolvem, permitindo aos agricultores desenvolverem atividades produtivas com novas probabilidades de geração de renda, em consonância com as leis ambientais.

A agricultura tem se tornado, ao longo dos anos, uma atividade produtiva responsável pela degradação do meio ambiente, segundo Campanha, Luiz e Rodrigues (1997):

Com a intensificação, a agricultura tornou-se dependente de insumo externos que consistem da utilização de sementes de variedades melhoradas, da mecanização, de fertilizantes e de agrotóxicos, com o objetivo de aumentar a produtividade. Os insumos químicos e mecânicos têm causado impactos negativos nos diferentes compartimentos dos ecossistemas, representados por erosão e compactação dos solos, contaminação de águas superficiais e subterrâneas, resíduos químicos nos solos, efeitos nos organismos edáficos e aquáticos, danos à saúde humana, entre outros. (CAMPANHA, LUIZ e RODRIGUES, 1997, p.159).

Diante do exposto, fica nítido que os modelos agrícolas mundiais têm transformado a prática da agricultura em uma das atividades produtivas no meio rural, que tem contribuído de forma negativa para a degradação ambiental.

No Assentamento 1º de Maio, a lavoura de café é a única atividade agrícola que é desenvolvida em escala comercial, contudo ainda é desprovida de tecnologia, sendo desenvolvida nas formas tradicionais de produção.

No que concerne à expansão da lavoura cafeeira no Assentamento e até mesmo no Município, alguns fatores devem ser considerados, sendo que os mesmos podem estar relacionados com a chegada de migrantes e de trabalhadores rurais que já possuíam a tradição do cultivo do café em seus Estados de origem (Rondônia, Minas Gerais e Espírito Santo). Outro fator a ser considerado diz respeito à fácil aceitação e comercialização deste produto no mercado local, por não ser uma mercadoria perecível, pela facilidade de armazenamento e, principalmente, pela existência de indústrias cafeeiras no Município, que financiam a produção para os assentados, com o auxílio de herbicidas e agrotóxicos.

Este último fator tem se tornado um dos grandes incentivos encontrados pelos produtores para se dedicarem à lavoura cafeeira, principalmente pelo fato de alguns terem abandonado suas lavouras, por não possuírem capital suficiente para investimentos.

Atualmente a variedade do Café Conilon, existente no Assentamento e Região, é a que tem a produção entregue às cafeeiras locais. Funciona da seguinte forma: uma pequena parte da produção é industrializada e vendida no Município e a maioria da produção é revendida pelas cafeeiras locais a empresas de Rondônia e Cuiabá.

Portanto, neste núcleo de produção os agricultores familiares passam a desenvolver atividades agrícolas, em que já possuem conhecimentos das técnicas de cultivos, que aprenderam nas regiões de suas origens.

A partir da entrevista pode se perceber que a grande maioria dos assentados, possuem conhecimento a respeito do desenvolvimento do cultivo do café e da criação de bovinos. Muitos deles tentaram desenvolver outras atividades agrícolas em suas propriedades, porém não foram bem-sucedidos, principalmente pela falta de apoio técnico dos órgãos públicos.

Os dados apontam que os proprietários dos lotes foram, aos poucos, substituindo suas áreas de lavouras por pastagens para o desenvolvimento da pecuária bovina, de modo que esta se tornou a principal atividade econômica desenvolvida no Assentamento.

Apesar da existência desta atividade em todos os lotes, ainda ocorre um baixo índice de rendimento, principalmente por ser desenvolvida de forma extensiva, por não possuir boas qualidades de pastagem e pelo fato de os animais não possuírem uma boa linhagem genética.

Por outro lado, a pecuária extensiva assume um padrão bem definido, com relação ao destino final da produção e com as técnicas de manejo, onde persiste na maioria das propriedades pequenos rebanhos, com destaque para a criação do gado mestiço e zebuínos como podemos observar nas fotos abaixo:

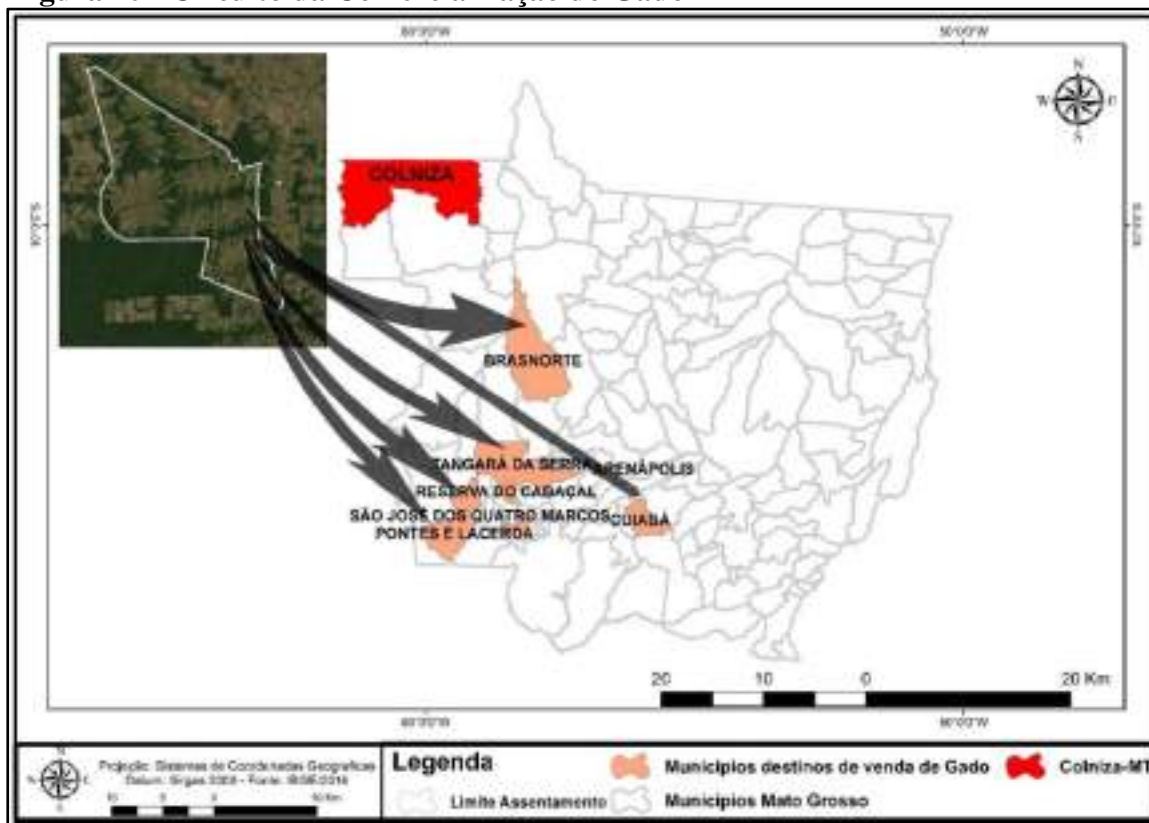
Foto 03 - Rebanhos de Gado Leiteiro e de Corte



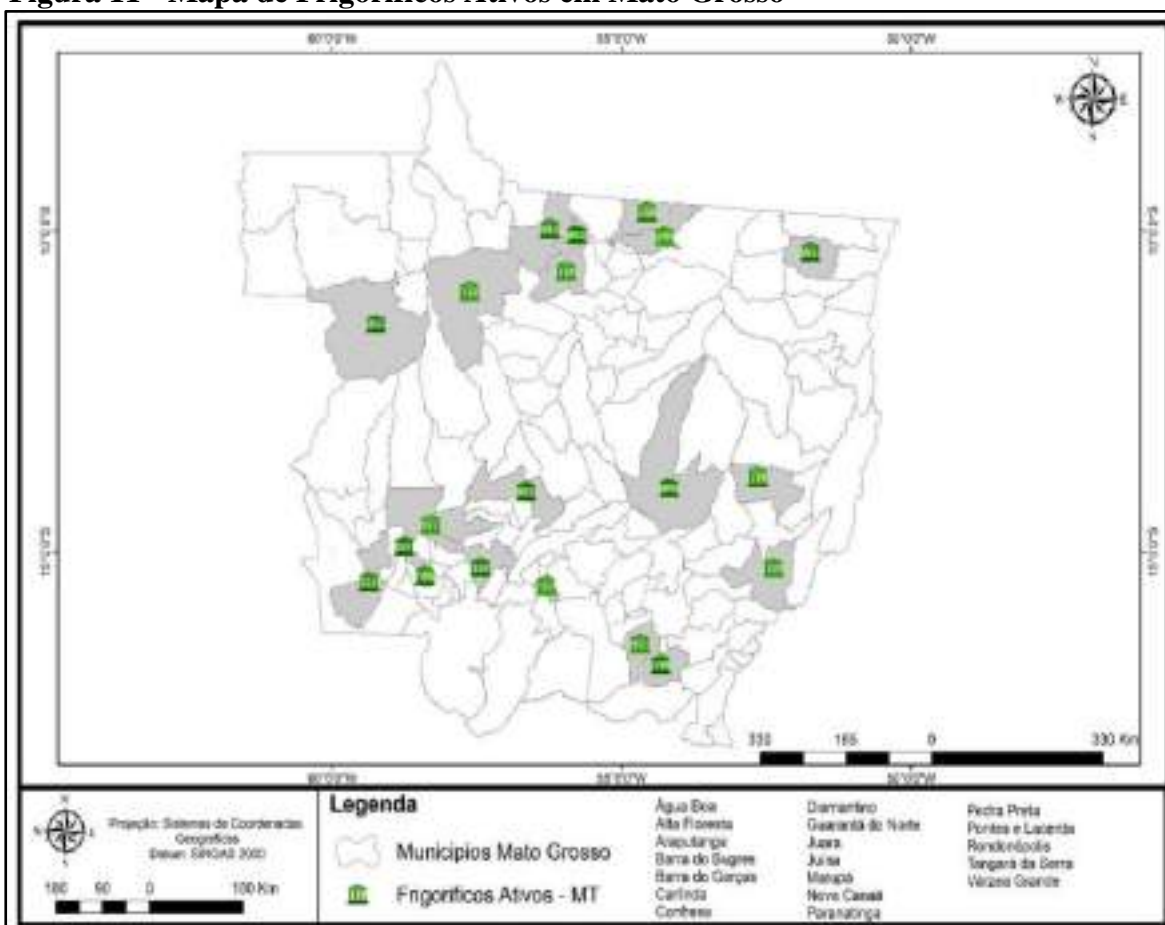
Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

O rebanho bovino está dividido em pecuária leiteira e pecuária de corte. A pecuária leiteira entrega seus produtos no laticínio local e após o processamento são comercializados na Região. Já a pecuária de corte é voltada à venda de animais para recria e engorda. Além de atender ao Assentamento, serve como maternidade de bezerros que serão posteriormente vendidos para serem confinados aos pecuaristas dos Municípios de Pontes e Lacerda, Reserva do Cabaçal, Tangará da Serra, Arenópolis, São José dos Quatro Marcos e Cuiabá.

Figura 10 - Circuito da Comercialização do Gado



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Figura 11 - Mapa de Frigoríficos Ativos em Mato Grosso

Fonte: Mario Okamura, 2017

Conforme podemos observar nas figuras acima dispostas e, como foi explicado anteriormente, todo o gado que é vendido no Assentamento como no Município de Colniza, tende a atender criadores de gado de confinamento em outras localidades do Estado e próximas a indústrias frigoríficas.

6.2 TERRA CONQUISTADA: A LUTA PARA PRODUZIR E PERMANECER

Os processos de resistência, de luta e de permanência no espaço rural brasileiro estão presentes na história agrária do país desde o início do processo de colonização, através das capitâneas hereditárias. Em seguida, com a Lei de Terras de 1850, com o Estatuto da Terra de 1964 e, posteriormente, com os processos de colonização pública e privada desenvolvidos a partir de meados do século XX.

O conjunto de políticas públicas de acesso à terra acabaram consolidando no espaço agrário brasileiro, a existência dos latifúndios em detrimento dos pequenos produtores, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais sem terra.

Diante de todo o contexto histórico de acesso à terra e frente aos atuais acontecimentos que envolvem as transformações no mundo rural brasileiro, fica nítido que além das forças políticas que não se empenharam em cumprir as leis relevantes a implementação da reforma agrária no Brasil não se pode negar, em momento algum, a expansão capitalista no campo e como esta interfere nos modos de produção familiar.

Segundo Martins (1995), a tendência do capital é tomar conta de todos os ramos e setores produtivos progressivamente, seja no espaço rural ou no espaço urbano. Entretanto, quando se analisa a expansão capitalista no meio rural, principalmente, em relação a pequena propriedade, são destacados como efeito desta expansão, a expropriação do pequeno produtor rural de suas terras, tornando-os uma massa de proletariados sem terras, conforme podemos observar na afirmação de Martins (1995),

trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da capacidade de trabalhar. Como já não são mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias primas, empregados no trabalho não tem outra alternativa senão a vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. (MARTINS 1995, p.152).

Desta forma, passa a existir segundo o modelo capitalista de produção relações desiguais entre proprietários de terras e trabalhadores rurais que foram expropriados. Desta maneira, o que resta para os trabalhadores rurais expropriados é apenas sua força de trabalho, que será vendida aos capitalistas, estabelecendo uma relação de compra e venda, onde um trabalha e o outro paga pelo trabalho.

Observa-se, contudo, que o cenário rural vem passando por transformações em seu modelo de produção devido ao processo de apropriação das atividades rurais pelo modo de produção capitalista, em que a terra se transforma em mercadoria tornando-se elemento fundamental para a produção de riqueza.

Desta forma, Martins (1995) salienta que a subordinação das propriedades rurais ao capital ocorre, para que estas propriedades possam produzir de acordo com os padrões capitalistas, por conseguinte o capital ao se apropriar das terras acaba por transformar as relações de produção e de trabalho, de modo que, a terra ao ser apropriada pelo capital torna-se equivalente a ele.

Martins (1995) ainda esclarece que há a intervenção do capital nas áreas de lavoura familiar ao destacar que,

[...] onde o capital não pode se tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura no direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário,

em relação aos intermediários [...] O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida com a garantia de empréstimos para investimento e sobre tudo para custeio da lavoura. (MARTINS, 1995, p.176).

Nessa perspectiva, o pequeno produtor passa a ser considerado uma categoria de trabalhadores rurais em extinção que o sistema capitalista extingue do campo.

De acordo com Oliveira (1999),

[...] na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesa (os capitalistas) e os proletariados. (os trabalhadores assalariados) (OLIVEIRA,1999, p.34-35).

As afirmações que os autores trazem, a respeito da futura inexistência dos pequenos produtores rurais, está centrada na concepção de que o sistema capitalista só poderia existir se houvesse apenas duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, desconsiderando o que Marx destaca em seu livro *O capital*: que a base da sociedade capitalista moderna é constituída de três grandes classes o assalariado, o capitalista e o proprietário de terras.

A questão que os autores destacaram referente ao desaparecimento dos pequenos proprietários de terras do cenário agrário, não se consolidou no Território Brasileiro, principalmente pela existência de um conjunto de acontecimentos, que contribuíram diretamente para o aumento das pequenas propriedades no campo.

Dentre esses acontecimentos podem ser destacados o crescimento dos focos de resistência de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais por permanecerem em suas terras, o aumento do número de movimentos sociais que reivindicam reforma agrária e a apropriação do sistema capitalista das mercadorias produzidas pelos agricultores familiares, ou seja, de forma desigual, mas combinada, o sistema capitalista se apropria de formas não capitalistas de produção, para obter lucros.

Do exposto, o que pode ser observado no contexto histórico nacional é que os movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, intensificaram-se em todo o Território Brasileiro, fato que pode ser comprovado quando se observa o número de famílias assentadas no Brasil no ano de 1995. Naquele ano, o número de famílias assentadas era de aproximadamente 58 318 e em 2016, este número chega a marca de 1 348 484 famílias assentadas, conforme dados disponibilizados pelo INCRA em 2017.

Em uma lógica contraditória ao modelo capitalista de produção, no cenário rural brasileiro se apresenta o modelo de produção familiar, que em sua totalidade baseia-se na produção para subsistência em propriedades com até quatro módulos fiscais.

Este modelo de produção rural conforme os dados relacionados anteriormente demonstram um aumento considerável no território nacional, com crescimento expressivo nos últimos doze anos.

No Estado de Mato Grosso, de acordo com os dados coletados no INCRA (2017) o número de famílias assentadas em 1995 era de 10859, chegando em 2016 com um total de 138 980 famílias assentadas. Mato Grosso representa o terceiro Estado da Federação com o maior número de famílias assentadas, ficando atrás apenas dos Estados do Maranhão e do Pará.

Mediante este expressivo aumento das unidades familiares agrícolas no país o MDA¹⁶ (2017), passa a desenvolver ações integradas com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), de forma participativa, descentralizada e articulada com os Estados, Municípios e sociedade civil organizada, tendo como objetivos:

- Direcionar todo o trabalho para a promoção do ser humano e da sociedade como agentes e beneficiários do desenvolvimento.
- Ciar, desenvolver, adaptar e aperfeiçoar programas, projetos e atividades de apoio diferenciado aos agricultores familiares nas linhas de crédito rural, infraestrutura e serviços municipais, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, capacitação, profissionalização e inserção no mercado.
- Promover a articulação e a complementaridade dos programas, projetos e atividades de apoio à agricultura familiar, utilizando como instrumento principal os planos estaduais e municipais de desenvolvimento rural.
- Integrar as ações do Pronaf com as ações dos programas de acesso à terra do MDA, apoiando a consolidação econômica das unidades familiares criadas.
- Sintonizar, preferencialmente no âmbito dos conselhos de Desenvolvimento Rural, as ações do Pronaf com as propostas dos beneficiários, dos parceiros do setor público e dos demais agentes atuantes na questão da agricultura familiar.
- Dar prioridade aos grupos de agricultores familiar de menor renda, visando promovê-los a patamares superiores de bem-estar.
- Valorizar e divulgar o conceito de agricultor familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural.
- Buscar, junto a organismos públicos multilaterais e a organizações não-governamentais internacionais, novas fontes de recursos para projetos de apoio à agricultura familiar, principalmente para projetos relacionados a viabilização dos produtores de menor renda.
- Promover agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, seu acesso competitivo ao mercado, e a geração de renda a partir de atividades não agrícolas. (BRASIL, 2017).

Diante do cenário nacional em que se apresenta a agricultura familiar, tida como a grande responsável por produzir alimentos que vão a mesa dos brasileiros, torna-se

¹⁶ O Ministério da Reforma Agrária (MDA) foi criado em 25 de novembro de 1999 pela Medida Provisória nº 1.911-12 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 7.255 de 4 de agosto 2010. Em 27 de maio de 2016 pelo Decreto nº 8.780 foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) em substituição ao MDA.

contraditório se observarmos o cenário caótico, em que se encontra a maioria dos assentamentos rurais no país, principalmente, no que se refere a apoio técnico, financeiro, qualidade do solo e localização geográfica.

Por mais que as políticas públicas de investimento na agricultura familiar tenham aumentado seu teor de investimento em capital nos últimos anos, o agricultor familiar tem se sentido isolado no momento de desenvolver projetos em suas propriedades.

A esse respeito, aproximadamente 60% dos assentados do Projeto 1º de Maio relatam que desenvolvem projetos em suas propriedades de acordo com os conhecimentos que já possuem a respeito de uma determinada atividade, como é o caso das lavouras de café e da criação de gado. Os outros 40% dizem planejar suas atividades de acordo com a procura de mercado e facilidades de manejo.

Em síntese, ficou nítido durante a pesquisa que apesar das formas tradicionais de produção que se desenvolvem nas propriedades do Assentamento, os proprietários dos lotes se dizem interessados em desenvolver novos modelos produtivos, em suas propriedades com o uso de tecnologias avançadas, porém se dizem fracos financeiramente, para investir na melhoria da produtividade de suas propriedades.

Neste cenário, em que se apresenta a agricultura familiar no Assentamento 1º de Maio, os assentados dizem viver em constante luta de resistência contra o sistema capitalista inclusive, para se manterem em seus lotes com dignidade.

Quadro 11 - Dificuldades Relacionadas à Produção no Assentamento

Dificuldades	Frequência Absoluta	Frequência relativa %
Venda dos produtos	39	30,50
Escoamento	25	19,53
Assistência Técnica	19	14,84
Apoio Financeiro	14	10,94
Qualidade e Preparo do Solo	13	10,15
Não Respondeu	05	3,90
Bicho	04	3,12
Não Existe	03	2,34
Demais	06	4,68
TOTAL	128	100%

Fonte: Elaborado por Mirada Filho, 2017

O quadro acima apresenta as principais dificuldades encontradas pelos assentados relacionadas ao desenvolvimento da produção no assentamento.

Cerca de 30,50% dos assentados relatam dificuldades referente à venda de seus produtos, pois muitas vezes se sentem reféns dos compradores, que impõem preços baixos do mercado a seus produtos e justificam os preços pagos, devido as péssimas condições das vias de acesso ao município, que acabam por influenciar no valor do frete.

O problema relacionado com o escoamento da produção preocupa 19,53% dos assentados e, como já foi relatado anteriormente, este problema também influencia o preço de suas mercadorias durante a venda.

Por possuir pouca qualificação técnica, 14,84 % dos assentados sentem a necessidade de acompanhamento técnico, para que possam desenvolver projetos e, posteriormente, receberem acompanhamento durante a execução dos mesmos. Já em relação a qualidade do solo do Assentamento, que não é das melhores, segundo os moradores, cerca de 10,15 % dos proprietários, principalmente os que desenvolvem atividades agrícolas destacam que necessitam fazer investimentos referentes à melhoria da qualidade do solo, para que possam aumentar a produtividade.

Dentre os investigados 10,94 % declararam ter dificuldades financeiras para realizarem investimentos, de forma efetiva, para modernizarem suas atividades e aproximadamente 7,02 % não responderam ou afirmaram que não existem dificuldades em relação à produção.

Um fator que chamou à atenção, por mais que apresente baixa porcentagem, ou seja, em torno de 3,12% relatam acerca do ataque de animais em suas lavouras. Esta situação pode ser explicada pela existência de desequilíbrio ambiental na área do Assentamento, levando em consideração aos altos índices de desmatamento existente nos lotes, já explicitado e, a caça predatória.

Quadro 12 - Dificuldades Referentes ao Desenvolvimento Econômico nos Lotes

Dificuldade	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Título de Posse	44	31,42
Assistência Técnica	36	25,70
Apoio Financeiro	19	13,57
União dos Assentados	13	9,28
Não Respondeu	11	7,85
Infraestrutura	07	5,00
Escoamento da Produção	04	2,90
Venda dos Produtos	03	2,14
Demais	03	2,14
Total	140	100%

Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Da análise do quadro acima pode-se depreender que, os proprietários dos lotes consideram que ao possuir o título de posse, podem ter mais vantagens para conseguir empréstimos nos bancos para financiar seus projetos agropecuários, sendo que 31,42% consideram este o fator principal a impedir o desenvolvimento dos lotes, pois atualmente, a carta de ocupação é o único documento que alguns proprietários dos lotes possuem, enquanto que a maioria dos assentados só possuem, em mãos, um contrato de compra e venda.

O apoio técnico solicitado é uma reivindicação solicitada por 25,70% assentados a todo momento da pesquisa, pois os mesmos se dizem abandonados perante o acompanhamento da Secretaria de Agricultura Municipal e da EMPAER.

Esta indignação dos assentados torna-se mais expressiva quando se analisa os dados referentes ao acompanhamento que recebem em seus lotes. Em torno de 95% dos entrevistados afirmam que nos últimos cinco anos não receberam qualquer acompanhamento técnico, em seus lotes.

A linha de crédito que segundo os assentados tem contribuído efetivamente na garantia de investimentos em suas propriedades é o PRONAF. Mesmo assim, relatam que o dinheiro adquirido junto a este Programa é insuficiente, para investimentos em tecnologia, dificultando a produtividade nos lotes.

Diante das dificuldades enfrentadas em conseguir recursos e benefícios que possam atender ao interesse da coletividade, os assentados apontam que, apesar das associações que existem no Assentamento, a participação da coletividade é pouca, o que torna um empecilho para a conquista das reivindicações e cobranças junto aos órgãos públicos, aspecto destacado por 9,28 % dos informantes.

Já em relação às questões referentes a infraestrutura 5 %, dos assentados emitem preocupações a respeito desse quesito, pois o que consta na planta do Assentamento não condiz com infraestrutura projetada pelo INTERMAT.

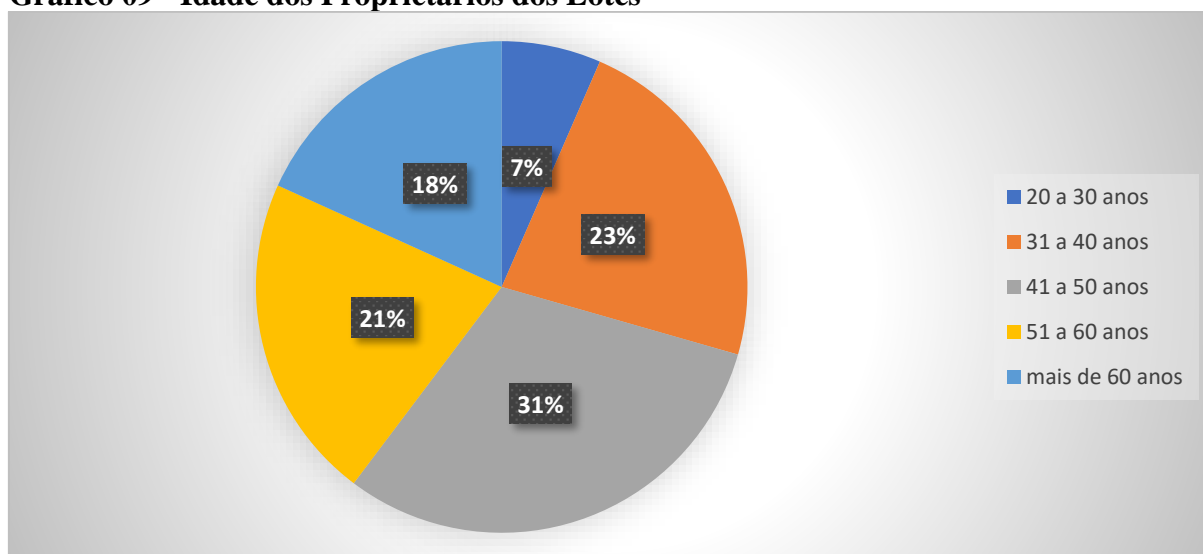
A questão do escoamento e da venda dos produtos estão intimamente relacionadas, pois, o escoamento da produção acaba por influenciar os preços das mercadorias produzidas no Assentamento, que juntas representam 5,04% dos problemas, relacionados às condições de desenvolvimento econômico do Assentamento.

Dos entrevistados, 7,85% se negaram a responder à pergunta com relação às dificuldades referentes ao desenvolvimento econômico dos lotes, porém, ao observarmos as condições econômicas destes assentados e a estrutura encontrada em seus lotes percebemos que, são famílias que dispõem de uma certa estabilidade financeira.

Foram relatadas outras dificuldades referentes à falta de água, à necessidade da existência de uma patrulha mecanizada, para a tender aos assentados, reivindicações estas que somaram aproximadamente 2,14% das preocupações dos assentados.

De um total de 112 lotes pesquisados no Assentamento, a população corresponde a 359 habitantes. Destes, 50,4% são do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. Já em relação a idade podemos observar, conforme gráfico abaixo, que 70% dos chefes de famílias possuem idade superior a quarenta anos e uma quantidade expressiva deles possui mais 60 anos de idade.

Gráfico 09 - Idade dos Proprietários dos Lotes



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

Trata-se, portanto, de uma força de trabalho ativa que possui pouca ou nenhuma qualificação técnica, para o desenvolvimento de outras atividades. Conforme nos mostra o

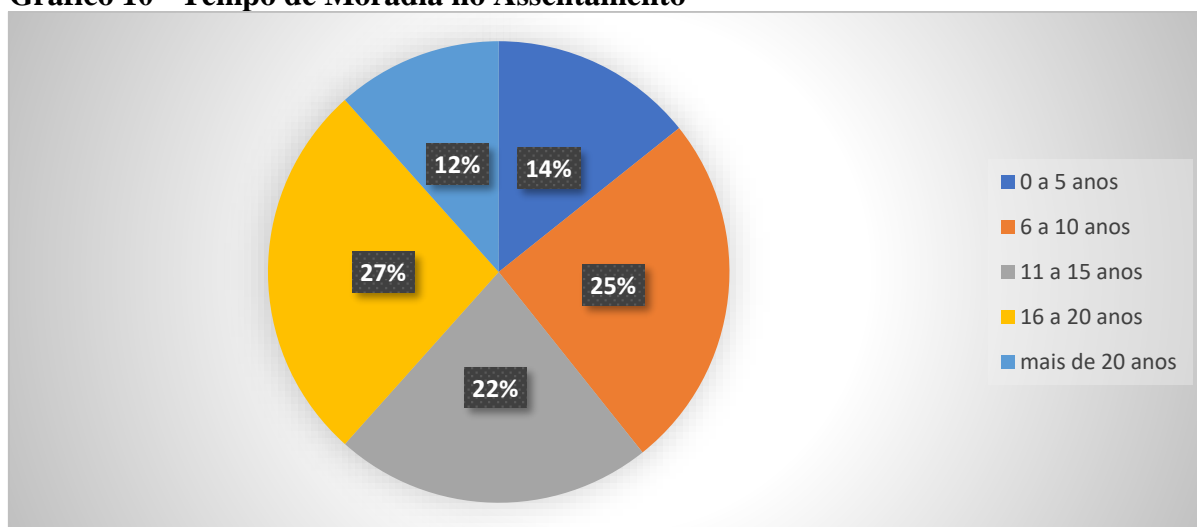
gráfico acima, 70% de proprietários que possuem idade superior a 40 anos de idade, têm baixo nível de escolaridade e alguns poucos disseram ter outra habilidade para o trabalho, além da agropecuária.

Segundo Moraes (2008):

A população que vive nas zonas rurais está envelhecendo à semelhança dos que vivem nas zonas urbanas, porém, é possível observar nos resultados dos estudos com esta população que as diferenças existentes vão além dos aspectos quantitativos e dimensionais, apontando para uma realidade onde predomina a pobreza, isolamento, baixos níveis educacionais, residências mais precárias, limitações de transporte, problemas crônicos de saúde e distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras. (MOARES, 2008, p. 382).

Os aspectos apontados pelo autor são relevantes e nos levam a crer que grande parte das pessoas que praticam a agricultura familiar carecem de programas e políticas sociais de assistência e formação técnica, principalmente, no que se refere ao aperfeiçoamento das atividades agropecuárias ou que lhes permita o desenvolvimento de outras atividades laborais

Gráfico 10 - Tempo de Moradia no Assentamento



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

O gráfico 10 mostra o período em que os moradores residem no Assentamento. Ao nos reportarmos que a luta pela posse da terra no Assentamento 1º de Maio iniciou-se em 1996, foi possível observar que a grande maioria dos assentados existentes nos lotes são trabalhadores rurais que não participaram do período de ocupação inicial. Durante a pesquisa, os mesmos relataram que souberam da origem do assentamento através de seus vizinhos, sendo que outros desconhecem completamente o processo.

O entrevistado Miguel (2017), relatou que deve existir hoje em posse das propriedades uma média de 15 a 20 primitivos¹⁷ e que os demais proprietários dos lotes são migrantes que chegaram depois. Para ele é comum a venda de lotes no Assentamento e que já começa a ocorrer no Assentamento um processo de lhe preocupa muito, que é a existência de pessoas da cidade (Médicos, Advogados e Empresários) começando a acumular propriedades no Assentamento.

Segundo o entrevistado Miguel (2017), a venda dos lotes está relacionada à falta de recursos financeiro dos proprietários que não conseguem investir em suas propriedades, para que possa extrair da terra o necessário a sobrevivência de suas famílias, outra questão que o entrevistado relata é que, os proprietários mais idosos vendem suas propriedades, por não terem condições físicas e de saúde para exercer o trabalho no campo.

A renda média das famílias entrevistadas considerando apenas a renda da terra é de aproximadamente R\$ 1.544,00 por família, podendo ser acrescida ainda os beneficiários que exercem outras atividades fora do Assentamento.

De acordo com Stédile (2013):

Os produtores capitalistas e os agricultores em geral precisam da terra, que é um bem da natureza fundamental para a produção dessas mercadorias. Marx defende a tese de que na agricultura se forma uma taxa média de lucro entre todos os produtos capitalistas, independentemente do tipo de produto e do tamanho da área utilizada. (STÉDILE, 2013, p. 668).

Então, a questão da renda da terra e sua forma de produção não se define a partir dela mesma, mas do conjunto de relações estruturais nas quais estão inseridas. Em outras palavras, o lucro relativo dos assentados ou de um agricultor qualquer, se mede pela quantidade geral do capital. Individualmente e isoladamente a situação dos assentados, em especial o que estamos analisando, consegue um nível de renda sem expressividade e de pouca monta.

Durante a pesquisa percebemos que o Assentamento, por estar localizado próximo a cidade, faz com que os jovens se mudem para estudar e adquirir outras profissões, o que explica o número de assentados acima de 40 anos, conforme mencionamos.

Todas essas considerações foram fundamentais para que pudéssemos entender a dinâmica da produção familiar no espaço agrário do Assentamento, compreendendo a influência que o sistema capitalista de produção exerce sobre à agricultura familiar em um processo que, ao mesmo tempo em que transformou as relações de trabalho também impôs determinados padrões de produção ao local.

¹⁷ O termo 'primitivo' foi usado pelo entrevistado no sentido de pertencer ao grupo de sem-terra que ocuparam inicialmente o Assentamento.

Com relação a infraestrutura, não podemos deixar de mencionar que o Assentamento conta com uma escola. Cumpre ressaltar, ainda que das sete linhas¹⁸ pesquisadas todas possuem associações. Mesmo não tendo Posto de Saúde no local e o atendimento médico ser precário há um agente de saúde para cada linha ainda.

6.3 A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO

A escola localizada na agrovila do Assentamento é fruto de uma parceria entre Estado e Município. Funciona em 3 turnos, atendendo aproximadamente 150 alunos. Atualmente possui 5 professores da Rede Estadual e 2 da Rede Municipal, 4 funcionários da Rede Estadual e 2 da Rede Municipal.

Atende desde a Pré-Escola até o Ensino Médio. Não possui pátio escolar, tampouco dispõe-se de espaços para educação física, como quadras de esportes ou afins. As atividades recreativas são desenvolvidas no fundo da escola.

Possui apenas duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, uma biblioteca e um sistema de transporte para os alunos. Não possui laboratório de informática e a biblioteca, na verdade, é um depósito de livros didáticos.

Conforme fotos abaixo verifica-se que a unidade escolar funciona em situação precária e, apesar de contar com rede de energia elétrica, a água é proveniente de poço e o sistema de esgoto não possui tratamento adequado, sendo todo despejado em uma foça séptica.

Foto 04 - Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade (frente)



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

¹⁸ Linha se refere a organização das vias existentes nos assentamentos.

Foto 05 - Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade (fundos)



Fonte: Elaborado por Miranda Filho, 2017

6.3.1 Situação político-pedagógica

Pensar a situação da educação dos assentados é refletir sobre os sujeitos que fazem parte do processo, sua situação sociocultural, as condições em que estudam, as políticas que regem a educação do campo e a organização curricular em contraponto às práticas pedagógicas, que de fato ocorrem.

Para além da infraestrutura inadequada, devido a precariedade em que a escola se encontra, percebe-se que há uma discrepância entre a organização curricular no âmbito do sistema escolar e as práticas pedagógicas efetivas dos professores, acarretando dificuldades e reflexos nos processos de ensino e de aprendizagem. Todos esses elementos apontados colaboram para a discrepância mencionada. Ao discutir sobre a condição das escolas do campo, Fernandes (2004) afirma que:

A educação rural é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. (FERNANDES, 2004, p. 137).

Esses sujeitos são assentados do campo, e isso implica em dar condições de aprendizado diferentes da educação que ocorre nos espaços urbanos em geral. A proposta é superar a dicotomia rural/urbano, na qual o primeiro é símbolo de atraso e retrocesso e o segundo seria símbolo de modernidade e progresso. Educação do Campo (ou rural) não se restringe à produção agrícola, mas a educação no sentido de promover o campo como espaço de vivência, cultura e de luta.

6.4 ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS PROPOSTAS POR MILTON SANTOS.

A expansão da Fronteira Agrícola no Estado de Mato Grosso na década de 1970, através das políticas públicas de colonização foi a chave para a entrada da agricultura empresarial no Estado, alterando radicalmente todo o modelo de trabalho, que os povos indígenas e as populações locais desenvolviam com as terras, que era basicamente a agricultura de subsistência e as atividades extrativistas.

A agricultura empresarial no Estado matogrossense teve seu início sobre o Bioma do cerrado e, posteriormente, avançou sobre as áreas do Bioma Amazônico, provocando degradação ambiental além de aumentar a concentração fundiária. As primeiras áreas a sofrerem essas consequências foram as propriedades situadas às margens das Rodovias Federais BR-163 e BR-158, que foram construídas estrategicamente pelo Governo Federal para garantir o avanço da Fronteira Agrícola em direção a Região Meio Norte do Mato de Grosso.

Atualmente nas margens destas rodovias, as atividades do agronegócio já se consolidaram, principalmente, com o desenvolvimento do plantio de soja e milho, transformando o Estado no maior produtor de carne e grãos do país.

Os dados referentes à expansão e às transformações econômicas ocorridas no Estado ocasionadas pelo agronegócio são inegáveis. Devido a existência de uma conjuntura política e econômica favorável ao desenvolvimento desta atividade no país, o setor contribuiu para o aumento da produção e da produtividade no campo acelerando a sua expansão para novas áreas, de forma direta ou indireta. De forma direta quando grandes grupos econômicos se apoderaram de imensas áreas, sobretudo no Nordeste do Estado, criando segmentos agropecuários nas holdings, abrindo assim grandes áreas nas zonas de transição e no Bioma Amazônico. E de forma indireta quando se apropriavam da Frente de Expansão do processo colonizatório que atuava como uma espécie de vetor de “desselvaginização” do espaço, e diante da “civilização” deste as vantagens da acumulação se ampliavam. Diante da expansão do agronegócio novas áreas estão sendo ocupadas e novos produtores estão sendo agregados continuamente a esse processo produtivo.

As transformações ocorridas nas últimas décadas nas atividades agropecuárias no Brasil, tem provocado profundos impactos na organização territorial, resultando na expansão da Fronteira Agrícola Moderna Brasileira. Diante dessas transformações ocorridas o Território do Estado de Mato Grosso vem sendo palco das incorporações de novas áreas de terras, com o objetivo de cultivar soja e milho, como é o caso destacado anteriormente da Região Noroeste

do Estado, que segundo os dados do IBGE (2017) demonstram que nos últimos nove anos a área plantada de soja e milho nesta Região vem aumentando significativamente

Diante deste novo cenário territorial produtivo agrícola que influencia a dinâmica econômica dos municípios da porção Noroeste do Estado, cabe uma reflexão sobre o papel que o Assentamento 1º de Maio têm desenvolvido mediante o avanço das atividades do agronegócio nesta Região.

Diante deste cenário é fundamental tecer algumas observações sobre a importância da propriedade da terra, tanto para agricultores familiares, como para os empresários do agronegócio.

A reprodução das atividades do agronegócio no Brasil está intimamente ligada à disponibilidade de terras. De acordo com Leite e Medeiros (2013) os empresários deste setor, mesmo possuindo o domínio sobre a posse de terras, para o desenvolvimento de suas atividades, também necessitam da existência de estoques de terras disponíveis para possíveis expansões de suas atividades. Isto tem provocado um constante aumento no valor das terras, tanto nos locais onde o agronegócio já se instalou quanto em locais que estejam propensos ao seu desenvolvimento. Desta forma, a terra passa a ser o elemento fundamental para o crescimento da produtividade e expansão da produção agropecuária.

Para os agricultores familiares a posse da terra garante-lhes uma série de benefícios conforme pode ser observado em Leite e Ávila (2007):

O acesso à terra também é lembrado como um importante elemento para a garantir a segurança alimentar, a partir que as condições do mercado de alimentos tornam muito mais onerosa a compra de artigos alimentícios, permitindo que os beneficiários dos programas de reforma agrária produzam parte de seu próprio alimento[...] A produção própria de alimentos e a garantia de emprego em sua própria terra reduzem a possibilidade que os agricultores familiares sofram de fome e de desemprego. (LEITE E ÁVILA 2007, p. 60 e 61).

Nesta mesma perspectiva JANVRY E SADOULET (2005 apud LEITE; ÁVILA, 2007, p.143) destacam que “o acesso à terra é fundamental para o desenvolvimento econômico, redução da pobreza e para a melhoria da sustentabilidade ambiental”.

A posse da terra para os empresários do agronegócio, quanto para os agricultores familiares passa a ser um bem que, além da produção agrícola, gera riquezas, prestígio e poder. Assim, o controle sobre a mesma torna-se uma necessidade para ambos.

Para a compreensão dos fatores econômicos, sociais e políticos que envolvem as áreas ocupadas pelo agronegócio e pela agricultura familiar e as possíveis relações existentes entre ambas atividades econômicas, torna-se necessário, realizar interpretações dialéticas sobre o espaço agrário em que se situa estes modelos de atividades rurais, partindo da compreensão

de que o espaço geográfico é uma construção social, que surge a partir das relações existentes entre os sujeitos e destes com a natureza.

De acordo com SANTOS (1992, p.49) “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente mudança”. Diante do exposto pelo autor os processos sociais são responsáveis pelas mudanças que acontecem nos espaços, carregados de intencionalidades de acordo com os diferentes momentos históricos.

Desta forma, ao se analisar a evolução temporal e a organização espacial do Assentamento 1º de Maio e suas possíveis relações com o agronegócio, não se deve deixar de observar este espaço a partir das categorias de análise espacial desenvolvidas por Santos. Essas categorias são: estrutura, processo, função e forma.

Assim, entendemos que a expansão da Fronteira Agrícola na Região Noroeste de Mato Grosso, como é o caso do Assentamento 1º de Maio está vinculada a fatores de ordem política. Pois, o alto custo para realizar reforma agrária em grande escala envolve interesses político-partidários, principalmente no que se refere a desapropriação de terras.

A solução encontrada pelo Governo para resolver este impasse tem sido a de desenvolver projetos de assentamentos rurais na Região do Bioma Amazônico, pelo fato da existência de terras devolutas e por encontrar facilidades em desapropriá-las devido a existência de documentos frágeis. Diante dos fatos, o Governo Federal tem concentrado a expansão da fronteira agrícola nacional estrategicamente na Região Amazônica através da criação de assentamentos rurais.

Ao iniciar a investigação da área em pesquisa a partir da análise do “processo” definida por Santos, pode se constatar que o Assentamento 1º de Maio foi regularizado diante de processos que estão já pré-estabelecidos nas políticas públicas de reforma agrária em consonância com o Estatuto da Terra (1964) em que busca “promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção”.

Sendo assim, os processos de desenvolvimento e estruturação dos assentamentos rurais podem ser compreendidos segundo Santos (1992) como uma ação praticada no espaço, objetivando algum resultado, implicando tempo e mudança. Diante do desenvolvimento das atividades econômicas praticadas no Assentamento percebe-se que a sua funcionalidade é delineada por processos de ordem econômica e social, que influenciam diretamente na sua estrutura.

Ao analisarmos a área do Assentamento podemos observar que sua estrutura não apresenta grandes diferenças em relação aos demais projetos de assentamentos rurais

existentes no Estado. Neste sentido, a distribuição espacial, ou seja, a estrutura do Assentamento está delineada de acordo com os critérios determinados pelo INCRA, seguindo um padrão pré-estabelecido de ocupação e uso do solo, que se diferencia apenas em relação à Região ou Bioma em que está inserido, sendo considerados pelo INCRA (2017), como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas por este mesmo Órgão.

Para Santos (1992), a estrutura é um produto imposto ao espaço pela sociedade e sua análise deve ser concebida na dicotomia de espaço-tempo. Para CORRÊA (1986, p.77) a estrutura pode ser entendida de maneira mais simplificada e diz que esse termo se refere “a natureza social e econômica de uma sociedade em dado momento”. Diante da definição apresentada pelos autores sobre estrutura, como sendo fruto das ações humanas (econômicas e sociais) sobre o meio e, que envolve diferentes temporalidades e espacialidades, foi possível analisar a organização da estrutura do Assentamento. Desta forma, pode-se observar que a estrutura do local em pesquisa, vem passando por uma série de mudanças organização espaciais, ambientais e econômica, que tende a atender ao modelo capitalista de produção.

Entretanto, a estrutura do Assentamento não segue uma ordem ou padrão de organização, mas está intimamente inter-relacionada a fatores internos e externos que influenciam diretamente sobre a economia e questões sociais dos assentados.

O aspecto visível que se apresenta com enorme singularidade podendo ser observado com certa facilidade nos lotes é a existência de grandes áreas desmatadas, para o desenvolvimento da pecuária extensiva e que caracteriza a forma de como está organizado o Assentamento. Essa forma para SANTOS (1992, p.50) pode ser definida como “o aspecto visível de uma coisa, se refere ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão.” Sendo assim, os aspectos visíveis de um determinado espaço caracterizam a sua forma dentro de um arranjo espacial.

A singularidade da forma espacial do Assentamento pode estar relacionada às dificuldades encontradas pelos proprietários dos lotes em desenvolverem e diversificarem suas atividades produtivas, fatos estes que pode ter contribuído para que os proprietários dos lotes seguissem uma ordem mercadológica de produção.

Mediante as várias funções que caracterizam os assentamentos rurais o INCRA (2017) estabelece que os mesmos sejam desenvolvidos com a função de garantir uma justa distribuição de terras no meio rural, garantindo condições de moradia, de produção familiar, e de segurança alimentar para as populações rurais, que se encontravam sob risco alimentar e social.

Perante aos objetivos que o INCRA tem atribuído aos assentamentos rurais nota-se que a função dos mesmos está sendo direcionada para atender à disseminação do capitalismo sobre as áreas de produção familiar. Fato este, que pode ser observado no local da pesquisa especialmente ao analisarmos as atividades produtivas desenvolvidas pelos assentados, ou seja, a maioria dos lotes pesquisados possui suas bases econômicas voltadas para o desenvolvimento de pecuária extensiva.

Assim, grande parte da produção dos lotes pesquisados está voltada para a venda de bezerros para pecuaristas de outros municípios do Estado, incorporando assim, a produção do Assentamento ao agronegócio, sendo que, um dos primeiros reflexos desta incorporação da produção do Assentamento, a este modelo agroexportador pode ser verificado com o alto índice de desmatamento registrado no Assentamento, para o desenvolvimento da pecuária extensiva, em detrimento da drástica diminuição do cultivos de produtos voltados para atender ao mercado interno, geralmente produtos alimentícios.

Desta forma, pode-se observar em Martins (1996) que as relações capitalistas de produção se utilizam de formas não capitalistas de produção para garantir a sua existência:

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalista como recurso para a garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo de capitalista de produção através das relações comerciais. (MARTINS, 1996, p.21).

Ainda de acordo com Martins (1995);

[...] convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a lei: a lei da reprodução crescente ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. (MARTINS, 1995, p.152).

Diante da expansão do capitalista no campo apresentada por Martins acima, percebe-se que, a função dos assentamentos rurais está sendo alterada, principalmente, pelo fato dessas unidades produtivas familiares articularem sua cadeia produtiva em consonância com o mercado consumidor, estabelecendo inter-relações entre dois modelos produtivos que possuem características e objetivos distintos.

Entretanto os assentamentos rurais localizados no Bioma Amazônico como é o caso da área pesquisada estão sendo instalados em áreas estratégicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e eles de certa forma, possuem a função de desbravar estas áreas de florestas, possivelmente preparando a terra para a chegada de outros empreendimentos. Ou seja, realizam o trabalho sujo necessário para a chegada das atividades capitalistas no campo.

Diante da diversificação das formas de reprodução do modo capitalista a principal atividade econômica desenvolvida no Assentamento, como já foi relatada anteriormente concentra-se na criação de gado de modo extensivo, com a finalidade da venda de bezerros para pecuaristas de outras regiões do estado, garantindo aos mesmos a matéria prima necessária para a reprodução do capital. Diante do exposto, MARTINS (1995, p.175) esclarece bem essa questão ao afirmar que “o capital não se torna proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe”.

Desta maneira o espaço geográfico do Assentamento 1º de Maio, cumpre a função de auxiliar no desenvolvimento dos assentados e do local, através da renda extraída com a venda de bezerros, contribuindo para que setores capitalistas de outras regiões do Estado possam se apropriar da produção familiar dos assentados e extrair da mesma a mais valia, como também exerce a função de promover a abertura de novas áreas, ampliando a Fronteira Agrícola através da incorporação produtiva de áreas da floresta que, futuramente, pós limpeza das terras poderão ser utilizadas por empreendimentos rurais ligados ao agronegócio. Prova dessa situação é o discurso utilizado pelos integrantes do agronegócio quando afirmam que, a agricultura ocupa ainda pequena porção de terras no Estado e que para dobrar a produção de grãos basta reaproveitar parcela das áreas destinadas a agropecuária. Assim o ônus da discussão e atitudes em relação ao avanço do grão sobre o Bioma Amazônico é diluído na ideia de que não se derrubará a floresta. A Frente Pioneira, os assentamentos e a produção familiar executando esta tarefa desviam a atenção sobre a relação cultivo de grãos/desmatamento

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu identificar e compreender a dinâmica da agricultura familiar desenvolvida no Assentamento, localizado no Município de Colniza/MT, como também, possibilitou identificar a função do assentamento na expansão da Fronteira Agrícola na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso. No desenvolvimento da dissertação os dados e informações levantadas colaboraram para elucidar a questão central da análise proposta.

No decorrer da investigação afluíram fatos históricos sobre o processo de luta pela terra no Brasil e no Assentamento, que acreditamos terem influenciado diretamente o processo de ocupação territorial do Assentamento 1º de Maio. Neste sentido foi possível relacionar o processo histórico que consolidou a colonização da Região Centro-Oeste a partir

da década de 1970, com o atual movimento de expansão da Fronteira Agrícola na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso e, suas relações com as atividades econômicas desenvolvidas nos assentamentos rurais.

A expansão da Fronteira Agrícola no Noroeste do Estado matogrossense, se encontra em processo de transição entre a Frente de Expansão e Frente Pioneira, tendo em vista que a Frente de Expansão se faz presente nestas áreas nos processos de ocupações de terras por posseiros e grileiros, fato este que é muito comum na região. Já a Frente Pioneira está sendo consolidada a partir da chegada de migrantes capitalizados, que possuem como objetivo o domínio sobre a posse da terra já desbravada e agricultável para a expansão do cultivo de grãos, cujo resultado imediato é a incorporação destas novas áreas de Fronteira Agrícola, na economia de mercado.

Por outro lado, em sua essência, os assentamentos rurais constituem uma forma de produção oposta aos latifúndios, baseada na agricultura familiar, voltada para a subsistência e ao comércio do excedente, possibilitando o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas.

Outro fato também evidenciado em assentamentos do Estado de Mato Grosso, assim como no Assentamento 1º de Maio, se refere ao mercado consumidor. Nos primeiros, o mercado consumidor está mais próximo facilitando o transporte e a comercialização da produção, ao passo que no Assentamento, que ora analisamos, o mercado consumidor é distante da área produtora, o que implica diretamente sobre a escolha das atividades econômicas desenvolvidas. Em outros locais do Estado de maior adensamento populacional há a possibilidade de maior acesso ao mercado consumidor, enquanto que nas áreas de menor densidade demográfica, portanto, menos urbanizadas, esse quadro atua como um agravante.

O apoio por parte do poder público foi bastante enfocado. Um dos elementos observados dizia respeito às linhas de financiamento, onde evidenciou-se tanto neste Assentamento quanto em outros conforme aborda a literatura, é a forma de disponibilização de recursos. Parte da política de financiamento é baseada no PRONAF pois mesmo com as dificuldades encontradas com relação à produção no Assentamento, os assentados têm encontrado nessa linha de crédito, uma ferramenta facilitadora para investimento em seus lotes. Além disso, outra problemática comum é o êxodo dos jovens em direção à cidade com a intenção de estudar é capacitar-se em outras funções, deixando o campo a cargo dos mais idosos, o que reflete negativamente na produção. Para tanto os assentados necessitam de

assistência técnica para o desenvolvimento de suas atividades, porém os agricultores estão completamente desassistidos de qualquer tipo de acompanhamento.

Um fator que deve ser considerado na área do assentamento é que ele se localiza no Bioma Amazônico e as condições climáticas com a presença de duas estações do ano bem definidas, sendo uma seca e outra chuvosa, influenciam diretamente no calendário agrícola. Outro fator que dificulta a produção no Assentamento 1º de Maio é a falta de infraestrutura para o escoamento da produção, que influencia diretamente na produção, desde a escolha da atividade econômica até o preço final da mercadoria.

A renda bruta dos assentados é centrada, em primeiro plano, no desenvolvimento da pecuária extensiva de baixa produtividade, mas com melhores alternativas de acesso ao mercado, e garantidora do domínio territorial sobre a terra. Em segundo, a lavoura cafeeira, devido à tradição nesse cultivo, pois parcela significativa dos assentados é proveniente de Rondônia ou de estados de forte produção desse cultivo, como Minas Gerais e Espírito Santo. E em terceiro plano, ressalta ainda a pecuária leiteira, também com baixos níveis de produtividade. As demais atividades agrícolas desenvolvidas nos lotes são direcionadas para a subsistência das famílias.

Verificamos ainda que, pela fragilidade do mercado consumidor local, que as atividades agropecuárias estão direcionadas para atender ao mercado consumidor de outros municípios e até mesmo de outro estado, como é o caso do café, direcionado para Rondônia, onde se concentram as empresas comercializadoras e beneficiadoras e, a venda de bezerros, voltada para confinamento em municípios próximos aos frigoríficos como é o caso dos Municípios de Cuiabá, Mirassol do Oeste, Pontes e Lacerda, Araputanga dentre outros.

A expansão da Fronteira Agrícola na “Região Noroeste” do Estado matogrossense permitiu identificar um cenário, no qual a técnica e o território se modificam juntos. Porém, do ponto de vista socioeconômico o espaço local é estruturado e organizado para atender uma dinâmica nacional e/ou global. Então o Assentamento se converte em um território de resistência, pois quando se resiste se impõe ao espaço um poder, logo este passa a constituir um território.

A região onde se encontra o Assentamento pode ser integrada ao agronegócio através do circuito produtivo de proteína animal, visto que a agricultura de subsistência é praticada por uma minoria de assentados, tendo na pecuária extensiva o principal vetor da produção econômica do Assentamento.

As perspectivas de produção familiar no Assentamento 1º de Maio, como os demais assentamento da Região Noroeste, apresentam condições físicas próprias para viabilizar a

economia local com os grandes centros consumidores, através do desenvolvimento de atividades que de acordo com as técnicas e tecnologias, possam melhor se adaptar às condições naturais do ambiente amazônico, dentre as quais se destacam o desenvolvimento da criação de gado de corte e leite, piscicultura, reflorestamento, o desenvolvimento de lavoura de subsistência e o cultivo de produtos de origem amazônica, principalmente estes, pela demanda existente, pelo benefício social que acarreta com perspectiva de recuperar o meio ambiente. É necessário frisar que a mudança na cadeia produtiva da região só será possível com melhorias na infraestrutura local.

Com base na análise dos dados levantados, chegamos à conclusão de que a maioria dos assentamentos de Mato Grosso, em específico, o Assentamento 1º de Maio, pela sua constituição, relevância, localização e condições de infraestrutura, começa a sentir os reflexos da pressão econômica do agronegócio em sua cadeia produtiva, principalmente pelo fato de os assentados direcionarem a sua produção para o mercado consumidor. Entretanto, as características pedológicas impõem uma restrição ao avanço do cultivo de grãos pelo agronegócio no assentamento e parte do Município de Colniza, mantidos os conhecimentos técnicos e rentabilidade das lavouras atuais, destinando esse domínio para a produção de proteína animal. No entanto, a tipo de solo presente não inibe a atividade agropastoril de pequena escala usando modos tradicionais de produção, porém calcado em um novo conceito de sustentabilidade.

Os processos de ocupação e produção desenvolvidos no Assentamento 1º de Maio estão sendo estruturados, para posteriormente viabilizar uma maior intensidade nas atividades ligadas ao agronegócio.

E por fim, consideramos que esta pesquisa auxiliou para o conhecimento e compreensão da dinâmica da agricultura familiar em áreas do Bioma Amazônico, os processos vivenciados pelos agricultores familiares, na luta pela posse e permanência da/na terra e, ainda conhecermos as diversas formas que o modelo capitalista de produção utiliza para se apropriar e reproduzir-se nos espaços de fronteira agrícola.

A trajetória de pesquisa permitiu agregar novas experiências sobre áreas de Fronteira Agrícola que ajudaram a compreender o movimento ocorrido na região, bem como os aspectos mais diretamente relacionados à viabilidade econômica local, diante das restrições impostas pela legislação ambiental, pelas dificuldades de acesso ao mercado e às influências do agronegócio que já se fazem presentes, timidamente, por meio de atividades de pecuária extensiva e da lavoura cafeeira, esta última com grandes incentivos dos Governos Municipal e

Estadual. Muito ainda há por conhecer e, diante dessa perspectiva, a temática requer outras pesquisas complementares.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. CAMARANO, A.A. **O êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1997, Caxambu. Anais... Caxambu, 1997.
- ALENCAR, Ane.; PEREIRA, Cassio. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades**. Brasília: IPAM, 2016.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ÁVILA, Rodrigo Vieira.; LEITE, Sérgio Pereira. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e o desenvolvimento social. Rio de Janeiro. Vieira & Lent, 2007.
- BECKER, Berta K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: Aubertin (org.) **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. P.39-79.
- BECKER, Berta, K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.; NORDER, CABELLO, Luís Antônio. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Brasil. **Lei 11.326 de julho de 2006**. Presidência da República. República Federativa do Brasil http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326. Acesso em 19 agosto.2016.
- Brasil. **LEI 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Presidência da República. República BRASIL. Presidente (1995 - F.H. Cardoso). Mensagem ao congresso Nacional: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de comunicação do Governo, 2002.
- BRASIL. Presidente (1995- F.H. Cardoso). **Mensagem ao congresso Nacional**: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de comunicação do Governo, 2002.
- BURSZTYN, M.; LE TOURNEAU, F.-M. **Assentamentos rurais na Amazônia**: entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente & Sociedade, vol. 13, n. 1, p. 111-30, 2010.
- CAMPANHOLA, C.; LUIZ, A. J. B.; RODRIGUES, G. S. Agricultura e impacto ambiental. In: **Simpósio sobre os Cerrados do Meio Norte**. Teresina: Anais. 1997.
- CARLOS. Ana, Fani, A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In. SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, C.M.D. **Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos**. Lisboa: Prefácio, 2005.

EMBRAPA SOLOS disponível em www.agencia.cnptia.embrapa.br acesso em 10/01/17

EMBRAPA, CPAMN, 1997. p. 159 – 169. Campo Brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504. Acesso em 19 nov. 2016

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FERNANDES, Bernardo Mansano. Território camponês. In: Gaudêncio, F (org.) **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013.

FERREIRA, Joao Carlos Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

FRREIRA, Eudson de Castro. **Posse e propriedade territorial: A luta pela Terra em Mato Grosso**. Campinas: UNICAMP, 1986.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA) – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2005.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

HIGA, N. T. A importância dos solos na evolução e expansão ocupacional de Mato Grosso. in. HIGA E MORENO. **Geografia de Mato Grosso** (orgs). Cuiabá. Entrelinhas 2005. p.235-237.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Luiza C. Ferrari.; SANTOS, Arthur Pereira. Um olhar sobre as redes políticas de resistências ao agronegócio no cerrado. In: SILVA, Carlos A. F da; NASCIMENTO Luciano B. do (ORGs.) **Redes Políticas do agronegócio da soja: Interesse, estratégias e resistências**. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2010, p. 103-130.

LEITE, S. C. Escola Rural: **Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sérgio; et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. p.204,392.

LEITE, Sérgio.; MEDEIROS, Leonilde Sérvulo de. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004

LEITE. S.P.; MEDEIROS.L.S. Agronegócio. In: Gaudêncio, F (org.) **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013.

MARTINS, Dora. VANALLI, Sônia. **Migrantes**: São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: A questão política do campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

- MARTINS, Jose de Souza. **O cativo da terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec. 1996.
- MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.
- MENEZES, M. A. de.; SILVA, S. R. A. **Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco**. Resgate, Campinas-SP, vol. 20, n. 24, p. 25-35, jul./dez. 2012.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Eliane Pinheiro de. **Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho**. Florianópolis: Texto Contexto Enferm, 2008.
- MORENO, G. A. **Colonização do século XX**. In: Moreno, Gislaire; Higa, Tereza, Cuiabá: entrelinhas, 2005.
- MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla:1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas /EdUFMT, 2007.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. IN: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p.465,468
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Lauber, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999, p.63-137.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio/>, acesso em 21/04/2017.
- PEREIRA, João Octaviano de Lima. **Da propriedade no Brasil: estudo sobre a origem e formação da propriedade**. São Paulo: Duprat, 1932.
- PIAIA, Ivane. Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3.ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, SP. Ática 1993.
- SANTOS, A. P, NASCIMENTO.; SILVA, C. A. F., L. B. Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In. Silva, C.A. da. (org.) **Redes políticas territoriais; estratégias, conflitos e violência**. 11. ed. Rio de Janeiro. Livre. Expressão. 2011, p,15,34.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 3.ed.Sao Paulo:NOBEL,1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** Nobel, São Paulo:1985.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec,1994.

SANTOS. M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERRA, Carlos Alberto T. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil.** Alceu, v. 4, n. 7, p. 231-248, jul./dez. 2003.

SILVA, Jovam Vilela. **História de Mato Grosso:** Um breve relato da formação populacional (século XVII ao XX). Cuiabá: KCM, 2006.

SINGER, Paul. **Economia Política e Urbanização:** 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SIQUEIRA, Elizabete Madureira. **Revivende Mato Grosso.** Cuiabá: Seduc. 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil.** O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil:** coordenação Wanderley Loconte. 4. ed. São Paulo: Atual.1997.

STEDILE, João Pedro. **A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país.** Revista, Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006a.

STEDILE, João Pedro. Renda da terra in Gaudencio, F (org.) **Dicionário da educação do campo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013.

TROVÃO, José Ribamar. **Ilha latifundiária na Amazônia Maranhense:** estudo da expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré – o caso de Santa Inês. São Luís: UFMA\PPPG, 1989.

VASCANCELOS. T.N.N. Compartimento geomorfológico de Mato Grosso. in. HIGA E MORENO. **Geografia de Mato Grosso** (orgs). Cuiabá. Entrelinhas 2005, p.222,231.

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato/** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: 2009.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.

Sites

<http://dataviva.info/pt/location/3mt020303>

<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510325>

[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125.\(01/04/17\)](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125.(01/04/17))

<http://www.incra.gov.br>. Acesso em 14 maio.2017

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/safseaf>. Acesso em 14 set.2017

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510325&search=mato-grosso|colniza|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 10 set.2017

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510325&search=mato-grosso|colniza|infograficos:-informacoes-completas>

<https://www.cartacapital.com.br>. 21/04/2017

APÊNDICE

APÊNDICE 1- Questionário aplicado aos assentados

Endereço do Lote: _____

Número da linha. _____

I - DADOS GERAIS:

1-Número do Lote: _____

2-Número de Pessoas: M: _____ H: _____

3-Nome e idade dos proprietários.

4-Cidade e estado de nascimento dos residentes no lote:

5-Escolaridade: (discriminar segundo cada pessoa)

6- Nº de pessoas que estudam:

7-Renda familiar mensal. R\$ _____

8-Renda Familiar:

AGRÍCOLA: _____

NÃO AGRÍCOLA: _____

9-Alguém exerce trabalho fora de sua propriedade

() Sim () Não.

Quantos? _____

10-Em caso positivo, em que período e qual a função.

11-Estabelece Moradia onde:

() Sítio () Cidade

12-Tempo de moradia no sítio: ()

13-É Proprietário do lote:

() SIM () NÃO

14-Há quanto tempo que adquiriu o lote (ano)? Se possível qual o valor pago?

15-É comum nos lotes os assentados desenvolverem atividades compartilhadas? Quais?

16-Qual estado e cidade você morava antes de tomar posse do lote?

17-Esse local era na cidade ou na zona rural?

18-Em que vocês trabalhavam?

19-A sua família recebe algum tipo de benefício social, tipo bolsa família ou aposentadoria?

20-O senhor (a) cultiva e cria baseado em qual técnica? Usa os mesmos métodos dos seus pais?

Infraestrutura:

Casa:

Área construída _____

Tem interesse de ampliar a área

() SIM () NÃO

O quê? _____

Tipo de construção: _____

Fossa séptica: () SIM () NÃO

Banheiro: () SIM () NÃO

Geladeira: () SIM () NÃO -

Fogão: () SIM () NÃO

TV: () SIM () NÃO

Carro: () SIM () NÃO

Moto: () SIM () NÃO

Outro meio de transporte: _____

Água:

() Natural (bica) () Poço Artesiano

Tratamento da água:

() SIM () NÃO Qual: _____

Outros bens ou benfeitorias: _____

III - Sistema Produtivo Agricultura.

Produtos cultivados:

- () Mandioca _____ ha
 () Milho _____ ha
 () Banana _____ ha
 () cana –de –açúcar _____ ha
 () Feijão _____ ha
 () Arroz _____ ha
 () Café _____ ha

Caso cultive outros produtos especifique a espécie e a área plantada:

Horta

Sim () Não ()

Produtos Cultivados:

Especifique área do lote destinada para;

Pastagem _____ ha

Agricultura _____ ha

Reserva legal _____ ha

Outros

Pecuária

Gado leiteiro () sim () não N° de cabeças

Gado de Corte () sim () não N° de cabeças

Peixes () sim () não quantidade _____ espécie _____ N° de tanques e área total ha

Suínos; () sim () não quantidade

Aves: () sim () não quantidade

Outros: _____

Comércio

1-Itens comercializados (citar a quantidade aproximadamente dos produtos)

2-Renda aproximada da comercialização: R\$ _____

3-Itens destinados a subsistência (citar os produtos)

Técnicas de cultivo.

Aração () sim () não

() Tração animal

() mecânica

Faz uso de queimadas () sim () não

Uso de Herbicidas () sim () não

Uso de agrotóxico () sim () não

Uso de adubação () sim () não

() química () orgânica

Tipos de implementos agrícolas utilizados?

Aspectos Ambientais

01-Tamanho do lote _____ há. Área desmatada _____ ha

02-Destino dos resíduos sólidos;

03-Faz Uso do fogo () Sim () Não quando e por que?

04-Quais espécies vegetais nativas existem na área no lote? Quais existiam no lote e que hoje estão extintas?

05-Exerce algum tipo de atividade extrativista em seu lote?

() Sim () Não?

Caso a resposta seja sim, qual tipo?

06-Número de rios e córregos existentes na propriedade;

Educação:

Escola: () Sim () Não

Transporte escolar: () Sim () Não

Tipo de escola: _____

Merenda escolar () Sim () Não

Creche: () Sim () Não

Modalidades de ensino:

Nº de professores:

Saúde:

01-PSF: () Sim () Não

02-Atendimento médico:

() Sim () Não

03-Local de atendimento: _____

04- Com qual Frequência: _____

05- N. De atendentes (agentes de saúde): _____

06-Problemas de saúde mais comuns: _____

07-Remédios caseiros:

() Sim () Não

08-Quais: _____

09-Casos de emergência: Local: _____

10-Transporte: _____

Dados gerais

1-Participou nos últimos dois anos de treinamento ou cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura/ EMATER () Sim () Não

Se sim quais?

2-Quais as principais dificuldades iniciais encontradas no assentamento?

3-Quais as dificuldades atualmente encontradas no assentamento?

4-Quais as dificuldades iniciais encontradas no assentamento com relação à produção?

5-Qual a produção atual no sítio?

6-Que tipo de assistência é oferecida pela Secretaria Municipal de Agricultura ou EMATER?

7-Como é realizada a escolha do que se deve produzir (produtos de origem animal e vegetal)?

8-Dificuldades que permaneceram durante a existência do assentamento?

9-O que impede o desenvolvimento do assentamento em relação a critérios econômicos e sociais?

10-Tipos de acompanhamento você recebeu ou recebe durante o período em que está no assentamento? Existe na atualidade?

11-Estão propensos a novidades e inovações. Em caso afirmativo, quais?

12-Produzem baseado em quê?

13-Participam do programa da merenda escolar? Sim ou não por quê?

14-Quantas associações existem? E qual a importância?

15-Conhece a origem do assentamento? Como chegou a este assentamento?

16- Você conta com quais recursos financeiros para desenvolver suas atividades no lote?

17-Qual o tipo de mão de obra utilizado?

18-Para que mercado produz? Quais as condições de acessibilidade?

19-Infraestrutura disponível existente no assentamento (saúde, educação. etc....)

20-Conflitos nos existentes no assentamento ou município nos últimos anos (dados CPT).

OBSERVAÇÃO: Tudo que não for perguntado no questionário, mas que o entrevistado achar importante escreva abaixo.